

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Caroline Pecoraro

**A ótica de quem faz a notícia:
percepções de jornalistas brasileiros
sobre corrupção e a Operação Lava Jato**

Tese de doutorado

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação, do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Arthur Ituassu

Rio de Janeiro,
Setembro de 2023



Caroline Pecoraro

**A ótica de quem faz a notícia:
percepções de jornalistas brasileiros
sobre corrupção e a Operação Lava Jato**

Tese de doutorado

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação, do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

**Prof. Arthur Cezar de Araújo Ituassu
Filho**

Orientador
Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Prof. Leonel Azevedo de Aguiar
Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Prof. Fernando de Barros Filgueiras
Universidade Federal de Goiás-UFG

Prof.^a Sandra Vera Zambrano
Universidad Iberoamericana Mexico- IBERO

Prof.^a Claudia Sarmiento
King's College London- KCL

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2023

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Caroline Pecoraro

Graduou-se em Comunicação Social - Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2016. Mestre em Comunicação pela mesma instituição em 2018. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Internet e Política (COMP) da mesma Universidade. É também pesquisadora associada ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD), e ao Instituto Democracia em Xequê. Trabalhou com Inteligência de Mercado, grade de programação e conteúdo na TV Globo. Também lecionou na MBA de Marketing Digital da Universidade Estácio e no Programa de Capacitação em Campanhas Digitais (CCE PUC-Rio).

Ficha Catalográfica

Pecoraro, Caroline

A ótica de quem faz a notícia: percepções de jornalistas brasileiros sobre corrupção e a Operação Lava Jato / Caroline Pecoraro ; orientador: Arthur Ituassu. – 2023.

179 f. : il. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2023.

Inclui bibliografia

1. Comunicação Social – Teses. 2. Corrupção. 3. Jornalismo. 4. Operação Lava Jato. 5. Percepção. 6. Comunicação política. I. Ituassu, Arthur. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Comunicação Social. III. Título.

CDD: 302.23

Agradecimentos

Sem dúvida alguma, a concretização desta tese encerra um dos maiores desafios da minha vida. Foram anos de dedicação e de uma exaustiva rotina de dupla jornada constantemente acompanhada de dúvidas e receios. O futuro incerto nos causa desconforto, mas enquanto nos intimida, também nos obriga a encontrar resiliência na capacidade de seguir a jornada. Mesmo em meio aos percalços, estive firme na confiança de que a produção de conhecimento é e sempre será essencial para a construção de um mundo melhor.

Nesta trajetória, muitos foram o meu suporte. A eles, a minha gratidão. Agradeço ao meu orientador e mestre, Arthur Ituassu, com quem aprendo e evoluo na carreira acadêmica há quase uma década, desde a Iniciação Científica. Sou extremamente grata pela confiança e pelas tantas oportunidades ao longo desses anos.

Aos queridos amigos do Comp, Grupo de Pesquisa em Comunicação, Internet e Política da PUC-Rio, pelas trocas e contribuições. De forma especial, à Leticia Capone e Vivian Mannheimer, minhas grandes companheiras na jornada acadêmica e fora dela.

Aos que compõem a banca de doutorado desta tese, grandes referências para mim e para este estudo. Agradeço por contribuírem no desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUC-Rio, seu corpo docente e funcionários, especialmente à Marise Lira, da secretaria, que me acompanha e apoia desde o início da faculdade. Aproveito para agradecer também à Capes, pelos recursos investidos em minha pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço à minha base. Wander e Patrícia, meus pais e maiores inspirações, pelo incentivo e por todas as condições necessárias para a minha formação; e ao Rodrigo, meu parceiro nessa vida, por me ouvir tantas vezes, e por ter sido companhia mesmo em momentos de escrita solitária. Todo o meu amor e gratidão a vocês.

Por fim, agradeço e consagro este trabalho a Deus, que me trouxe até aqui.

Muito obrigada.

Resumo

Pecoraro, Caroline Ituassu Filho, Arthur Cezar de Araujo **A ótica de quem faz a notícia: percepções de jornalistas brasileiros sobre corrupção e a Operação Lava Jato**. Rio de Janeiro, 2023. 179p. Tese de Doutorado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Na América Latina, a corrupção é elemento constituidor de práticas culturais, sociais e de governo. A partir da Operação Lava Jato, considerado o maior escândalo de corrupção já registrado na região, a pauta ganhou ainda mais centralidade, especialmente por parte da mídia. A visão deste estudo é a de que jornalistas são atores da Comunicação Política fundamentais e que participam ativamente da definição e construção das notícias e, assim, da construção e interpretação da realidade. Nesse sentido, esta pesquisa de jornalismo no âmbito da Comunicação Política identifica e analisa percepções construídas por jornalistas brasileiros sobre a corrupção e a Operação Lava Jato, e o papel do jornalismo e dos jornalistas nessas coberturas. O trabalho realiza um estudo de caso, combinando aplicação e análise temática de entrevistas semiestruturadas a uma análise complementar de enquadramento de conteúdo midiático. A pesquisa mostra que as percepções de jornalistas sobre a corrupção estão ligadas, principalmente, à Política, e que reconhecem a existência de uma aliança entre mídia e força-tarefa durante a Operação, que se constituiu de cumplicidade e instrumentalização. O estudo também detalha percepções acerca do *status quo* que envolveu e envolve a cobertura de escândalos políticos de grande proporção. Como contribuições, busca trazer pistas sobre as definições de corrupção, Lava Jato e jornalismo político que perpassam arenas de discussão pública no Brasil; e espera auxiliar no uso de métodos qualitativos interpretativos em estudos do Campo na região.

Palavras-chave

Corrupção; Jornalismo; Operação Lava Jato; Percepção; Comunicação Política.

Abstract

Pecoraro, Caroline Ituassu Filho, Arthur Cezar de Araujo (Advisor). **The perspective of those who make the news: perceptions of Brazilian journalists on corruption and Lava Jato Scandal.** Rio de Janeiro, 2023. 179p. Tese de Doutorado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

In Latin America, corruption is a constituent element of cultural, social and government practices. After Lava Jato Scandal, considered the biggest corruption scandal ever recorded in the region, the agenda gained even more centrality, especially from the media. The vision of this research is that journalists are fundamental Political Communication actors who actively participate in the definition and construction of news and, thus, in the construction of reality. In this sense, this journalism research in the field of Political Communication identifies and analyzes perceptions constructed by Brazilian journalists about corruption and Lava Jato, and the role of journalism and journalists in this coverage. The work uses a case study research strategy, combining application and thematic analysis of semi-structured interviews with a complementary analysis of media content framing. The research shows that perceptions about corruption are mainly linked to Politics and journalists recognize the existence of an alliance between the media and the task force during the Lava Jato, which was constituted of complicity and instrumentalization. The work also details perceptions about the status quo that involved and involves the coverage of political scandals of great proportion. As contributions, the research seeks to bring clues about the definitions of corruption, Lava Jato and political journalism that pervade public discussion arenas in Brazil; and hopes to assist in the use of qualitative interpretive methods in field studies in the region.

Keywords

Corruption; Journalism; Lava Jato Scandal; Perception; Political Communication.

Sumário

Introdução	11
Objetivos, objetos de análise e considerações metodológicas	15
Organização da tese	18
PARTE I: Fundamentos teóricos: corrupção, jornalismo e América Latina	20
1. Um breve ensaio sobre a Corrupção	21
1.1. Definições e Classificações: a corrupção como um conceito multidisciplinar	22
1.1.1 Corrupção e Política	32
1.2 Causas e Consequências	35
1.3 Corrupção e Sistemas de governo	39
1.4 Métricas e formas de mensuração	42
1.5 Combate à corrupção: práticas de enfrentamento, “desocultação” e escândalo	46
2. Uma reflexão sobre Jornalismo e Corrupção no contexto latino-americano	49
2.1 A corrupção latino-americana	49
2.1.1 Contexto brasileiro que envolve a corrupção política	57
2.2 Jornalismo na América Latina atrelado à cobertura da corrupção	60
2.2.1 Jornalismo de <i>watchdog</i> na América Latina	61
2.2.2 Características da mídia e do jornalismo na região	64
2.2.3 Os escândalos políticos midiáticos e o caso Lava Jato	67
PARTE II: Abordagem metodológica e discussão dos resultados	72
3. Metodologia	73
3.1 Métodos de análise da pesquisa	75

3.2 Considerações sobre as entrevistas	80
3.2.1 Classificação Temática das Entrevistas	82
3.3 Considerações sobre o material midiático	97
3.3.1 Enquadramentos do material midiático	98
4. Estudo de Caso: contexto, análise e discussão dos resultados	103
4.1 Breve contextualização da Operação Lava Jato	103
4.1.1 Mídia e Lava Jato	106
4.1.2 Principais fases da Operação	107
4.1.3 O fim da Lava Jato	111
4.2 Análise das entrevistas	113
4.2.1 Tema Corrupção	114
4.2.2 Tema Operação Lava Jato	119
4.2.3 Tema Jornalismo	128
4.3 Análise complementar de material midiático	142
4.3.1 Detalhamento por período de análise	143
4.4 Discussão dos resultados	152
Considerações finais	158
Referências bibliográficas	163

Lista de figuras

Figura 1: Causas e Consequências da corrupção.....	36
Figura 2: Evolução da Corrupção por tipo de Regime.....	40

Lista de tabelas

Tabela 1: Tipos de corrupção.....	28
Tabela 2: Tipologia de entrevistas.....	76
Tabela 3: Livro de códigos da análise temática - Tema Corrupção.....	83
Tabela 4: Livro de códigos da análise temática - Tema Lava Jato.....	85
Tabela 5: Livro de códigos da análise temática - Tema Jornalismo	89
Tabela 6: Quadros da análise do material midiático.....	99

Introdução

Quais as percepções sobre a corrupção e sobre o maior escândalo político midiático brasileiro construídas por aqueles responsáveis por apurar, traduzir, e reportar esses fatos à sociedade? Caco Barcellos, repórter de rua há mais de cinquenta anos, costuma se preocupar com a ótica que o jornalista impõe à notícia, pois é ela que constituirá a história do nosso tempo: “quando saímos às ruas, levamos conosco nossas ideologias e conceitos. O olhar que vamos impor a partir do nosso envolvimento na história vai fazer a diferença na construção do futuro”. O lugar do jornalista no relato do fato, que durante muito tempo se restringiu a uma esperança utópica de imparcialidade e objetividade, se torna, hoje, tema digno de primeira página nas discussões acadêmicas. A descrença na instituição jornalística atrelada ao fim da imponente Era de sua compreensão como o “quarto poder” abre espaço para novos entendimentos sobre o papel do jornalista e de suas percepções para a salvaguarda do ofício.

Esta pesquisa de doutorado trata-se de um estudo de Jornalismo, no âmbito da Comunicação Política, com a ótica do Culturalismo, e que parte do entendimento de que jornalismo e jornalistas participam ativamente da definição e construção das notícias e, assim, da construção e interpretação da realidade (CAREY, 2022; BLUMLER, GUREVITCH; 1995; TRAQUINA, 2004; AGUIAR, 2007). O principal objetivo do trabalho é analisar as percepções sobre a corrupção e sobre a Operação Lava Jato construídas por jornalistas brasileiros. A partir do objetivo principal, são dois os objetivos secundários: 1) analisar como esses atores percebem o papel do jornalismo e do jornalista na cobertura midiática da pauta da corrupção; e 2) como avaliam o papel do jornalismo e do jornalista na cobertura midiática da Operação Lava Jato.

Este estudo busca elaborar uma pesquisa que esteja inserida na perspectiva construtivista e interpretativa, partindo da centralidade que os significados possuem nas dinâmicas sociais. Os significados são compartilhados, construídos e modificados pelas interações sociais entre os atores, e estão sempre sujeitos aos processos interpretativos individuais. São três as premissas básicas do

interacionismo simbólico: 1) a de que atores agem em relação a “coisas” – objetos, pessoas, instituições e até ideais – de acordo com os significados que elas possuem para cada ator; 2) a de que o significado em si surge dos diferentes tipos de interação social; e 3) a de que esses significados são construídos e modificados por meio dos processos interpretativos utilizados por cada ator para lidar com o que encontra (BLUMER, 1969). Waisbord (2019) entende a interação simbólica como uma das principais conceituações para a comunicação. A premissa subjacente à compreensão da comunicação pela ótica do interacionismo simbólico é a de que a realidade social é criada e vivida “na” e “por meio da” comunicação, e é defendida por autores clássicos nos estudos de teoria da comunicação, como James Carey (2022) e Stuart Hall (2016).

Esse tipo de posicionamento epistemológico por parte desta pesquisa se justifica por sua ausência em muitos dos estudos de Ciências Sociais contemporâneos. O significado é dado como certo ou é considerado um elo neutro entre os fatores responsáveis por comportamentos humanos, estes fundidos a relações de causa e efeito (BLUMER, 1969). Ainda hoje, pesquisas em Comunicação Política focam na causalidade e nos fatos empiricamente observáveis, o que não é sempre a forma mais adequada de abordar as questões (SALGADO; STANYER, 2019; STANYER et al., 2019; SALGADO et al., 2019). Indo por outro caminho e se aproximando do posicionamento deste trabalho, Blumler e Gurevitch (1995) entendem a comunicação política como um produto sistêmico formado por um fluxo recíproco entre jornalismo, políticos e audiência que tende a reproduzir suas relações de poder e dependências, mas que traz como vantagens a não sobreposição de um elemento em relação ao outro, e a facilitação do desenvolvimento de pesquisas transnacionais, possibilitando medir e comparar sistemas. Nesse sentido, este estudo se aproxima de uma perspectiva mais interpretativa da realidade, refletindo sobre os modos pelos quais as mídias afetam a cultura, as práticas e as instituições políticas (BARNHURST, 2011). Com esse posicionamento, o trabalho abraça também uma epistemologia mais em linha com a teoria latino-americana da comunicação (GARCÍA CANCLINI, 2005; BARBERO, 1997).

Em relação à escolha da pauta da corrupção, esta se tornou uma questão política e midiática global, sempre apontada como explicação para problemas sociais e econômicos (VAZ E VELASCO, 2017). Conceito disputado e com vários sentidos e significados a depender do contexto, é ainda elemento constituinte da realidade latino-americana e legitimador de práticas culturais, políticas e sociais (ALBUQUERQUE E PINTO, 2014). “A suspeita de corrupção nas sociedades latino-americanas é completa. Trata-se da desconfiança de tudo o que é público” (LATINOBAROMETRO, 2021, p.84). Esta pesquisa tem como foco de análise a corrupção no Brasil. Entre os escândalos da última década, a Operação Lava Jato é considerada o maior já ocorrido na América Latina (LAGUNES; SVEJNAR, 2020). A investigação expôs esquemas de contribuições políticas, doações ilegais, subornos e lavagem de dinheiro em pelo menos dez países latino-americanos. Em suas primeiras fases, a Lava Jato foi considerada um grande avanço na investigação e no combate à corrupção por meio da descoberta de corrupção sistêmica na Petrobras, investigação de diversos atores ligados aos atos corruptos e adoção dos procedimentos jurídicos cabíveis. No entanto, as fases posteriores adquiriram contornos políticos por parte da força-tarefa. O escândalo de corrupção dessa proporção deflagrado no Brasil trouxe consequências em diferentes esferas e camadas sociais, estando na política e na midiática o foco desta pesquisa.

Em relação à escolha por se trabalhar com as percepções de jornalistas, este trabalho entende a comunicação política como espaço de construção dos significados e representações da política, sendo a cultura o elemento essencial no processo. Nesse espaço, jornalistas são atores fundamentais e profundamente envolvidos na interpretação e modificação de processos interpretativos (BLUMLER, GUREVITCH; 1995), definindo o que é notícia e contribuindo ativamente na construção da realidade (TRAQUINA, 2004, p.29). O uso mais especializado, técnico e profissional da corrupção muitas vezes entra em conflito com os significados atribuídos ao conceito por pessoas comuns, políticos e por profissionais da mídia, cada um com preocupações e interesses diferentes sobre o mesmo tema (PHILIP, 2014). Por outro lado, nas coberturas acerca de esquemas corruptos, o campo midiático interfere no debate público sobre o tema, possuindo papel central e de impacto ao sistema político. Durante a construção de significados

e interpretações partilhados sobre a corrupção, o campo midiático pode recorrer, por exemplo, ao denunciismo moral e à lógica do escândalo, capazes de mobilizar a audiência, mas que anulam qualquer possibilidade de debate público acerca do tema (FILGUEIRAS, 2008). Nesse sentido, a pesquisa entende a importância de analisar as percepções sobre a corrupção construídas por esses atores principalmente em um contexto de hibridismo midiático, em que “novas” e “velhas” mídias trabalham juntas, em um mesmo sistema (CHADWICK, 2013), ampliando o número de atores/formadores de opinião e de perspectivas no debate público.

Este trabalho desenvolve uma metodologia qualitativa e interpretativa, e usa, para isso, de um estudo de caso como estratégia de pesquisa, combinando aplicação e análise temática de entrevistas semiestruturadas com uma análise complementar de enquadramento de conteúdo midiático. A aplicação e análise temática de entrevistas semiestruturadas permitem captar a complexidade de percepções sobre corrupção, Lava Jato e cobertura midiática por parte dos jornalistas entrevistados (ALVES E SILVA, 1992; DUARTE, 2012; SALGADO; STANYER, 2019; STANYER et al., 2019; SALGADO et al., 2019). Esse tipo de entrevista parte de questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, buscando a intensidade nas respostas, e não a sua quantificação ou representação estatística (DUARTE, 2012). Combinado a esse método, optou-se por uma análise complementar de material midiático pelo entendimento de que, sendo membros da sociedade, jornalistas e veículos de mídia se envolvem profundamente na construção das representações sociais (AGUIAR, 2007) e da política (BLUMLER, GUREVITCH; 1995), tornando relevante um olhar aprofundado e analítico sobre as abordagens utilizadas na construção das percepções. Esta tese também entende que temas tão caros à realidade latino-americana só poderiam ser tratados por meio de uma combinação de métodos de análise que pudesse dar conta de toda a riqueza dos dados coletados, e somente uma abordagem qualitativa interpretativa proporciona o entendimento de fenômenos sociais complexos integrados.

Ao longo desta tese, a pesquisa e análise mostram que as percepções sobre a corrupção por parte da amostra de jornalistas entrevistada estão ligadas, principalmente à Política: a corrupção no dia a dia das relações políticas e no uso

político da pauta como estratégia de disputa de narrativas e de poder. Há um entendimento de centralidade da Lava Jato, percebida como um divisor de águas que levou poderosos à prisão, mas que perdeu o rumo e assumiu contornos políticos. A construção das percepções iniciais sobre a Lava Jato por parte de dois dos principais jornais brasileiros associou a Operação às investigações sobre a compra da refinaria de Pasadena pela Petrobras, colocando, desde o início, membros do governo vigente no palco das denúncias e de apontamento de envolvidos. Ainda sobre a cobertura midiática, a pesquisa mostra que jornalistas também reconhecem a existência de uma aliança entre mídia e força-tarefa durante a Operação, que se constituiu de cumplicidade e instrumentalização; o entendimento sobre essa aliança foi reforçado pela análise complementar dos editoriais da época.

A tese também detalha as percepções dos entrevistados acerca do *status quo* que envolveu e envolve a cobertura de escândalos políticos de grande proporção no Brasil, como foi a Lava Jato, na complexidade do ambiente midiático contemporâneo. Entre elas, o entendimento da inter-relação de fatores como alto fluxo informacional, consolidação de veículos digitais como concorrentes, pressão, crise nas redações jornalísticas, e relações complexas com as fontes de informação. Mesmo assim, o estudo ressalta que jornalistas ainda buscam por um fazer jornalístico responsável, crítico e investigativo. A seguir, esta introdução apresenta, de forma mais detalhada, os objetivos, objeto de análise e considerações metodológicas do trabalho.

Objetivos, objetos de análise e considerações metodológicas

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar as percepções sobre a corrupção e sobre a Operação Lava Jato construídas por jornalistas brasileiros; os objetivos secundários são 1) analisar como esses atores percebem o papel do jornalismo e do jornalista na cobertura midiática da pauta da corrupção; e 2) como avaliam o papel do jornalismo e do jornalista na cobertura midiática da Operação Lava Jato. Por meio dos resultados da pesquisa, o trabalho espera trazer: a) uma contribuição acadêmica do ponto de vista metodológico para trabalhos do Campo

na região a partir do uso de uma abordagem qualitativa interpretativa que combina diferentes objetos e métodos de análise; b) uma contribuição teórica ao debate sobre jornalismo e corrupção, especialmente no contexto latino-americano; e c) uma contribuição pragmática a partir do fornecimento de pistas sobre as definições de corrupção, Lava Jato e jornalismo político que perpassam arenas de discussão pública no Brasil.

Estudos com foco em percepções possuem vantagens quando se trata de analisar a pauta da corrupção, pois trazem riqueza de compreensão dos escândalos midiáticos que envolvem o tema (ROSE-ACKERMAN; PALIFKA, 2020 [1999]). A pesquisa também prevê uma revisão de literatura sobre corrupção, jornalismo e América Latina (ROTHSTEIN E VARRAICH, 2017; HOLMES, 2015; SHLEIFER & VISHNY, 1993; ROSE-ACKERMAN & PALIFKA, 2020 [1999]; VAZ E VEASCO, 2017; MAURO, 1995; PHILIP, 2014; WALLIS, 2006; HEIDENHEIMER, 1970; MUNGIU-PIPPIDI, 2006; LITTLE; POSADA-CARBÓ, 1996; ROTBERG, 2019; SELIGSON, 2005; VALLS, 2019; MELLADO; MOREIRA, 2012; MORRIS, 2019; WAISBORD, 2000; BERGONZI, 2008; GUERRERO, 2014), especialmente no contexto brasileiro (DAMATTA, 1986; FAORO, 2001; CALDERÓN; CASTELLS, 2021; ALBUQUERQUE E PINTO, 2014; ALBUQUERQUE E GAGLIARDI, 2020; AZEVEDO, 2006; FILGUEIRAS, 2010).

Os objetos de análise desta tese são entrevistas semiestruturadas realizadas com jornalistas brasileiros que possuem atuação na cobertura política; e editoriais publicados durante a Lava Jato por dois dos principais jornais do Brasil. A escolha por se trabalhar com o contexto brasileiro que envolve a corrupção se deu pela trajetória política e midiática atrelada a coberturas de grandes escândalos envolvendo o tema no país. Outro aspecto que embasa a escolha trata-se dos poucos avanços ocorridos no Brasil em termos institucionais no que diz respeito ao combate à corrupção para além de denúncias, operações e investigações policiais. Rose-Ackerman e Palifka (2020) argumentam que a “corrupção firmemente instalada deve ser combatida tanto pela reforma do serviço público quanto por mudanças na natureza do trabalho do governo” (ROSE-ACKERMAN; PALIFKA, 2020 [1999], p.123-154), o que não aconteceu após a Operação. Por fim, o fato de

ter havido certo consenso entre os veículos de mídia *mainstream* sobre as denúncias da força-tarefa ao “sequer questionar qualquer excesso por parte da equipe de investigação da operação” (ATHANÁSIO, 2017, p.13) enriquece a busca pelas percepções sobre a corrupção desse contexto.

No que diz respeito à metodologia, este trabalho desenvolve uma análise qualitativa e interpretativa, utilizando, como estratégia de pesquisa, um estudo de caso, combinando aplicação e análise temática de entrevistas semiestruturadas, e análise complementar de enquadramento de editoriais. São realizadas entrevistas semiestruturadas a fim de entender as percepções construídas por jornalistas sobre a corrupção e sobre a Operação Lava Jato; e como avaliam o papel do jornalismo e do jornalista na cobertura da pauta da corrupção e da Operação em si. O método de análise de enquadramento de material midiático busca identificar as abordagens utilizadas pelos veículos de imprensa para a construção das percepções sobre a Lava Jato a partir de seus editoriais, isto é, de seus posicionamentos.

O capítulo de estudo de caso desta pesquisa é dividido em quatro partes: 1) breve contextualização da Lava Jato, suas principais fases e sua relação com a cobertura midiática; 2) os primeiros resultados da análise temática das entrevistas semiestruturadas, com detalhamento das percepções encontradas ligadas a cada tema e exemplificação a partir de trechos de declarações dos entrevistados; 3) análise complementar de enquadramentos encontrados em conteúdo midiático e exemplos da identificação dos quadros nos editoriais; e 4) discussão dos achados da pesquisa, articulando referencial teórico, entrevistas e conteúdo midiático. Houve checagem independente da análise e dos resultados por outras duas pesquisadoras.

Em relação às entrevistas semiestruturadas, o processo metodológico adotado foi semelhante ao desenvolvido anteriormente em Ituassu e colegas (2023) e houve a produção de um roteiro prévio de questões. Inspiradas em Salgado e Stanyer (2019), as questões que serviram de guia para a elaboração do roteiro das entrevistas foram: a) Como define a corrupção e qual a importância do tema? b) Na sua percepção, quais são as razões que fazem a pauta da corrupção ser abordada pela mídia? c) Como você avalia a Operação Lava Jato? d) De que forma você avalia o papel dos veículos de imprensa e dos jornalistas na cobertura da Operação

Lava Jato? e) Na sua percepção, qual deveria ser o papel do jornalismo e dos jornalistas em coberturas de corrupção política?

No que diz respeito ao material midiático, de forma complementar às entrevistas, a pesquisa realiza análise de enquadramentos de editoriais de dois dos veículos que se encontram entre os de maior consumo semanal no Brasil: Folha de S. Paulo e Estadão (REUTERS MEDIA REPORT, 2020). Optou-se por três recortes temporais que contemplassem o início, meio e fim da Lava Jato. Entre genéricos e específicos, os enquadramentos analisados nos editoriais foram os de Moralidade, Atribuição de responsabilidade, Personificação, Demonstração de Apoio e Quantias Envolvidas. A discussão dos dados da análise das entrevistas e do material midiático completa o estudo de caso e leva às conclusões do trabalho. A seguir, esta introdução detalha a organização da tese.

Organização da tese

Esta tese possui quatro capítulos e é dividida em duas partes. Na primeira parte, a fundamentação teórica que localiza e norteia a pesquisa. O capítulo 1 apresenta breve revisão de literatura a respeito da Corrupção: suas definições, classificações, causas, consequências, métricas, formas de mensuração e sua relação com a política e sistemas de governo. O segundo capítulo apresenta a relação entre jornalismo, corrupção e América Latina. A seção aborda o jornalismo de *watchdog*, as características da mídia na região, como se dão os escândalos políticos como o da Lava Jato e o contexto brasileiro que os envolve.

Na segunda parte desta tese, a abordagem metodológica do trabalho e seus resultados. O capítulo de Metodologia discute teoricamente os métodos adotados. A seção também apresenta o detalhamento prático da adoção desses referenciais metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa. Também na parte II, o capítulo de Estudo de Caso apresenta uma breve contextualização a respeito da Operação Lava Jato, e se debruça nas considerações e primeiros resultados da análise das entrevistas e do material midiático, com exemplos de trechos de declarações dos entrevistados e dos editoriais. O capítulo encerra discutindo os achados de toda a

seção, articulando teoria, entrevistas e conteúdo midiático. Passa-se, então, para as considerações finais, onde são revisitados os principais pontos abordados pelo trabalho, e onde se encontram as relativizações, limitações da pesquisa e possibilidades futuras de estudos. A tese se encerra com a lista de referências bibliográficas.

PARTE I: Fundamentos teóricos: corrupção, jornalismo e América Latina

A parte I desta pesquisa tem como objetivo apresentar um panorama teórico relacionado aos grandes temas guarda-chuva deste trabalho, se debruçando sobre a realidade latino-americana da corrupção, e sobre a atuação do jornalismo na região. A corrupção é uma questão multidimensional e que, na América Latina, é produto cultural, político e social que leva à descrença cidadã. Historicamente, a corrupção esteve presente em todos os governos brasileiros, configurando-se um fenômeno enraizado na cultura política local.

Após o retorno democrático à região latino-americana, o jornalismo focado na denúncia e vigilância se espalhou na expectativa de que a imprensa se tornasse central a vida democrática ao monitorar o poder, informar o cidadão e promover o debate público. O desenvolvimento da função de *watchdog* tornou jornalistas reformadores sociais, que buscavam gerar grandes mudanças políticas e provocar ultrajes morais. O cenário se mostrava fértil para o surgimento do denunciismo em forma de escândalo, possibilitando uma série de fenômenos político-midiáticos de larga escala, um deles mais recente e tratado por este trabalho: a Operação Lava Jato. O jornalismo brasileiro e latino-americano, as condições para esse tipo de jornalismo, e uma introdução sobre a Lava Jato também são brevemente apresentados nesta primeira grande seção da tese. Mas, para que seja possível uma compreensão mais abrangente de um dos temas centrais desta pesquisa, o capítulo inicial se debruça no próprio conceito da corrupção: suas definições, causas, consequências, métricas, relação com a política e sistemas de governo, e práticas de enfrentamento.

1. Um breve ensaio sobre a Corrupção

Neste capítulo, a pesquisa busca apresentar, por meio da literatura, as clivagens e abordagens da corrupção de forma a contemplar, especialmente, o seu aspecto multidisciplinar, mas jogando luz à sua compreensão ligada ao Campo da Política – Campo de estudo deste trabalho, que entende que há um processo de produção de uma cultura política em cada sociedade a partir das percepções geradas sobre a corrupção. Também apresenta causas e consequências, formas de mensuração e práticas de enfrentamento.

De toda a divergência gerada pelo tema entre estudiosos e pesquisadores, há um consenso de que a corrupção é um conceito plural, complexo, histórico e multidimensional (HEIDENHEIMER, 1970; ROSE-ACKERMAN E PALIFKA, 2020 [1999]; KARKLINS, 2005; ROTHSTEIN E VARRAICH, 2017; HOLMES, 2015; SHLEIFER E VISHNY, 1993; VAZ E VEASCO, 2017; MAURO, 1995; TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2021; BANCO MUNDIAL, 1997; HELLMAN, JONES, KAUFMANN, 2000; PHILIP, 2014; WALLIS, 2006; ALEMANN, 2004; GÉNAUX, 2004; FILGUEIRAS, 2008; POZSGAI-ALVAREZ, 2022) que perpassa décadas, culturas, e valores; possui raízes econômicas, culturais, políticas, éticas, sociais e até linguísticas; e se contextualiza e se torna um problema e uma patologia dentro das especificidades de cada país.

De Aristóteles, com suas formas puras e corruptas de governo, ao cristianismo – que entende a moralidade e a corrupção como duas faces da mesma moeda –, pensadores iluministas, filósofos, cientistas políticos, economistas, agentes de Estado, e organizações internacionais e não governamentais têm se preocupado em analisar, classificar e medir a corrupção e suas consequências. É um conceito, portanto, que contempla diversas conotações e interpretações, variando conforme tempo, lugar, e disciplina de análise (WALLIS, 2006; ROTHSTEIN E VARRAICH, 2017; ROSE-ACKERMAN E PALIFKA, 2020 [1999]).

1.1. Definições e Classificações: a corrupção como um conceito multidisciplinar

A pesquisa traz, a seguir, algumas das definições e classificações clássicas e contemporâneas abordadas pela literatura de corrupção, focando, especialmente, naquelas que tratam da corrupção política, pano de fundo deste trabalho. Pela inspiração clássica e republicana que sempre a envolveu em todas as suas definições, a corrupção tem como principal ótica de análise o moralismo, sendo tida como um problema de virtude. Socialmente, a palavra “corrupção” é usada como metáfora para tudo o que não é certo, impuro ou que leva à decadência e à depravação (KARKLINS, 2005). Nos séculos XVII e XVIII, pela interpretação dada ao conceito por pensadores como Montesquieu e Rousseau e a partir do domínio da ciência moderna, há uma virada no seu sentido linguístico, ao desvincular a corrupção do problema moral das virtudes. Dessa forma, não é mais “compreendida através do conceito de virtudes, mas do conceito de interesses como substrato material das leis” (FILGUEIRAS, 2008, p.78).

Amadurecendo e interagindo ao longo do tempo com os contextos político, econômico, cultural, ético e social, o tema ainda demora a ganhar centralidade. Até o fim do século XX, ainda era pouco mencionado; mais do que isso, por toda a sua tradição, muitas vezes era visto como um tabu (ROTHSTEIN E VARRAICH, 2017). A partir da década de 1990, no entanto, Academia e comunidade internacional se tornam conscientes dos “efeitos corrosivos e potencialmente devastadores da corrupção” (HOLMES, 2015), e a coloca de forma significativa e permanente no debate público e na agenda política global (SHLEIFER E VISHNY, 1993; ROSE-ACKERMAN E PALIFKA, 2020 [1999]), ganhando, também, uma roupagem liberal. É a partir desta época, portanto, que:

(...) a corrupção adquire a condição de causa por excelência para diferentes problemas políticos, econômicos e sociais. Os governos já não falham tipicamente na medida em que aprofundam ou deixam de corrigir deformações estruturais, mas quando praticam, facilitam ou deixam de coibir a corrupção. Antes entendida, sobretudo, como desvio atribuível aos indivíduos que a praticam, a corrupção se converte em questão sistêmica, a partir da qual podem ser desdobradas as causas de

problemas sociais e econômicos fundamentais, como subdesenvolvimento e desigualdade (VAZ E VEASCO, 2017, p. 71).

Pensada de forma sistêmica, passa a ser definida, classificada e mensurada, e instituições, conferências, manuais e literatura identificam suas causas e consequências, enquanto índices, indicadores e metodologias buscam aferi-la (VAZ E VELASCO, 2017). Um dos primeiros passos para essa mudança na relevância e na construção teórica da corrupção foi dado pelo então presidente do Banco Mundial, James D. Wolfensohn, que em 1995 redefiniu o tema como um problema econômico e estabeleceu programas de combate à corrupção em diversos países do mundo. Na mesma época, houve a fundação da Transparência Internacional, uma das principais organizações mundiais de enfrentamento da corrupção; a publicação de seu Índice de Percepção da Corrupção veio a acentuar a preocupação internacional sobre o tema e a causar alarme e até raiva pela emergência do assunto por parte de lideranças de alguns países (ROTHSTEIN E VARRAICH, 2017; HOLMES, 2015). Na mesma época, o Fundo Monetário Internacional passava a colocar o conceito em evidência, relacionando o aumento da corrupção com a redução de investimentos e, conseqüentemente, com a redução do crescimento econômico de uma nação (MAURO, 1995). Iniciava-se, assim, a elaboração de estudos, reportagens, discursos e argumentos sobre o tema, tendo como principais referenciais as definições, classificações e mensurações estabelecidas por essas Organizações Internacionais de Desenvolvimento, ancoradas em aspectos técnicos e na construção de uma visão ocidental e liberal sobre a questão.

Desde a sua fundação, a Transparência Internacional desenvolve “um amplo portfólio de publicações, bancos de dados, índices, metodologias, métodos de treinamento e até mesmo um centro de atendimento para ativistas e profissionais de áreas que podem influenciar no combate à corrupção” (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2021). Atualmente, segundo o próprio órgão, é reconhecida como o principal *think-tank* sobre transparência e boa governança no mundo. Pela Transparência Internacional (2021), a corrupção é definida como “abuso de poder delegado a alguém para obtenção de ganho privado, podendo ser classificada como grande corrupção, pequena corrupção e aquelas de natureza privada ou política a

depende do volume de recursos apropriados indevidamente e do setor em que ocorre” (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2021).

Como grande corrupção, os atos ilícitos praticados pelo alto escalão de governos, que distorcem políticas públicas e o funcionamento dos estados, permitindo que haja benefício no que é de interesse público, causando prejuízos para a eficiência da economia e ampliação das desigualdades sociais (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2021). Esta envolve um pequeno número de participantes, que pagam a legisladores para passarem leis que lhes sejam mais favoráveis, e a ministros e a chefes de agências para emitirem regulamentações que lhes sejam benéficas (ROSE-ACKERMAN E PALIFKA, 2020 [1999]).

A pequena corrupção trata-se do abuso cotidiano cometido por servidores públicos de baixo e médio escalão em suas interações com pessoas comuns, na tentativa de acessar bens e serviços públicos como hospitais, escolas ou delegacias a fim de sonegar impostos, evitar multas ou ter acesso a atendimento prioritário, tudo isso mediante pagamento de determinada quantia a um funcionário público. A grande e a pequena corrupção podem estar inter-relacionadas, isto é, a corrupção em um nível pode dar suporte e encorajar a corrupção em outro setor. A corrupção privada ou comercial envolve apenas entes privados, normalmente por práticas de suborno, e ainda não é tipificada como crime em alguns países, entre eles o Brasil (ROSE-ACKERMAN E PALIFKA, 2020 [1999]).

Por fim, a corrupção política se revela na manipulação de políticas públicas, interferência nas instituições e mudanças de regras na alocação de recursos e em linhas de financiamento por parte de autoridades, que abusam de sua posição para ganhar poder, status e dinheiro (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2021). A cultura política e a corrupção estão relacionadas, principalmente, à denotação da corrupção política por sancionar condutas que possuem o objetivo de gerar ganhos individuais ou para um grupo, acima do interesse comum; condutas que violam os princípios democráticos e afetam todos os membros da sociedade (PESTRANA VALLS, 2019). É sobre esta forma de corrupção que esta tese pretende se debruçar, mas, antes, passeia também pela multidisciplinaridade que permeia o tema.

Alemann (2004, p. 26) apresenta uma abordagem multidimensional da corrupção por meio de cinco perspectivas e dimensões:

- a) Corrupção como declínio social: essa abordagem leva em conta o desenvolvimento histórico do conceito, e engloba seu entendimento clássico desde Aristóteles até os pensadores iluministas, isto é, a corrupção como um declínio das virtudes e como oposição à moralidade.
- b) Corrupção como comportamento desviante: a compreensão sociológica do termo abarca o componente particularista de uma troca pessoa-pessoa, e se concentra em um “distúrbio” nas relações sociais dentro do sistema político.
- c) Corrupção como lógica de troca: essa dimensão trabalha com as perspectivas jurídica e econômica. Nesse caso, o corruptor deseja um recurso escasso (contrato, concessão, licença...) que o fornecedor (o funcionário público, a pessoa a ser corrompida, o corrupto) pode conceder. O corrompido recebe um incentivo adicional oculto (valor monetário) ao preço normal para a concessão do recurso, violando, assim, normas publicamente aceitas e causando danos a terceiros, concorrentes e ao bem público, e tudo isso é mantido em segredo. Quando toda essa transação é efetuada, há corrupção como lógica de troca.
- d) Corrupção como sistema de percepções mensuráveis: essa perspectiva leva em conta a importância de se buscar mensurar a corrupção, e engloba todos os estudos e análises que buscam medi-la e avalia-la em diferentes países.
- e) Corrupção como política paralela: essa perspectiva aborda as nuances da corrupção política associada à análise do que é tido como ilícito em um sistema sociopolítico de valores morais. As práticas corruptas ocorrem através de processos políticos informais denominados “política paralela”.

Pela ótica da Economia, a corrupção trata de qualquer tipo de apropriação indevida de vantagens ou de algo de domínio público, o que implica no rompimento das relações de confiança entre cidadãos e Estado, sendo este o mandatário da ordem econômica (FILGUEIRAS, 2008, p.136). Na década de 1990, a Economia teve papel considerável no debate sobre a corrupção, criando as raízes que até hoje ancoram o conceito. Nessa época, há a emergência do tema entre as pautas do Banco Mundial e do FMI, e são publicados estudos tidos como referências na

literatura de corrupção. Para a corrente econômica, a abordagem é fundamental para o entendimento de quais são os maiores e mais impactantes incentivos à corrupção (ROSE-ACKERMAN E PALIFKA, 2020 [1999]).

Economista do Fundo Monetário Internacional e, anteriormente, do Banco Mundial, Paolo Mauro publicou, em 1995, um estudo que já acumula mais de oito mil citações no Google Acadêmico. Em *Corruption and Growth* (1995), Mauro ilustra a mudança de posicionamento das organizações mundiais na década de 1990, e a relevância que o tema da corrupção passa a ter no cenário econômico internacional. Em sua pesquisa, ele constata que a corrupção diminui o investimento, e, dessa forma, diminui o crescimento econômico de onde ocorre; pode ainda afetar o nível de renda estável de um país, levando à má distribuição da produção entre os setores. Portanto, quando a economia está abaixo de seu nível de renda estável, as altas taxas de corrupção podem levar a menos crescimento.

Em 1997, o Banco Mundial publica *“Helping Countries Combat Corruption”*, onde apresenta a definição para a corrupção que se torna canônica entre as discussões econômicas e políticas globais, além de uma visão taxonômica, com as diferentes roupagens que o conceito pode assumir. Dentro dessa perspectiva, corrupção seria:

(...) the abuse of public office for private gain. Public office is abused for private gain when an official accepts, solicits, or extorts a bribe. It is also abused when private agents actively offer bribes to circumvent public policies and processes for competitive advantage and profit. Public office can also be abused for personal benefit even if no bribery occurs, through patronage and nepotism, the theft of state assets, or the diversion of state revenues (BANCO MUNDIAL, 1997).

A definição do Banco Mundial, portanto, sinaliza os tipos de corrupção recorrentes na Literatura como um todo: suborno, clientelismo, nepotismo, roubos de ativos do Estado. Segundo a organização, essa definição cobre a maior parte das ações corruptas que encontra. No entanto, destacam que os subornos seriam uma das principais ferramentas de corrupção, e podem ser usados para comprar contratos governamentais, adquirir benefícios do governo, juros mais baixos, licenças, para acelerar concessão ou permissões de governo, e para mudar resultados jurídicos. Nesse material, o órgão também sublinha a distinção entre grande e pequena

corrupção, tratando, respectivamente, de transações internacionais envolvendo políticos e burocratas, ou internamente em setores públicos e privados. Eles concluem que as somas envolvidas na grande corrupção podem chegar às manchetes dos jornais em todo o mundo, mas os custos agregados da pequena corrupção, em termos monetários e de distorções econômicas, podem ser tão grandes quanto, ou até maiores (BANCO MUNDIAL, 1997).

Em 2000, funcionários do Banco Mundial apresentaram mais uma distinção, esta entre corrupção administrativa e captura de estado (*state capture*); o último é definido como uma forma grande de corrupção, tratando de empresas que moldam e afetam a formulação de regras por meio de pagamentos privados a funcionários públicos e políticos; já corrupção administrativa se referiria a formas “mesquinhas” de suborno em conexão com a implementação de leis, regras e regulamentos (HELLMAN; JONES; KAUFMANN, 2000). Essa distinção entrou em debate na Academia. Para Holmes (2015), uma desvantagem do termo “captura do estado” é que pode ser interpretado como uma implicação de que aqueles que oferecem subornos são mais culpados do que aqueles que os aceitam. O mal entendido poderia ser reduzido se um termo que focasse na atenção aos corruptos – como “venda do estado” (*selling the state*) em vez de “captura do estado” – tivesse sido adotado (HOLMES, 2015).

Ainda pela dimensão econômica, um marco na discussão contemporânea sobre a corrupção trata-se de “*Corruption and Government*” (ROSE-ACKERMAN E PALIFKA, 2020 [1999]). Rose-Ackerman é uma das primeiras autoras a analisar a corrupção sob o ponto de vista econômico baseada em sua atuação como pesquisadora junto ao Banco Mundial, em 1996. Para ela, é preciso dar importância e relevância aos incentivos econômicos como um fator essencial para entender e atacar a corrupção. Reduzi-la é condição essencial para o aperfeiçoamento da democracia constitucional, e isso se dá pelo realinhamento dos interesses de agentes públicos e dos cidadãos e por reformas governamentais no plano político, administrativo e econômico. A análise de Rose-Ackerman (2020 [1999]) tem foco na forma como a corrupção afeta países em desenvolvimento e os em transição. Em seus argumentos, apresenta o modelo “agente-principal”, em que um agente público pode se desviar da sua função para atingir objetivos privados – recebimento de

dinheiro em troca de favores, peculato, nepotismo, extorsão. Esse desvio da confiança depositada nos agentes públicos acaba minando a legitimidade de governos e de políticas públicas. Assim, em vez de focarem na corrupção como um desvio ético-normativo, a preocupação está em entender os contextos institucionais que podem criar incentivos que facilitam e favorecem a corrupção (ROSE-ACKERMAN; PALIFKA, 2020 [1999]). Esse modelo se insere em uma tradição de trabalhos de discussão sobre a corrupção por parte da literatura de Economia, e recebe críticas por parecer sugerir que a política é inevitavelmente uma força que incentiva a corrupção (PHILIP, 2014).

A partir da definição da Transparência Internacional, que entende a corrupção como “abuso de poder delegado a alguém para obtenção de ganho privado”, chega-se ao cerne do modelo “agente-principal”. O termo chave para essa compreensão é “poder delegado” (*entrusted power*), concedido, por exemplo, pela população a um dirigente governamental. Se houver abuso ao poder que lhe foi delegado, as regras a que foi submetido nessa concessão são quebradas, e os objetivos estabelecidos são subvertidos (ROSE-ACKERMAN E PALIFKA, 2020 [1999], p. 24). Dentro dessa relação de poder delegado, podem ocorrer diferentes tipos de atos corruptos, como detalhados a seguir.

Tabela 1: Tipos de corrupção

suborno (<i>bribery</i>)	Explícita troca por dinheiro, presente em espécie ou favores, visando benefícios que deveriam ser legalmente isentos de custo ou destinados em outros termos. Inclui tanto o suborno de funcionários públicos quanto o de agentes de empresas privadas.
----------------------------	---

extorsão (<i>extortion</i>)	Exigência de um suborno ou favor por um funcionário como condição sine qua non para cumprir seu dever ou para quebrar uma regra. A extorsão é uma forma de suborno, na qual o receptor desempenha papel ativo.
troca de favores (<i>exchange of favors</i>)	Troca de uma quebra de regra por outra.
nepotismo (<i>nepotism</i>)	Concessão de emprego a um membro da família ou a outra pessoa bem relacionada, em lugar de um candidato mais qualificado, mas sem relações similares.
favorecimento discriminatório (<i>cronyism</i>)	Concessão de preferência a membros de um dado grupo – racial, étnico, religioso, político ou social – em detrimento de membros de outros grupos.
fraude judicial (<i>judicial fraud</i>)	Decisão baseada em algum dos tipos anteriores de corrupção, ou ameaça a juízes, em lugar de méritos no caso.
fraude contábil (<i>accounting fraud</i>)	Erro proposital com relação a vendas ou lucros.
fraude eleitoral (<i>electoral fraud</i>)	Manipulação de resultados eleitorais, por meio de compra de votos ou de ameaças ao eleitorado, ou por falsificação ou destruição de votos.

fraude em serviço público (<i>public service fraud</i>)	Qualquer atividade que burle ou prejudique as exigências legais da prestação de serviços públicos, mesmo que nenhum suborno seja pago.
apropriação indébita (<i>embezzlement</i>)	Roubo de valores ou objetos pertencentes ao empregador pelo empregado.
cleptocracia (<i>kleptocracy</i>)	Estado autocrático, governado de forma a maximizar a riqueza pessoal de seus principais dirigentes.
tráfico de influência (<i>influence peddling</i>)	Uso do próprio poder de decisão ou influência no governo, para extrair subornos ou favores de partes interessadas.
conflitos de interesse (<i>conflicts of interest</i>)	Poder usufruir uma vantagem pessoal a partir dos efeitos de políticas de cuja decisão participa.

Fonte: ROSE-ACKERMAN; PALIFKA, 2020 [1999], p. 24.

Ainda sob o viés econômico, há duas possíveis razões pelas quais a corrupção pode custar caro para o desenvolvimento da Economia. A primeira é que governos se enfraquecem quando permitem que agentes governamentais pratiquem subornos a agentes privados; o segundo grande custo se dá pelas distorções e problemas decorrentes dos atos corruptos em sigilo, que podem levar ao desvio de investimentos de pautas de maior importância, como saúde e educação, para projetos potencialmente de menos relevância, como defesa e infraestrutura, se estes últimos oferecerem melhores oportunidades à corrupção. Nesse sentido, as competições econômica e política podem reduzir os níveis de corrupção e seus custos (SHLEIFER E VISHNY, 1993).

Wallis (2006) também se debruça sobre o desenvolvimento econômico atrelado ao combate à corrupção, e apresenta um conceito específico, calcado na

Grã-Bretanha no início do século XVIII e que se espalhou pela França e colônias americanas. Ainda compreendida como uma doença, por conta da tradição moral do termo, as três sociedades passaram um século elaborando e implementando reformas constitucionais para proteger seus sistemas políticos, e o resultado desse esforço foi o desenvolvimento econômico moderno (WALLIS, 2006). Trata-se da corrupção sistemática, quando a política corrompe a economia, havendo, assim, a manipulação da economia para fins políticos. O autor acrescenta à discussão a distinção entre esse tipo de corrupção (sistemática) e o que chama de “corrupção venal”. No primeiro caso, em que a política corrompe a economia, são criados mecanismos por governantes para aumento da arrecadação, como concessão de monopólio, tarifas, cotas e regulamentos, construindo, assim, uma coalizão que possa dominar o governo. No caso da corrupção venal, há o inverso: a economia corrompe a política, havendo uma busca por interesses econômicos privados por meio do processo político. Portanto, se os detentores do poder político distribuem poder econômico pode ocorrer a corrupção sistemática; quando aqueles com poder econômico influenciam a política ou as leis, a corrupção é venal (WALLIS, 2006).

Entre as duas formas de corrupção, a mais danosa ao bem-estar social e ao crescimento econômico seria a corrupção sistemática, já que governos sistematicamente corruptos são governos criadores de arrecadações, e não buscadores (WALLIS, 2006, p.25). A corrupção venal também preocupava os pensadores clássicos, que a relacionavam à corrupção moral e ética de povos e sociedades, bem como de governos, mas concluíram que esta seria um resultado inevitável da natureza humana, focando seus esforços, desse modo, em formas de governo que pudessem resistir à corrupção sistemática. Ao elimina-la, esperavam mitigar, também, os problemas de corrupção venal (WALLIS, 2006, p.25).

Em geral, esses estudos clássicos sobre a corrupção pela literatura econômica mencionam a relação da corrupção com o desenvolvimento econômico, alegando que os investimentos externos em um país variam de acordo com a percepção global de seu grau de corrupção. Quanto maior ela é, menores os investimentos recebidos e, por conseguinte, mais negativas as condições em que se vive, isto é, maiores o subdesenvolvimento e a desigualdade. No entanto, Vaz e Velasco (2017) argumentam que correlações como estas não estão imunes à

problematização, e se perguntam: “a corrupção causa a redução do crescimento econômico ou, ao contrário, o subdesenvolvimento facilita a existência de corrupção, neste caso apenas mais uma característica social negativa do subdesenvolvimento?” (VAZ E VELASCO, 2017, p. 80).

1.1.1 Corrupção e Política

Apesar da grande relevância das obras da literatura econômica na discussão sobre a corrupção, a Ciência Política tem papel central na construção teórica do tema antes mesmo da abrangência conceitual em torno da Economia. Esse papel se deu a partir da produção de Arnold J. Heidenheimer, um dos principais autores da literatura sobre o tema, considerado o avô de estudos comparativos em corrupção (HOLMES, 2015). Em “*Political Corruption Readings in Comparative Analysis*” (1970), há um esforço para se quebrar o tabu contra a definição de corrupção existente na Academia na época. Heidenheimer (1970) enfatiza que o uso da corrupção em contextos políticos tem sua construção calcada em significados ligados à moralidade, e analisa o termo por meio de três abordagens com foco na esfera pública: cargo público, opinião pública (mercado) e interesse público.

As definições centradas em cargos públicos se relacionam de forma essencial com o conceito de cargo público e com os desvios de normas. Nessa abordagem, a corrupção, embora ligada ao ato de suborno, é um termo geral que abrange o uso indevido de autoridade como resultado para ganho pessoal, para benefício pessoal impróprio e que não precisa ser monetário. Já as centradas no mercado foram desenvolvidas sob o viés da teoria do mercado e abordam cenários em que o funcionário público corrupto considera seu cargo público como um negócio privado, cuja renda ele irá maximizar. O que podem cobrar como suborno, por exemplo, depende da oferta e da demanda do bem ou serviço que oferecem, ou seja, da situação do mercado. Por fim, as definições centradas no interesse público são adotadas por parte da Academia que entende a necessidade de se considerar o interesse público ao desenvolver definições para a corrupção, já que é por meio dele que se ilustraria a essência do conceito. Concentra-se, portanto, no dano causado ao

público e aos seus interesses devido ao comportamento impróprio de funcionários públicos (HEIDENHEIMER, 1970).

Heidenheimer (1970) apresenta três categorias de corrupção de acordo com as percepções sociais em um contexto de diferentes tipos de sistemas políticos: corrupção "preta", "branca" e "cinza". Essa distinção foi pensada considerando que elites e cidadãos comuns entendem ou podem perceber os fenômenos atrelados à corrupção de formas diferentes. A primeira trata de atividades que elites e cidadãos condenam e querem ver punidas; nesse caso, a corrupção é desprezada e punida como uma violação grave dos padrões morais e da lei. Essa definição seria mais encontrada em sociedades moldadas pela mídia moderna. A segunda se refere a atividades que, embora ainda formalmente percebidas como corrupção, são amplamente vistas com tolerância por ambos os grupos, que não querem ver os seus autores penalizados. Sistemas baseados em relações familiares costumam encontrar essa categoria. A terceira foca em atividades sobre as quais as elites e o público em geral têm pontos de vista diferentes, ou sobre as quais existem diferenças significativas de opinião. As ações são condenáveis de acordo com os padrões morais aceitos, mas as pessoas envolvidas ainda não têm qualquer senso de estar fazendo algo errado. Essa categoria seria mais típica de Estados constitucionais modernos ou que passaram por transições em direção a terem culturas políticas mais democráticas.

Ainda na dimensão da Ciência Política, *“Corrupt Exchanges - Actors, Resources, and Mechanisms of Political Corruption”*, de Della Porta e Vannucci (1999) teve destaque na consolidação do conceito pelo viés político. Os autores entendem a corrupção como o conjunto de ações ou omissões que implicam no uso excessivo de recursos considerados públicos para favorecer um determinado interesse. A característica central da utilização desses recursos é a clandestinidade, incluindo os elementos do sigilo e do recurso público.

Para Philip (2014), a corrupção na política ocorre quando um funcionário público viola as regras e/ou normas do cargo para o detrimento dos interesses do público para beneficiar a si mesmo e a um terceiro. A recompensa é obter acesso a bens ou serviços que não obteriam senão de maneira corrupta. Esses três agentes identificados na operação podem ajudar a reconhecer uma ampla gama de

diferentes práticas de corrupção, com correspondentes implicações para as formas como se responde a elas (PHILIP, 2014).

A partir das definições abordadas, pode-se entender que a corrupção na política é um contraconceito de bom governo, e, por isso, para entender o que é corrupção e o que não é em um contexto social, torna-se necessário entender o modo como os atores justificam determinados valores e normas como boas ou ruins, “atribuindo às instituições o qualificativo da integridade ou da corrupção” (FILGUEIRAS, 2008, p. 82-83). Calderón e Castells (2021) descrevem dez tipos mais recorrentes de ações corruptas ligadas ao Estado e a agentes públicos, que variam segundo a dinâmica sociopolítica de cada país (p.279-280):

- 1) Pagamento de empresas aos agentes políticos, sejam eles partidos, pessoas ou a administração, em troca de decisões políticas e administrativas;
- 2) Utilização, por parte do Estado, dos recursos de empresas públicas sob seu controle;
- 3) Utilização, pelo Estado, dos mercados públicos para favorecer determinadas empresas ou provedores de serviços em troca de financiamento de atores políticos, tanto partidos, quanto pessoas;
- 4) Compra de concessões legais ou financeiras dos governos por parte de governos estrangeiros ou de empresas por eles protegidas.
- 5) Compra de tolerância ou cumplicidade de atores ou instituições do Estado por parte de redes criminosas de tráfico de drogas, lavagem de capitais, extorsão ou intimidação;
- 6) Designação para cargos estratégicos, pela cúpula do Estado, de pessoas concretas indicadas por agentes econômicos ou sociais como forma de estabelecer uma relação privilegiada entre o Estado e esses atores;
- 7) Compra de votos de deputados e senadores por parte de interesses privados ou do Poder Executivo;
- 8) Intimidação ou imposição a membros do Poder Judiciário de decisões jurídicas por parte das autoridades do Estado;
- 9) Compra pelos atores políticos de um tratamento favorável por parte dos meios de comunicação;

- 10) Ameaça direta a editores e jornalistas independentes quando suas críticas não são do agrado dos poderes estabelecidos.

Na tentativa de compreender tantas definições que envolvem o protagonismo e a conceituação da corrupção, há uma corrente de pesquisadores que buscam encontrar um core para o termo, isto é, um núcleo comum que liga as diferentes definições para além de entendimentos e especificidades culturais, políticas e econômicas locais. Essa compreensão em comum não exclui que existam diferentes tipos de corrupção e que a conexão entre ela e o sistema político possa variar. A definição universal de democracia representativa, por exemplo, embora seja a mesma globalmente, tem uma configuração institucional específica em cada localidade (ROTHSTEIN E VARRAICH, 2017). Como Karklins (2005, p. 6) argumenta, pode haver uma diferença na forma como os atos corruptos se expressam em diferentes contextos e sistemas políticos, mas isso não altera o significado central do termo.

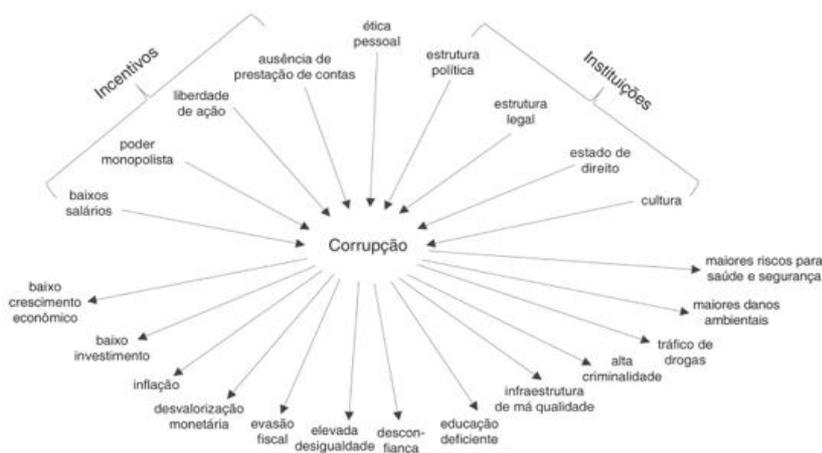
Grande parte da Academia que se debruça sobre a corrupção denomina essa compreensão “única” como culturalmente neutra, e se refere ao uso indevido/abuso de cargo público para ganhos privados. Philip (2014) chama atenção para o fato de que, na busca por esse consenso conceitual, a literatura acaba por adotar uma “definição de uma linha” auxiliada por métricas que endossam esse entendimento. A questão, para ele, é mais complexa: chegar a uma terminologia central também seria uma maneira de entender e ordenar o mundo político. Sendo assim, defende uma compreensão conceitual mais profunda que identifique o lugar que o problema da corrupção política ocupa dentro do pensamento político ocidental, sem se curvar ao entendimento relativista – em que as definições locais são tratadas como intraduzíveis para outros contextos – e nem estipulável, como se houvesse uma definição técnica para a questão (PHILIP, 2014, p.20).

1.2 Causas e Consequências

Nos anos 1990, o Banco Mundial já discutia as possíveis causas da corrupção. Para a organização, são sempre contextuais, enraizadas na política, nas

tradições burocráticas, no desenvolvimento político e na história social de um país. Sendo assim, quanto mais fracas as instituições e as políticas governamentais de geração de renda, mais passível de a corrupção florescer (BANCO MUNDIAL, 1997). Entre as tantas causas para a corrupção, existe um conjunto de principais que interagem umas com as outras (ROSE-ACKERMAN; PALIFKA, 2020 [1999]). A corrupção ocorreria na interseção entre incentivos relacionados a situações específicas, instituições significativas da sociedade e ética pessoal, como na figura abaixo.

Figura 1: Causas e Consequências da corrupção



Fonte: ROSE-ACKERMAN; PALIFKA, 2020 [1999], p.

Dando foco a sociedades em desenvolvimento ou em transição, objeto desta pesquisa, uma das consequências mais sérias da corrupção é que pode resultar em redução da ajuda externa, já que doadores ou credores em potencial podem se recusar a fornecer fundos a países nessas condições (HOLMES, 2015). Além disso, as leis e normas sociais seriam mal definidas ou disseminadas de forma inadequada, e a *accountability* seria normalmente fraca, o que levaria a divergências entre as regras formais e informais que regem o comportamento nos setores públicos (BANCO MUNDIAL, 1997). Onde a corrupção é sistêmica, as regras formais permanecem em vigor, mas são substituídas por regras informais. Na prática, a lei não é cumprida ou é aplicada de forma partidária e prevalecem as regras informais (BANCO MUNDIAL, 1997). A via é de mão dupla: o fraco poder da lei contribui

para a corrupção, mas a corrupção também enfraquece o poder da lei. A corrupção viabiliza, por exemplo, o tráfico de drogas, de armas, de pessoas e o contrabando, mas os traficantes também, ativamente, procuram corromper as autoridades (ROSE-ACKERMAN E PALIFKA, 2020 [1999]).

Outra consequência trata da limitação ao crescimento, e a destruição da confiança no governo (ROSE-ACKERMAN; PALIFKA, 2020 [1999]), reduzindo os poderes de votar, falar e contestar que os cidadãos possuem para influenciar decisões coletivas, criando ineficiências na prestação de serviços públicos, e minando a cultura da democracia (WARREN, 2014). Nessa mesma linha, Uslaner (2014) foca a sua preocupação nas consequências da corrupção para a desigualdade, já que a corrupção torna os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. Sociedades corruptas, portanto, produzem o que chama de “armadilha da desigualdade” (*inequality trap*):

desigualdade → baixa confiança → corrupção → mais desigualdade

Com menos dinheiro para gastar com serviços básicos, as pessoas tendem a perder a fé em seus líderes (WARREN, 2014; USLANER, 2014), ficando menos dispostas a confiar a eles o dinheiro de impostos, gerando mais corrupção e mais desigualdade (USLANER, 2014, p.199). Holmes (2015) sintetiza quais seriam os principais impactos da corrupção para as esferas social, política e econômica. Em resumo, o excesso de corrupção pode resultar na perda de fé dos cidadãos no mercado, na democracia e no Estado de Direito.

- a) Para a sociedade: a corrupção tende a criar um senso maior de "eles" e "nós" na sociedade, tanto vertical (entre elites e público) quanto horizontalmente (entre os próprios cidadãos); a corrupção pode aumentar a desigualdade; altos níveis de corrupção e os consequentes baixos níveis de confiança no Estado também podem aumentar a sensação de insegurança social.
- b) Para a Economia: aspecto mais pesquisado e relatado do impacto da corrupção; níveis elevados de corrupção minam as oportunidades de ajuda

externa e de ingressar em organizações internacionais, levando a graves repercussões econômicas.

- c) Para o sistema político: A corrupção pode afetar negativamente os sistemas políticos e regimes, aumentando injustamente o poder e a influência de legisladores individuais dispostos a privilegiar quem pagar-lhes subornos ou melhorar suas perspectivas em futuras eleições; minando a competição eleitoral; aumentando as desigualdades entre os partidos políticos; reduzindo a competitividade partidária; levando a mais fraude e impropriedade eleitoral (compra de votos); minando a legitimidade do sistema (HOLMES, 2015).

A corrupção é uma questão diretamente ligada à confiança; confiança no outro, confiança de que não será punido, e confiança de que não será descoberto (ALEMANN, 2004). Por ser uma questão de confiança, a transparência e *accountability* governamental se tornam processos ainda mais importantes. O caminho não é demonizar a pauta da corrupção, e sim levá-la em consideração como parte da política informal nas sociedades, mas, em vez de aceitá-la, buscar mecanismos para combatê-la. A corrupção é uma violação da confiança pública que envolve muito mais do que dinheiro em seu processo, já que a falta de igualdade de acesso ao poder e à posição pública acarretada pela corrupção leva à perda da confiança e da crença em todo o sistema político (KARKLINS, 2005). A consequência mais importante, portanto, é a “destruição do vínculo de confiança entre governantes e governados sobre o qual repousa a legitimidade democrática”. Isso transcenderia posições ideológicas, já que não se trata de direita contra esquerda, ou ditadura versus democracia: “simplesmente, a maioria dos cidadãos desconfia de qualquer um que esteja no poder”. A destruição da confiança rompe o senso de comunidade, separando Estado e Nação e abrindo espaço para estratégias de competição ligadas a um pensamento individualista de “salve-se quem puder” (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p.309). Outra importante consequência estaria na consagração da política do escândalo como fórmula de conflito político:

As oposições não se resolvem nas instituições, mas no espaço público, sempre tendencioso, dos meios de comunicação e das redes sociais, frequentemente manipuladas. A política midiática consiste na

destruição da imagem do oponente expondo sua corrupção; quem é mais corrupto e em quem cada um acredita transformaram-se no critério de seleção política, independentemente de programas e ideologias (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 309-310).

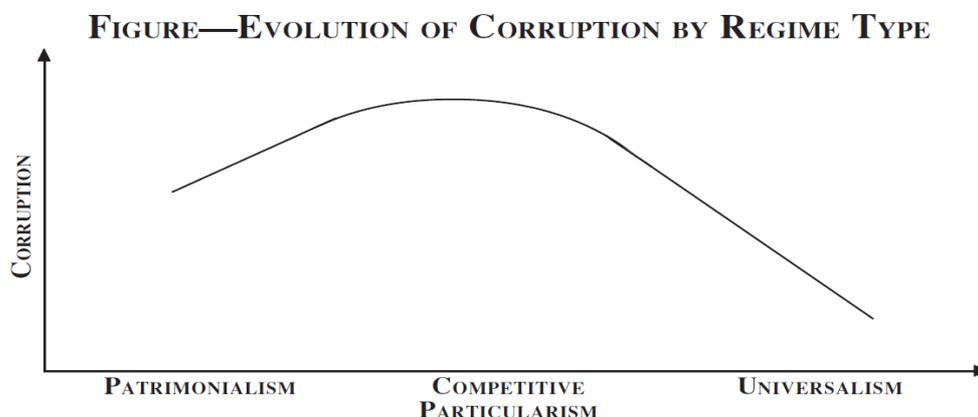
A partir de uma breve revisão de literatura a respeito do histórico de definições e classificações mais comumente utilizadas quando se trata da corrupção, além de suas causas e consequências, esta pesquisa busca avançar na medida em que segue mergulhando no Campo que permeia este trabalho: a Política.

1.3 Corrupção e Sistemas de governo

Pretende-se, aqui, apresentar sob a perspectiva da literatura especializada a relação entre a corrupção e os sistemas de governo, dando foco na relação da corrupção com a democracia. Karklins (2005, p.16) divide os atos de corrupção em democracias recentes em três tipos: a) corrupção administrativa de baixo nível; b) lucro de ativos por parte de funcionários em benefício próprio; e c) captura de Estado por redes corruptas. Analisando o argumento da autora, Holmes (2015) acrescenta que os tipos a e c são semelhantes aos do Banco Mundial. Mas o lucro de ativos em benefício próprio seria um acréscimo importante e pode ser encontrado em muitos países em transição nos últimos anos.

A fim de jogar luz sobre como a corrupção se materializa de acordo com o sistema político vigente, Mungiu-Pippidi (2006) sistematiza os tipos aproximados de corrupção junto aos seus regimes governamentais, especialmente em governos patrimonialistas, particularistas e democratas, alegando que grande parte das sociedades contemporâneas e não europeias dos últimos cem anos situam-se em algum lugar dentro dessa classificação (MUNGIU-PIPPIDI, 2006, p. 89), conforme gráfico abaixo.

Figura 2: Evolução da Corrupção por tipo de Regime



Fonte: MUNGIU-PIPPIDI, 2006, p. 89.

Em regimes patrimoniais e tradicionais, a distribuição de poder é desequilibrada em favor de certos grupos sociais ou étnicos, e governantes e até suas famílias podem confiscar a propriedade de seu povo, mas equilibram seus atos a fim de não levar a sociedade a uma rebelião. Dessa maneira, a corrupção permanece limitada, mesmo na ausência de *accountability* adequada. No entanto, é em regimes tidos como intermediários (particularismo competitivo) que a corrupção explode. A aceitação social da corrupção deixa de ser a norma, e a sociedade passa a fazer pressão por mecanismos para responsabilizar os governantes. Nesse contexto, o comportamento irresponsável de quem está no poder passa a legitimar o comportamento ilegal dos cidadãos, aumentando a distância entre as instituições formais (Estado de Direito) e as informais (práticas reais), e levando ao risco de a democracia ser desacreditada. Nessa categoria, segundo a autora, estão as democracias delegativas latino-americanas, anarquias competitivas africanas e democracias eleitorais pós-comunistas (MUNGIU-PIPPIDI, 2006). No terceiro tipo de regime, a democracia liberal, as oportunidades de corrupção diminuem e se tornam menos comuns, já que há mais equilíbrio de poder. Mesmo assim, a corrupção pode “reaparecer” quando a *accountability* se torna fraca ou inexistente. Em países onde a norma do universalismo não é aplicada e amplamente respeitada, a democracia não cria raízes, mesmo que as eleições sejam realizadas regularmente (MUNGIU-PIPPIDI, 2006).

Tratando anos antes do mesmo argumento de que sociedades democráticas tendem a ser menos corruptas, Rose-Ackerman (1999) entende que a democracia não deve ser vista como uma cura para a corrupção, mas estruturas democráticas podem fornecer as condições necessárias para que as políticas anticorrupção tenham sucesso. Estados não democráticos são mais suscetíveis à corrupção em razão de suas normas terem o potencial de organizar governos com menos *accountability*. Em uma democracia, as regras de votação eleitoral e o processo legislativo interagem com clivagens políticas subjacentes para afetar as oportunidades de corrupção (ROSE-ACKERMAN, 1999b). Warren (2014) concorda com o consenso de que a corrupção política não é benéfica para a democracia, pois corrói as normas, processos e mecanismos do próprio sistema democrático. Focando ainda mais na relação entre os dois termos, ele argumenta que são conceitos “endógenos”: identificar ações, práticas ou instituições corruptas seria também identificar as formas em que as ações, práticas ou instituições que compõem a democracia estão falhando, embora a corrupção compreenda apenas um conjunto de maneiras pelas quais a democracia pode falhar. Nesse sentido, na sua visão, o que define uma prática, ação, troca ou instituição como corrupta é a corrosão de alguma característica que permite a democracia. Também por isso, quando as democracias vão mal, é provável que a corrupção (em vez de opressão, violência, tirania ou outras patologias relacionadas) esteja no topo da lista de problemas, e os cidadãos tendem a colocar a corrupção no topo de suas razões de insatisfação (WARREN, 2014, p. 42-53).

Em uma democracia, corrupção é forma de exclusão, minando poderes democráticos ao trazer um tratamento parcial a instituições imparciais, e corroendo a confiança nas instituições políticas e nos agentes públicos. Em países democráticos e corruptos, a) o impacto do voto é reduzido pelo rompimento das relações entre o principal e o agente (teoria do agente-principal), essenciais para a representação democrática; b) a influência pública por meio da voz popular e da deliberação é abalada; c) e os propósitos públicos e a capacidade do governo de agir em nome do povo são minados. Em suma, a corrupção política mina a democracia porque significa excluir as pessoas das decisões que as afetam. Nesse sentido, a própria lógica da corrupção envolve exclusão: os corruptos usam seu controle sobre

os recursos para obter ganhos à custa dos excluídos (WARREN, 2014, p. 42-53). Filgueiras (p.159) lista alguns dos principais efeitos da corrupção sobre a democracia:

- a) A deslegitimação das instituições democráticas
- b) A crescente desconfiança para com a elite política
- c) A fundamentação de desigualdades sociais
- d) A centralização excessiva pela criação de uma elite política que se reproduz no poder

Sobre o primeiro efeito, a necessidade de construção de mecanismos de responsabilização dos políticos na institucionalidade democrática a fim de evitar o risco de deslegitimação. Sobre o segundo, como consequência da corrupção, as elites políticas e partidárias também passam a ter mais descrédito, contribuindo para a instabilidade política. O terceiro efeito trata das desigualdades sociais, que são ampliadas a partir da criação de assimetrias mercadológicas pelas práticas corruptas de suborno e pagamentos de propina, por exemplo, consolidando um sistema desigual de alocação de recursos públicos. Por fim, a corrupção contribui para uma centralização excessiva de poder ao possibilitar a hegemonia de alguns, que se arraigam no poder e controlam os fluxos econômicos (FILGUEIRAS, 2008).

1.4 Métricas e formas de mensuração

“Como medimos algo que é, por sua própria natureza, amplamente oculto?” (HEYWOOD, 2014, p.137). Desde que foi colocada como pauta central pela Academia e comunidade internacional, a corrupção passou a ser definida, classificada e mensurada, e instituições, conferências, manuais e literatura passaram a buscar suas causas e consequências, enquanto índices, indicadores e metodologias buscaram aferi-la (VAZ E VELASCO, 2017). Esses métodos de análise foram desenvolvidos a partir do entendimento de que é possível combater a corrupção apenas se existe alguma forma viável de documentar o *status quo* e de mensurar mudanças, e a mensuração cumpriria esse papel de descobrir como opera a corrupção e como estimar seus prejuízos. A partir das medições, a possibilidade de

recomendações de reformas e de acompanhar o progresso de uma nação ao longo do tempo (ROSE-ACKERMAN; PALIFKA, 2020 [1999]).

A criação de relatórios por parte de organizações referência em estudos de opinião pública, como o Latinobarômetro e Transparência Internacional, além de Organizações Internacionais de Desenvolvimento, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial tiveram como base quatro métodos comuns usados para medir a escala da corrupção: estatísticas oficiais; pesquisas de percepção; pesquisas experienciais; e pesquisas de rastreamento (HOLMES, 2015).

Entre os principais relatórios de mensuração da corrupção (HEYWOOD, 2014) estão o Índice de Percepção da Corrupção, da Transparência Internacional, o Indicador de Controle da Corrupção e o Indicador de Governança Mundial, do Banco Mundial, este último cujo controle da corrupção é um de seus parâmetros de análise. O Indicador de Controle da Corrupção do Banco Mundial usa um conceito mais amplo de corrupção, que contempla instituições que trabalham com integridade eleitoral e liberdade de imprensa, enquanto o Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional foca em conceitos de corrupção associados a suborno, apropriação indébita e influência política (ROSE-ACKERMAN E PALIFKA, 2020 [1999]).

Ainda sobre o Índice de Percepção da Corrupção, nos anos 1990 e por meio da difusão pela imprensa, o relatório levantou o nível de consciência dos cidadãos ao redor do mundo sobre a necessidade do controle da corrupção e de uma maior prestação de contas e transparência por parte dos governos. Desde então, seus índices são usados por pesquisadores para identificar causas da corrupção ou para determinar seus efeitos (ROSE-ACKERMAN E PALIFKA, 2020 [1999]). Nos dados de 2020 divulgados pelo IPC¹, as Américas ficaram com pontuação média de 43 pelo quinto ano consecutivo, apresentando “casos de corrupção e má administração de verbas em uma das regiões mais afetadas pela crise de COVID-19” (IPC, 2020). A escala vai de 0 a 100, na qual 0 significa que a região é percebida como altamente corrupta e 100 que é percebida como muito íntegra.

Outro importante relatório produzido pela TI e que tem como característica ser imerso no contexto latino-americano trata-se do Barômetro Global da

¹ <https://transparenciainternacional.org.br/ipc/>

Corrupção de América Latina e Caribe² – o maior e mais detalhado conjunto de dados de opinião pública sobre a corrupção nas duas regiões. Seus resultados mais recentes mostram que a maioria dos cidadãos acha que a corrupção está aumentando, que governos não estão fazendo o bastante para controlá-la, e que os governantes são os mais corruptos (GCB-LAC, 2019).

Também com foco na América Latina, o Latinobarômetro é um estudo de opinião pública que aplica cerca de 20.000 entrevistas em 18 países latino-americanos, representando mais de 600 milhões de habitantes. O relatório de 2021³ mostra que a corrupção na América Latina é um produto cultural: 75% dos cidadãos acreditam que não existe igualdade perante a lei, o que leva a consequências sociais e de cultura cívica, e a corrupção é um resultado de tudo isso (LATINOBAROMETRO, 2021). Outro dado levantado pelo relatório é de que não há ausência de corrupção em grupos significativos de sociedades latino-americanas. Os representantes que ocupam as instituições mais importantes da democracia estão sob a suspeita maioritária de serem corruptos. O presidente (58%), o parlamento (55%), a polícia (50%) e o judiciário (47%) são os principais representantes sob suspeita maioritária de serem corruptos. O Brasil é o quarto país latino-americano com mais conhecimento por parte da população sobre ocorrência de atos de corrupção. O relatório alerta para a necessidade de os países da América Latina reconstruírem essas percepções antes de consolidarem suas democracias (LATINOBAROMETRO, 2021).

Em 2022, a Transparência Internacional divulgou o relatório global *Exporting Corruption 2022*, que traz um importante diagnóstico do estado da corrupção no contexto brasileiro. Pelos dados, o Brasil tem regredido na implementação de um dos instrumentos mais importantes na legislação internacional contra a corrupção e que pertence à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, bloco em que o governo brasileiro tem como pretensão fazer parte. A Convenção Antissuborno da OCDE objetiva combater o pagamento de propinas a funcionários públicos estrangeiros para favorecimento de

² <https://images.transparencycdn.org/images/GCB-LAC-2019-report-in-Spanish.pdf>

³ <https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>

negócios no mercado global. Em 2022, o país regrediu de uma avaliação “moderada” para a categoria de “limitada”.

No entanto, importa ressaltar que o papel desses órgãos desde os anos 1990 no desenvolvimento de avaliações internacionais anticorrupção também recebe críticas. A agenda internacional anticorrupção representaria um ideal liberal ocidental específico que nem sempre pode ser aplicável a outras realidades e contextos, já que falharia em apreciar costumes e instituições locais e em adaptar seus programas às circunstâncias de cada país (ROTHSTEIN E VARRAICH, 2017; ROSE-ACKERMAN E PALIFKA, 2020 [1999]). Para Albuquerque e Gagliardi (2020), a visão dominante sobre a corrupção favorece os interesses de certos elementos da elite da sociedade, como judiciário e mídia tradicional, e, portanto, a agenda de combate à corrupção não seria politicamente neutra, possuindo um viés elitista e neoliberal que beneficia certos agentes sociais em detrimento de outros. Eles acrescentam que:

a literatura internacional tem dado como certo que a luta contra a corrupção é um fator de fortalecimento da democracia e supõe que o judiciário e a mídia desempenham um papel positivo a esse respeito. No entanto, experiências recentes brasileiras sugerem que essa regra não é universal, e o discurso de combate à corrupção pode ajudar a legitimar iniciativas que visam minar a democracia (ALBUQUERQUE E GAGLIARDI, 2020, p. 77-97).

Heywood (2014) constata que há preocupações em torno da consistência metodológica e das implicações políticas dos resultados que esses relatórios produzem. Seus resultados podem sofrer preconceitos internos mais sistemáticos do que seus criadores (TI e Banco Mundial, por exemplo) desejam admitir. O consenso, entretanto, não seria descartá-los, mas sim estar mais cientes de suas limitações potenciais.

1.5 Combate à corrupção: práticas de enfrentamento, “desocultação” e escândalo

Feitos os diagnósticos a partir de métricas, relatórios e avaliações, como enfrentar a corrupção? Para parte da literatura, a maneira mais eficiente se dá por reformas políticas, administrativas e econômicas, e pela ampliação da transparência. Rose-Ackerman e Palifka (2020 [1999]) entendem que qualquer reforma institucional precisa ir além de medidas punitivas, criminais ou administrativas para redesenhar os programas governamentais que são impactados por corrupção. “Uma ‘caça as bruxas’ que busque eliminar ‘*maçãs podres*’ tende a ser ingênua e insuficiente. Seria preciso repensar as instituições para reduzir os incentivos e os espaços que permitem que a corrupção se instale e floresça” (ROSE-ACKERMAN E PALIFKA, 2020 [1999], p.11). Wallis (2006) vê na corrupção, especialmente na sistemática, um problema inerentemente constitucional e que, para ser combatido, necessita de uma medida igualmente constitucional. A proposição dessas reformas que visam o controle da corrupção, no entanto, está vinculada a uma necessária reconstrução da representação, já que os Parlamentos se tornaram centros da corrupção e “caixas de ressonância do descontentamento com a atividade política” nas democracias contemporâneas (FILGUEIRAS, 2008, p.165-166).

De forma institucionalizada, no que diz respeito ao combate à corrupção, as Agências Anti-Corrupção (*Anti-Corruption Agencies - ACAs*) são “unidades organizacionais que lideram a execução de uma ou mais funções-chave anticorrupção” (POZSGAI-ALVAREZ, 2022, p.9). A natureza e implementação dessas agências dependem de uma dimensão política, que se relaciona com a qualidade e características do governo. A partir dessa dimensão política, entende-se os interesses por trás de sua criação, os desafios e oportunidades que enfrenta durante a execução de reformas e ações, e as razões para sua preservação ou dissolução. O grande problema desse rol de reformas e organizações está no caráter muitas vezes “generalista e míope, visto que desconsideram os elementos morais e as condições cotidianas da corrupção na política” (FILGUEIRAS, 2008, p.166).

Entre as boas práticas de enfrentamento à corrupção, o conceito de transparência ganha centralidade. A transparência pública e governamental é foco

de ação de uma das principais organizações internacionais de combate à corrupção: Transparência Internacional, que tem como missão acabar com a corrupção e promover a integridade em todos os níveis e em todos os setores da sociedade (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2021). Nesse contexto, quanto mais transparência, menos oportunidades de corrupção seriam possíveis em um espectro político e social. Transparecer trata-se, em certa medida, de tornar visível ou de revelar o que está oculto. Tratando do tema nessa perspectiva, Filgueiras (2008) chama de “desocultação” um ato de fala representativo que possua pretensão de construção de verdade, e que tenha como objetivo fazer uma exposição, afirmação ou revelação ligada à corrupção política.

Como pretende produzir uma verdade factual, a desocultação resulta, muitas vezes, na instauração de um sentimento de crise ética associado à ideia de mau funcionamento do governo. Isso porque uma vez desocultada e elevada à esfera pública, a corrupção está sujeita a discursos de atores sociais nem sempre dotados de legitimidade para proferi-los, implicando em uma lógica baseada na prática dos escândalos políticos. Nos escândalos, tem-se a face visível da corrupção, susceptível a ser moldada pelo campo da mídia. Nas coberturas acerca de esquemas corruptos, podem aumentar fatos recorrendo, normalmente, ao denunciismo moral, capaz de mobilizar a massa, mas que anula qualquer possibilidade de debate público acerca da corrupção (FILGUEIRAS, 2008).

Do ponto de vista jurídico, o Direito também foi invadido pelos escândalos e sujeito ao uso instrumental por parte do campo político e da mídia, transformando sua suposta neutralidade e impessoalidade. Nos tribunais, a corrupção passou a ser dramatizada para a sociedade, e o judiciário tornou-se, assim, incapaz de ser instância de combate à corrupção (FILGUEIRAS, 2008, p.191). De que maneira, então, pode haver enfrentamento e combate à corrupção em um contexto de escândalos, dramatização e denunciismo moral?

O ideal republicano de boa governança ou bom governo tem como uma de suas interpretações a importância da imparcialidade das instituições no exercício do poder. Como imparcialidade, refere-se à isenção, por exemplo, de funcionários do governo ao implementar leis e políticas, isto é, sem levarem em consideração aspectos sobre os cidadãos/casos que não estejam estipulados previamente pela

política ou pela lei (ROTHSTEIN E TEORELL, 2005). Pensar em sistemas políticos e em sociedades alicerçadas em práticas de bom governo, em suma, refere-se a ir além de mudanças no marco legal de controle da corrupção e de reduções em sistemas de incentivos a ações corruptas. Em uma concepção republicana de política, é essencial e trata de um resgate da moralidade política, da valorização da cidadania ativa e da educação cívica para que, assim, seja possível constituir boas práticas de controle da corrupção (FILGUEIRAS, 2008).

2. Uma reflexão sobre Jornalismo e Corrupção no contexto latino-americano

“A suspeita de corrupção nas sociedades latino-americanas é completa. É a desconfiança de tudo que é público. A América Latina deve reconstruir essas percepções antes de consolidar suas democracias”.

Relatório Latinobarômetro de 2021

Neste capítulo, a pesquisa busca trazer uma breve discussão da Literatura a respeito da relação entre jornalismo, corrupção e América Latina, se debruçando sobre a atuação jornalística de denunciamento à corrupção, contexto brasileiro, cenário que envolve os escândalos político-midiáticos na região, e exposição inicial sobre a Operação Lava Jato. Antes de tratar do envolvimento do jornalismo na cobertura da corrupção latino-americana, o trabalho apresenta, brevemente, o contexto em que se dá a corrupção na América Latina.

2.1 A corrupção latino-americana

Elemento constituinte da realidade da região, a corrupção perpassa sua política, economia, cultura e realidade social. Na construção cultural da sociedade latino-americana, ela é pressuposta em todos os estamentos institucionais (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 278). As crescentes desigualdades sociais, fragilidade das instituições, presença de clientelismo nos processos eleitorais, prevalência de cultura política que tende a fomentar a desconfiança, e violação das regras formais tornam o cenário latino-americano terreno fértil para o crescimento de atos corruptos (PESTRANA VALLS, 2019).

Antes de iniciar a revisão de literatura, é preciso ter em mente que países da América Latina adotaram a língua e muitos traços culturais de seus antigos

colonizadores, e que, por isso, a autopercepção de ser periférico em relação ao Ocidente é um aspecto central de sua identidade (CANCLINI, 1998; ALBUQUERQUE, 2020). Essa percepção embasa a construção da identidade dos países latino-americanos, e se relaciona, dessa forma, com os fenômenos neles manifestados, incluindo a corrupção. Atualmente, a maior parte dos países latino-americanos possui constituições democráticas, sistemas judiciários profissionais e instituições funcionais, apesar das especificidades de cada região (ROSE-ACKERMAN, 2007). No entanto, essa parcial estabilidade não impediu que fossem atormentados pela corrupção ao longo de sua história, e que ainda sofressem as consequências da penetração dessas práticas nas dinâmicas políticas, econômicas e sociais.

A corrupção endêmica de burocratas, juízes, militares, políticos e civis foi reforçada ao longo do tempo, apesar de muito pouco ter sido publicado sobre a corrupção política na região entre os séculos XIX e início do século XX, já que as práticas se camuflavam em relações de clientelismo e parentesco que caracterizaram a vida política latino-americana. Nessa mesma época, há uma transformação no papel do Estado e um impulsionamento de investimento estrangeiro na região, alterando as formas assumidas pela corrupção. O aumento da circulação de capital estrangeiro tornou o cenário propício para as práticas corruptas cotidianas no alto e no baixo escalão, com abuso de cargos públicos em setores ligados à alfândega, cobrança de impostos e concessão de contratos (MILLER, 1996).

Mesmo assim, a corrupção só começa a se destacar como agenda política da América Latina a partir da década de 1990, período em que a pauta passa a ganhar força mundialmente. Na região, manifestações públicas anticorrupção ocorreram Argentina e no Brasil, ministros do Gabinete foram demitidos no México, juízes expurgados na Venezuela, e a Academia e o jornalismo dissertavam como nunca a respeito do tema (LITTLE, 1996). Essa crescente tomada de consciência sobre a corrupção influenciou a retórica de líderes latino-americanos, que passaram a incluir em suas campanhas eleitorais preocupações e estratégias anticorrupção, mesmo que o real compromisso com esse enfrentamento seja questionável (PARKER ET AL, 2004; VALLS, 2019).

À época, países latino-americanos começavam os seus processos de consolidação democrática. A corrupção implica, necessariamente, no descumprimento dos princípios democráticos, impossibilitando a manutenção do valor normativo da democracia, o seu desenvolvimento e a sua total realização como regime. Nesse sentido, o *boom* da agenda e da discussão pública sobre o tema tornou-se, desde então, um obstáculo à eficiência da democracia: a satisfação com o regime democrático na América Latina passa a estar ligada tanto à percepção da existência da corrupção quanto às avaliações que são feitas sobre as medidas tomadas para o seu enfrentamento (VALLS, 2019).

Na virada do século e em seus primeiros anos, a perturbação político-social causada pela corrupção sistêmica seguia pela América Latina. Nesse período, quase todos os países latino-americanos passaram por crises sociopolíticas que abalaram a estabilidade do Estado e tiveram na corrupção o seu fator desencadeante (CALDERÓN; CASTELLS, 2021). “Quando a América Latina parecia enfim ter alcançado o ideal de democracia liberal pelo qual tanto sangue, suor e lágrimas haviam sido derramados” (p.265), a corrupção do Estado se instaurava e passava a corroer a institucionalidade dos governos da região. Os países latino-americanos compartilham algumas características que ajudam a justificar essa penetração da lógica corrupta (PARKER ET AL, 2004):

- a) Países da região passaram por um período de transição para um serviço público profissional e de carreira, que recompensa o mérito em vez do parentesco.
- b) As leis muitas vezes são confusas e complicadas, e responsabilidades foram sobrepostas por diferentes órgãos locais de governo.
- c) Procedimentos e regulamentações burocráticas são complexas e excessivas para obtenção de alvarás, licenças e registros.
- d) As instituições de controle, quando existem, são fracas na fiscalização e supervisão de órgãos públicos e privados.
- e) Legislaturas ineficazes perante o poder executivo; a maioria das legislaturas na América Latina é tecnicamente mais fraca que o poder executivo e, portanto, não pode exercer efetivamente suas funções de supervisão.

- f) Os sistemas judiciais são disfuncionais, faltando eficiência e independência.
- g) Falta de poder de fiscalização e de participação pela população.
- h) Ausência de vontade política de lideranças políticas para a aplicação de mecanismos de controle da corrupção.

Sobre as razões para o avanço da corrupção na região, Delia Ferreira Rubio, presidente da Transparência Internacional acrescenta que:

(...) a corrupção avança quando democracias frágeis são sustentadas por pilares fracos, partidos políticos que perdem seus valores democráticos, e quando o populismo sequestra e questiona o Estado de Direito, recorrendo à demagogia fácil e eleitoralismo (ROSALES, 2020, p.63).

Outra característica definidora da penetração da corrupção na América Latina é a crença em uma “tradição da impunidade”. Corruptos estão sempre confiantes de que dificilmente serão pegos e que, mesmo que sejam, sofrerão poucas sanções. A impunidade também tem uma dimensão cultural. Há uma dificuldade de se determinar comportamentos legítimos e ilegítimos nas sociedades latino-americanas, haja visto que suas elites sempre foram organizadas com base em redes clientelistas, e que o nepotismo geralmente não é tido como objeto de condenação social geral: onde terminaria o clientelismo e/ou o nepotismo, e onde começaria a corrupção? (LITTLE, 1996; MILLER, 1996).

Para descrever pequenas trocas de favores e criação de certas conexões, a corrupção pode estar no que chamam de *pituto* chileno, *jeitinho* brasileiro, e *palanca* mexicana (ARELLANO-GAULT, 2019). Intrínseca às dinâmicas sociais e políticas, chega a ser de certa forma tolerada até em escolhas de candidatos políticos, levando-se mais em conta aquele que “rouba, mas faz”. Há, nesses casos, uma racionalização do comportamento antiético, mas que não é vista socialmente como um endosso popular à corrupção (POZSGAI-ALVAREZ, 2022). No caso do Brasil, o “jeitinho brasileiro” se relaciona com a origem da corrupção no país (PACHECO, 2021). O antropólogo Roberto DaMatta estruturou o conceito na década de 1980 a partir do argumento de que o brasileiro está imerso em um dilema

constante materializado em um combate entre as leis que devem valer para todos e as relações sociais que só funcionam para aqueles que as tem.

O resultado é um sistema social dividido e até mesmo equilibrado entre duas unidades sociais básicas: o indivíduo (o sujeito das leis universais que modernizam a sociedade) e a pessoa (o sujeito das relações sociais, que conduz ao pólo tradicional do sistema) Entre os dois, o coração dos brasileiros balança. E no meio dos dois, a malandragem, o “jeitinho” e o famoso e antipático “sabe com quem está falando?” seriam modos de enfrentar essas contradições e paradoxos de modo tipicamente brasileiro (DAMATTA, 1986, p.64).

“Dar um jeitinho” estaria, portanto, na mediação entre a lei, a situação onde deveria ser aplicada, e as pessoas envolvidas, que flexibilizam a aplicação da lei de modo a gerar privilégios individuais. No Brasil, a lei está ligada a uma não permissão formal capaz de tirar prazeres e desmanchar projetos e iniciativas. Por conta disso, houve a necessidade de se “descobrir e aperfeiçoar um modo, um jeito, um estilo de navegação social que passa sempre nas entrelinhas”, ocorre pelos arranjos sociais, e produz os jeitinhos brasileiros cotidianos (DAMATTA, 1986, p.66). Os obstáculos podem parecer impossíveis de ultrapassar, mas com o jeitinho, “nada é impossível” (ARELLANO-GAULT, 2019).

A habilidade de “dar um jeitinho” seria como uma “trapaça inteligente” (*intelligently cheating*), e aquele que consegue desenvolvê-la torna-se uma espécie de “pistolão”, auxiliando na resolução dos problemas (ARELLANO-GAULT, 2019). Por ser moldado por relações interpessoais, o jeitinho sugere uma troca de ações, relacionando o conceito com expressões cotidianas, como “uma mão lava a outra”, por exemplo. Muitas vezes, começa a partir de uma indagação: “o senhor não pode dar um jeitinho?” (BARBOSA, 1992). Relacionam-se à prática os costumes de “quebrar o galho”, de ter “jogo de cintura”, de dar uma “colher-de-chá”, de fazer alguma coisa com “boa vontade”, e de ser “malandro”. A “malandragem” é a profissionalização do jeitinho e “da arte de sobreviver nas situações mais difíceis”, utilizando de histórias, artifícios pessoais, ou de todo e qualquer modo engenhoso necessário para conseguir os benefícios desejados, burlando leis e normas sociais (DAMATTA, 1986, p.69). No entanto, é importante entender o jeitinho como uma prática que pode ser vista como positiva ou não. Trata-se de um mecanismo que transita entre o favor e a corrupção. A depender da

situação em que ocorre e a relação entre os envolvidos, o jeitinho pode tender mais para um lado ou para o outro (BARBOSA, 1992).

No que diz respeito ao contexto chileno, o funcionamento das relações sociais se dá, historicamente, por meio de favores e não por direitos. A institucionalização desse funcionamento social levou ao “pituto”, uma manifestação extremamente eficiente do capital social (BAROZET, 2006) Entende-se “pituto” como um mecanismo de troca de favores ou de reciprocidade entre indivíduos do mesmo círculo ou nível social que busca, por meio dessas relações a preservação ou diferenciação de sua classe. Assim como no Brasil, essa prática é massiva, sistemática e eficiente para a obtenção de benefícios que não podem ser alcançados pelos canais tradicionais devido às deficiências e burocracias que envolvem os setores público e privado. Encontra-se na personalização de vínculos e instrumentalização de redes pessoais a forma decisiva de acesso a certos recursos (BAROZET, 2006; ARELLANO-GAULT, 2019). Para usar os benefícios do pituto, é preciso pertencer a um grupo seletivo de relações, e esse pertencimento se dá a partir do oferecimento de vantagens ou recursos à rede em uma lógica de auxílio mútuo. *“Reciprocity is maintained in the gray area between duty and obligation. There is no immediate exchange, but rather a symbolic debt that marks the relationship”* (ARELLANO-GAULT, 2019, p.78 e 79). Se aproximando muitas vezes das práticas corruptas de clientelismo e nepotismo, o “poder” do pituto reside nesse pertencimento e lealdade aos grupos “privilegiados” de relações e trocas de favores.

Tal qual o “jeitinho brasileiro”, “palanca” é um termo comum no México e faz parte da dinâmica social da região; e assim como o “pituto” chileno, se refere a um mecanismo informal de troca de ajuda e de favores. Inseridos em um contexto de processos burocráticos muitas vezes opacos, lentos e discriminatórios, os mexicanos acabam por depositar sua confiança nas redes informais de obtenção de recursos. Nesse sentido, o sistema burocrático do México tem se tornado terreno fértil para o desenvolvimento das palancas, levando a um entendimento social de que essas práticas são legítimas e necessárias como forma de contornar a ineficiência dos órgãos públicos (ARELLANO-GAULT, 2019). O termo, no entanto, pode estar vinculado a grandes esquemas de obtenção de vantagens ou a

pequenos favores e reciprocidades, passando de mecanismos legítimos a atos ilegais e corruptos. Como não há clareza se essas práticas envolvem corrupção, são consideradas apenas quebra das regras que fazem parte do *modus operandi* social (ARELLANO-GAULT, 2019).

As flexibilizações de processos através de esquemas informais que beiram a ilegalidade fazem parte das dinâmicas sociais cotidianas e possuem especificidades a depender do país latino-americano em que ocorrem; em comum, essas práticas estão nas raízes históricas do desenvolvimento da corrupção em suas regiões e buscam sempre o mesmo fim: a obtenção de privilégios e de vantagens individuais. Tudo isso ajuda a caracterizar a corrupção como elemento constituinte da realidade política, social e cultural latino-americana. As práticas corruptas são antigas e centrais para a consciência comportamental coletiva de grande parte da América Latina (ROTBERG, 2019).

But there can be no doubt that in much of Latin America, public officials have looked after themselves very well, enriched their families and supporters, obtained party campaign funds, subverted national planning priorities to create opportunities for personal gain, and, generally, shown their followers and voters little respect. Indeed, the moral fabric of one Latin American society after another has been coarsened, and their rulers have become successively more illegitimate as corrupt dealings have consumed the body politic almost everywhere (ROTBERG, 2019, p. 6).

As formas mais comuns de corrupção encontradas em países latino-americanos resultam de profundas transformações econômicas, políticas e sociais, e da introdução de novas dinâmicas e cenários férteis para práticas corruptas. A amplidão e aceleração dos processos de globalização incrementam os recursos investidos na perversão das regras; como há um senso comum de que “todo mundo faz isso”, o sistema em seu conjunto funciona com base em “quem dá mais e com menores riscos de exposição”. A seguir, duas dessas formas mais comumente encontradas na América Latina (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 271-274):

- a) Nas últimas décadas, países latino-americanos ganharam inserção na economia global por suas atividades agrícolas, mineradoras e energéticas, que compõem um setor exportador dinâmico em países

como Argentina, Brasil, México, Bolívia, Peru, Equador, Uruguai e Paraguai. Nas mãos do Estado, a função estratégica de administrar a presença de empresas públicas – Pemex e Petrobras, como exemplos – e de regular e conceder licenças para empresas privadas e governos estrangeiros. A concessão de favores a partir da intervenção de mediadores nessas negociações passou a fazer parte da dinâmica desse tipo de operação. Um dos casos mais conhecidos e que faz parte do objeto desta pesquisa é o escândalo de corrupção “La Casa Blanca”, no governo do ex-presidente mexicano Peña Nieto.

- b) Continente mais urbanizado do mundo, a explosão urbana na América Latina fez com que construtoras, empresas de obras públicas, de transporte e engenharia se tornassem grandes potências na região. Por isso mesmo, não tiveram dificuldade para corromper setores privados, públicos ou políticos. O mercado de obras públicas passou a constituir uma das principais fontes de corrupção do Estado e do sistema político latino-americano, formando complexos de negócios importantes, como o da megaempresa de construção e engenharia Odebrecht, corruptora em diversos países da região e também parte do objeto do contexto de análise desta pesquisa.

Mesmo com incidência cada vez maior de corrupção, os esforços para implementação de medidas de controle e enfrentamento dessas ações corruptas em governos da América Latina podem ser reduzidos ou inexistentes. A possibilidade de que essas medidas se tornem potencial ameaça para os próprios tomadores de decisão resulta em um dos maiores paradoxos da anticorrupção na região: as práticas de combate precisam ser feitas por aqueles que também vão vivenciá-las, isto é, políticos que ajudam a sancioná-las podem delas se tornar alvo. Muitas vezes, a adoção de medidas anticorrupção só se torna atraente na medida e enquanto geram apoio popular ou recuperação de popularidade e reputação (POZSGAI-ALVAREZ, 2022).

As estratégias de combate à corrupção na América Latina costumam ter como base: a) prevenção, reduzindo oportunidades de corrupção a partir de

eficiência, responsabilidade, transparência e prestação de contas sobre serviços públicos; b) fortalecimento das instituições de fiscalização e controle, limitando o poder de funcionários públicos por meio de órgãos anticorrupção isentos, Controladoria Geral da União e comissões legislativas de fiscalização; c) participação pública, garantindo amplo apoio público a programas anticorrupção; d) construção de coalizões anticorrupção, ajudando a fomentar a vontade política para o enfrentamento à corrupção; e e) aplicação da lei, reduzindo a impunidade, promovendo maior independência e responsabilidade do sistema judicial (PARKER ET AL, 2004).

De forma geral, a corrupção latino-americana pode ter seus antídotos em um estado de bem-estar social, com ambiente democrático, pacífico, incentivo à educação, ao antimilitarismo e à redução da desigualdade social. Essas são algumas das características de pequenos países latino-americanos que parecem ter relativa imunidade ao padrão da região, como Costa Rica e Uruguai (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 309). Depois de uma breve revisão de literatura a respeito do contexto geral que envolve a corrupção na América Latina, esta seção se debruça, brevemente, nas características políticas e sociais específicas ligadas à corrupção brasileira.

2.1.1 Contexto brasileiro que envolve a corrupção política

Em relação ao contexto brasileiro, a corrupção é tida como um problema central (BAPTISTA; SOUZA TELLES, 2018) presente em todos os seus governos, o que a constitui um fenômeno histórico. Desde o Brasil Colônia, a cultura política brasileira foi marcada pela inexistência e/ou desvirtuamento entre as esferas pública e privada, isto é, entre o âmbito privado e o público da vida e das relações. Por conta disso, o domínio político sempre teve influência da pessoalidade das interações e decisões, o que inviabilizou a formação de um Estado Moderno e Democrático. O povo brasileiro, pela herança cultural portuguesa, reproduzia o comportamento de gestão estatal português, mesclando interesses pessoais do príncipe com as “prerrogativas de caráter público”. Esse dilema entre o público e o privado tem vínculo com a corrupção, já que é fenômeno que persiste no Brasil e abriu espaço

para as práticas corruptas enraizadas culturalmente na história do país (DE LOURDES SPERANDIO-SANTOS, 2021, p.25 a 30). Uma das linhas interpretativas para entender o enraizamento da corrupção no contexto brasileiro está ligada ao conceito de patrimonialismo, de Raimundo Faoro (2001). Pode-se entender uma sociedade patrimonial quando esta reproduz casos em que desejos individuais são sobrepostos aos interesses da coletividade.

A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente. Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo (FAORO, 2001, p.886).

As principais características do patrimonialismo encontram-se no poder expressado na vontade do dominador sobre os dominados, e na falta de uma diferenciação entre as esferas pública e privada. É por isso que o patrimonialismo se instala no Brasil como um legado do Estado absolutista português (DE LOURDES SPERANDIO-SANTOS, 2021). Quando se torna parte do aparelho estatal, a dinâmica patrimonial leva a uma administração antiquada. Laços de parentesco substituem a meritocracia e a impessoalidade. Com o patrimonialismo como “inerente à construção da cena pública brasileira, a corrupção se torna um tipo de prática cotidiana” (FILGUEIRAS, 2010, p. 324). Práticas de clientelismo, patronagem, patriarcalismo e nepotismo constituíam as relações do Estado com a sociedade. Restava ao âmbito social a reprodução dessas práticas a fim de alcançar os mesmos privilégios.

A corrupção teria suas raízes, portanto, nesse caráter patrimonial da sociedade brasileira. No entanto, Filgueiras (2009) entende que a corrupção atual não pode ser explicada apenas pelo conceito de patrimonialismo de Faoro, “porque não há, no Brasil, um sistema de legitimação tradicional e as práticas de corrupção não são apenas derivadas do poder estatal, mas têm, também, uma ressonância na cultura política” (FILGUEIRAS, 2009, p.391). A história brasileira mostrou que houve uma persistência da estrutura patrimonial ao longo do tempo (FAORO, 2001). Mesmo após a independência do Brasil, a cultura brasileira seguiu exaltando as referências portuguesas em sua história, dando aos colonizadores o caráter de

implantadores da nação brasileira, o que ajudou a propagar o patrimonialismo nas décadas seguintes (DE LOURDES SPERANDIO-SANTOS, 2021).

Ao longo do século XX, o Brasil assumiu uma postura modernizadora. Com um projeto modernizador sendo conduzido pelo Estado, a sociedade passa, historicamente, a vincular o problema da corrupção a uma visão estatal. De forma geral, “a correção das delinquências do homem público brasileiro passaria pela mudança da máquina administrativa, e não dos valores e práticas presentes na sociedade” (FILGUEIRAS, 2009, p.391). As acusações fizeram parte da história das décadas seguintes. Em 1930, acusação de que a Primeira República e seus políticos praticavam corrupção. Em 1954, acusações de corrupção sobre o Governo de Getúlio Vargas. A fim de “salvar a nação da corrupção e da subversão” dos anos anteriores, ocorre, em 1964, o golpe militar (DE LOURDES SPERANDIO-SANTOS, 2021, p.25 a 30). Este não se tratava mais de uma operação das Forças Armadas para combater a “desordem” – lê-se a política de massas –, o “comunismo” – lê-se a política social –, ou a “corrupção” – lê-se a política propriamente dita. Tratava-se de uma intervenção permanente, ocorrendo, de fato, uma mudança de regime político (CODADO, 2005). Com a revogação do regime político ditatorial e o restabelecimento da forma de governo democrática, em 1985, o país aparenta se reerguer, mas vê em Fernando Collor, na década de 1990, a continuidade dos atos de autoritarismo que levaram ao seu impeachment (DE LOURDES SPERANDIO-SANTOS, 2021).

Em 2005, “houve o que a imprensa brasileira denominou que era, até ali, o ‘maior escândalo de corrupção da história do nosso país’: a Ação Penal 470, celebrizada com o nome de Mensalão” (FERES JÚNIOR; BARBABELA; BACHINI, 2018), que terminou de consagrar a penetração social e na opinião pública do fenômeno, agora solidificada pela intensa cobertura midiática. O caso abriu precedentes para o que se deu na cobertura da Operação Lava Jato.

De fato, o Brasil republicano ainda não conseguiu extinguir a confusão entre o público e o privado, principal característica do sistema patrimonialista. Essa forma de dominação foi adaptada ao longo do tempo, se expressando, nos tempos atuais, pela “representatividade do regime político que barganha os votos através de outros mecanismos” (DE LOURDES SPERANDIO-SANTOS, 2021, p.29).

Diante desse cenário, entende-se que a democratização brasileira ainda precisa de uma efetivação de seus princípios e valores fundamentais para que alicerces sua cultura política (FILGUEIRAS, 2009).

Em um cenário no qual a corrupção toma diferentes formas e camadas sociais na América Latina, o pano de fundo determinante para a generalização desses atos corruptos na região trata-se do domínio do campo midiático na prática política: a política do escândalo (CALDERÓN; CASTELLS, 2021). No Brasil, com a corrupção como elemento inerente à sua cultura política, os escândalos seguem ganhando manchetes e pautando a mídia (DE LOURDES SPERANDIO-SANTOS, 2021) especialmente após o Mensalão, e a consequência desse cenário foi a instrumentalização do combate à corrupção em benefício de determinadas agendas políticas (ALBUQUERQUE, 2020). Diante desse contexto, a próxima seção deste capítulo traz uma sucinta revisão de literatura a respeito do jornalismo na América Latina.

2.2 Jornalismo na América Latina atrelado à cobertura da corrupção

A relação entre jornalismo, corrupção e contexto latino-americano se materializa, principalmente, no jornalismo de *watchdog* realizado na região, isto é, em uma prática jornalística investigativa, vigilante e denunciante das irregularidades políticas locais. Reserva-se ao jornalismo não apenas o papel de informar os cidadãos, mas também a responsabilidade de exercerem a função de vigilância do bom funcionamento de governos (TRAQUINA, 2004). Jornalistas de *watchdog* buscam extrair informações sobre abusos de poder para a composição das reportagens, o que torna a pauta da corrupção um dos seus principais objetos de denúncia e investigação (BLUMLER, GUREVITCH; 1995), especialmente na América Latina (WAISBORD, 2000; BERGONZI, 2008; GUERRERO, 2014). Noticiar casos de corrupção trata-se de parte essencial do papel jornalístico na região e é vista pelos jornalistas como “um forte sinal de independência e da existência de um clima saudável para o jornalismo investigativo” (LAGUNES; ODILLA; SVEJNAR, 2021, p.182).

A plena implementação desse tipo de jornalismo, entretanto, esbarra nas diversas falhas das democracias locais, nas lógicas econômicas e de mercado

(TRAQUINA, 2004), e no *modus operandi* dos grandes grupos de mídia da região (WAISBORD, 2000). A seguir, o capítulo se debruça sobre esse cenário que envolve a mídia, o jornalismo de *watchdog* e a agenda da corrupção na América Latina.

2.2.1 Jornalismo de *watchdog* na América Latina

A partir da década de 1980, com a queda gradual das ditaduras e regimes autoritários latino-americanos, grande parte dos países da região passou por transformações em seus sistemas políticos. A ideologia do mercado também começa a ser imposta como modelo econômico, aumentando a concorrência midiática, profissionalização e resgate de valores essenciais ao jornalismo, como liberdade de expressão, responsabilidade e pluralismo (GUERRERO, 2014).

Não se trata de coincidência que o jornalismo de *watchdog* tenha se espalhado pela América Latina depois do retorno da democracia na região: o regime democrático oferece cenário fértil para o seu desenvolvimento. Espera-se que a imprensa seja a “alma da vida democrática”, monitorando o poder, apresentando diversidade de opiniões, informando o cidadão e promovendo o debate público. Baseando-se na convicção de que a atividade jornalística ajuda na resolução de crises democráticas, o jornalismo não pode oferecer apenas o que é interessante, mas sobretudo o que é importante para os cidadãos (TRAQUINA, 2004). A plena implementação desse jornalismo, entretanto, esbarra nas diversas falhas das democracias locais, nas lógicas econômicas e de mercado, e no *modus operandi* dos sistemas de mídia da região (WAISBORD, 2000). Ainda que tenha pontos em comum, a imprensa dos países latino-americanos está inserida em diferentes tradições e contextos políticos. Por conta disso, conclusões a respeito do jornalismo na América Latina, especialmente sobre o de *watchdog*, não podem ser aplicadas a toda a região (WAISBORD, 2000). A história da América Latina da década de 1990 mostra que a disseminação inicial desse jornalismo de vigilância levou a transformações políticas em muitos países; outros, no entanto, reproduziam padrões apensar da presença das denúncias jornalísticas.

À época no Brasil, a mídia teve papel central na ascensão e queda de Fernando Collor de Mello da presidência da República. Durante a campanha

eleitoral, Collor contou com o apoio total da grande mídia, com cobertura unilateral de grandes veículos de imprensa, como grupo Globo e Jornal do Brasil. Essa postura mudou com o surgimento das irregularidades atreladas ao então presidente, e as denúncias da mídia acabaram por contribuir para o processo político que levou a sua destituição pacífica do poder.

Em relação ao cenário mexicano, por exemplo, mesmo havendo certo comodismo aos poderes estatais vigentes e desinteresse em monitorar abusos de poder, os jornais Reforma, El Norte e Proceso começavam a apresentar reportagens investigativas. Os veículos Siglo 21, na Guatemala, e La Prensa, no Panamá, também traziam reportagens sobre irregularidades governamentais (WAISBORD, 2000). No Peru, o jornalismo de *watchdog* estava em evidência desde a década de 1980, quando houve a consolidação da democracia liberal do país. Nos anos 1990, seguiu apresentando denúncias, especialmente contra o governo Fujimori. Nesse mesmo período, a imprensa argentina passava por importantes renovações, crescendo seu caráter denunciante contra irregularidades cometidas por membros do governo de Carlos Menem. O jornal Página/12 teve influência notável na mídia do período; veículo sinônimo do jornalismo vigilante argentino, publicou diversas matérias sobre irregularidades cometidas pelo governo. No entanto, no Peru e na Argentina, esse *boom* do jornalismo de *watchdog* não levou a mudanças concretas significativas, já que Fujimori e Menem foram conseguiram a reeleição (WAISBORD, 2000).

O cenário colombiano é particular. Desde o início da década de 1980, o jornal El Espectador, sob o comando de Guillermo Cano, investigava e denunciava crimes relacionados à corrupção política, formação de cartéis, e ao narcotráfico, mesmo que isso implicasse em quedas consideráveis de publicidade e receita. O assassinato de Cano em 1986 e o bombardeio do prédio do El Espectador em 1989 mostraram, no entanto, que havia um claro risco à sobrevivência do jornalismo na região (WAISBORD, 2000).

Com exceções como a de El Espectador, grandes jornais latino-americanos investigavam e denunciavam irregularidades governamentais. Organizações de notícias, entretanto, muitas vezes escondem um “partidarismo apartidário” que determina quais questões serão expostas e quais serão ocultadas (WAISBORD,

2000): toma decisões sobre o que incluir, o que excluir e como priorizar os acontecimentos denunciados (CALIFANO, 2015). O que se vê, portanto, é uma atuação seletiva e conveniente do papel de *watchdog* e crítico da imprensa para favorecer certos atores políticos e interesses privados. O clientelismo, a inexistência de regulamentação e as precárias condições para o exercício do jornalismo favoreciam esse cenário (GUERRERO, 2014).

Apesar de limitado por interesses econômicos e políticos, não se pode generalizar a atuação jornalística da região. O jornalismo de *watchdog*, ou *periodismo de investigación*, como define Bergonzi (2008), se tornou ferramenta decisiva na luta contra a corrupção e na exposição de irregularidades que impactavam diretamente a vida dos latino-americanos. Sem esse tipo de jornalismo, atividades corruptas de governos não seriam conhecidas e investigadas (BERGONZI, 2008). Muitas vezes exercido a partir da ideologia do quarto poder, esse jornalismo denunciante pode não sanar problemas sociais, mas acaba por dar luz a eles.

(...) does not eliminate corruption but raises awareness about its existence. It does not create accountability but adds efforts to a more vigilant society. It does not make power-holders responsible for their misdeeds but forces them to give answers for their acts. It does not bring reform but can call attention to areas that badly need reform. It does not legally sanction criminals but symbolically punishes them. It does not cure society's ills but may contribute to debates and the search for solutions. It does not have all the answers to the many deficits of contemporary South American democracies but can point them out (WAISBORD, 2000, p. 250).

O êxito no cumprimento desse papel de *watchdog* por parte dos jornalistas alimenta a pujança do polo ideológico do campo jornalístico, formado pelas crenças de boa e relevante atuação profissional (TRAQUINA, 2004). O cumprimento desse papel e da própria atuação jornalística também são afetados pelas características dos veículos de imprensa e do jornalismo latino-americano. A seguir, esta pesquisa trata dessas particularidades.

2.2.2 Características da mídia e do jornalismo na região

Os meios de comunicação desempenham um papel fundamental sobre o processo de construção das notícias e sobre as investigações e denúncias jornalísticas. São os veículos da imprensa que divulgam essas informações, fazendo a intermediação entre os fatos e a audiência, influenciando a deliberação democrática, e adquirindo papel ativo não só na formação da opinião pública, mas também no desenvolvimento do processo político (CALIFANO, 2015). Esses grandes grupos de mídia, no entanto, possuem seus próprios interesses econômicos e políticos que foram fomentados e inflados a partir da ausência de políticas do Estado ou regulamentação pública que garantisse equilíbrio, restringisse a concentração e fomentasse o pluralismo e a diversidade da mídia (GUERRERO, 2014).

Na segunda metade do século XX, muitas das políticas culturais e de comunicação da região tendiam a não prejudicar os interesses de grandes grupos de mídia. Isso se deve, entre outras coisas, ao apoio que grandes empresários receberam de governos autoritários para o desenvolvimento de consórcios de mídia na região. No Brasil e no México, esses consórcios se tornaram conglomerados globais ao longo do tempo; Globo e Televisa se tornaram os principais grupos de mídia do mundo em português e espanhol, respectivamente. Além de abrigarem os maiores grupos de mídia da América Latina, há outras características que aproximam os dois países em termos midiáticos: possuem indústrias de mídia grandes e diversificadas; suas indústrias de mídia foram incentivadas e financiadas pelo Estado, pois eram vistas como setores estratégicos para o estabelecimento da identidade nacional; são líderes em produção audiovisual; e possuem o maior subsídio da mídia por parte do Estado (MELLADO ET AL, 2012).

Grupo Clarín na Argentina, Organização Cisneros na Venezuela, Grupo El Comercio no Peru, e o Grupo Santo Domingo na Colômbia são outros importantes conglomerados midiáticos latino-americanos (GUERRERO, 2014). Alguns dados ilustram esse cenário de concentração midiática na região. Na Argentina, 22 empresas controlam os 52 grandes meios de comunicação. Na Colômbia, 57% do conteúdo veiculado pela mídia é controlado por três grandes grupos locais. No Peru,

um único grupo detém 68% da audiência de mídias digitais do país (BANDEIRA ET AL, 2023).

Após regimes ditatoriais, houve processos de liberalização e privatização na América Latina. No entanto, conglomerados e elites midiáticas se tornaram ainda mais fortes, enquanto se mostravam cada vez menos plurais, competitivas e abertas. Além disso, a ausência ou ineficácia de formas de regulamentação da mídia seguiram nos governos democráticos. Os maiores meios de comunicação locais cresceram e prosperaram sob essa falta de regulamentação (NACLA, 2022). Mesmo assim, as transformações ocorridas a partir da consolidação dos regimes democráticos, com ambientes comerciais competitivos e mais saudáveis ajudaram a deslegitimar governos autoritários e permitiram o surgimento de uma sociedade mais plural (GUERRERO, 2014). Observando a perpetuação e enraizamento de aspectos como a concentração midiática e a quase ausência de regulamentação da mídia latino-americana, Guerrero (2014) desenvolve um modelo que busca entender essas e outras características da região.

(...) el panorama de medios en América Latina se define en cambio por intereses políticos y económicos de grupos concretos que, ya sea desde la política o desde el sector privado, tratan de “capturar” tanto el periodismo como las políticas de comunicación. Las lealtades de los intereses corporativos varían dependiendo de los actores políticos de turno (GUERRERO, 2014, p.146).

A natureza da mídia na América Latina é liberal na medida em que é tecnicamente concebida sob o modelo de financiamento privado e regida pelo mercado; e é capturada porque, ao contrário da ideologia liberal, não é regida pelo interesse público, e sim sujeita a interesses políticos, econômicos e governamentais. Ainda segundo o argumento do autor, essa “captação” da mídia se manifesta pela continuidade da política clientelista na região, e pelo fraco Estado de Direito para garantia do cumprimento das leis (GUERRERO, 2014).

Tipo de corrupção camuflada durante muito tempo (LITTLE, 1996; MILLER, 1996) e que está presente na definição clássica de corrupção do Banco Mundial (1997), o clientelismo é uma prática que abre espaços para negociar a aplicação da lei, para a formação de alianças informais entre atores-chave e para impedir que a regulamentação tenha consequências que prejudiquem os interesses

em jogo. Essa captura da mídia e de seu papel público ocorre em contextos de Estado de Direito fraco, fomentado pelo clientelismo, legislação desatualizada, agências de fiscalização ineficazes ou inexistentes, polarização política e chegada de novos grupos competindo por poder político e econômico. Em algumas regiões, a captura da mídia é feita pelos antigos grupos de poder econômico e elites da mídia; em outros, são os novos governos populistas que encontram maneiras para isso (GUERRERO, 2014).

Em um cenário de captura da mídia, concentração midiática, e ausência ou ineficácia de regulamentação, são afetadas a percepção dos jornalistas como atores políticos, e a atuação do jornalismo como instituição da esfera pública. Tanto nos países ricos quanto nos mais pobres da região, os jornalistas estão, muitas vezes, na linha de frente dos esforços anticorrupção, publicando reportagens investigativas e assumindo o papel de *watchdog*. No entanto, a América Latina é marcada por casos em que essa atuação levou à exposição e a represálias judiciais a jornalistas denunciadores. Entre os muitos exemplos, David Natera Febres, editor do jornal *Correo del Caroni* da Venezuela, foi condenado a quatro anos de prisão por difamação por sua cobertura de um caso de suposta corrupção e extorsão envolvendo oficiais do exército e uma empresa estatal (REPORTERS WITHOUT BORDERS, 2016).

Jornalistas chilenos estão em uma posição melhor em termos de liberdade de imprensa em razão de uma menor intervenção do governo na atuação jornalística e pelo pouco efeito que o crime organizado e as redes de corrupção tiveram no trabalho da imprensa e em sua segurança (MELLADO, 2012). No Brasil, há um apoio significativo da classe jornalística ao papel de *watchdog* do governo pela imprensa. O México também é marcado pela presença desse tipo de atuação por parte do jornalismo. (MELLADO ET AL, 2016; 2012). Entre os três países, o jornalismo mexicano é o que mais valoriza o papel de engajar cidadãos a participarem de discussões cívicas e debates públicos. Essa característica pode ser explicada pelo debate e institucionalização da transparência e do acesso à informação pública no país, que começou antes dos outros dois e teve papel fundamental da imprensa no processo (MELLADO, 2012).

Apesar de fomentar valores democráticos e assumir um papel combativo da corrupção e de problemas que afetam a realidade social, a função de *watchdog* desempenhada pelo jornalismo na América Latina também é marcada por suspeitas. A principal razão para essa desconfiança está nos relatos dramatizados muitas vezes irresponsáveis e nos escândalos de corrupção amplamente divulgados pelo jornalismo, o que implica negativamente no desenvolvimento da sociedade civil (HOLMES, 2015).

2.2.3 Os escândalos políticos midiáticos e o caso Lava Jato

Com o desenvolvimento da função de *watchdog* desempenhada pelo jornalismo, repórteres investigativos passaram a se considerar não apenas denunciadores de irregularidades, mas também reformadores sociais que promovem mudanças nas agendas de políticas públicas e provocam o ultraje moral em seus leitores, assinantes, ouvintes e espectadores. Essa nova função do jornalista de *watchdog* leva ao denunciamento em forma de escândalo (THOMPSON, 2002), que se refere a ações ou acontecimentos que implicam tipos de transgressões em valores e normas que são suficientemente sérios para provocar uma denúncia e a busca por uma resposta pública. Esses princípios sociais são relativos e variáveis, a depender do contexto histórico, relevância, e do clima moral e cultural (THOMPSON, 2002). O caráter político do escândalo está ligado a denúncias envolvendo indivíduos ou ações que estão situados dentro de um campo político e que têm um impacto nas relações dentro da política.

O escândalo se torna midiático quando a informação é repassada pela mídia e discutida pelos espectadores nos contextos de suas vidas cotidianas (THOMPSON, 2002). Em alguns casos, a principal fase do escândalo midiático se dá quando o poder simbólico invade a cobertura de um acontecimento que marca os desdobramentos do escândalo em questão. Esse evento teatral, que pode ser a cobertura de um julgamento ou audiência, por exemplo, é transmitido ao vivo pela mídia de forma excepcional e planejada de antemão, interrompendo o fluxo normal dos acontecimentos e criando uma atmosfera de solenidade e alta expectativa. O

público que acompanha essas coberturas midiáticas possui suas experiências desses acontecimentos afetadas pelos conhecimentos e agendas recebidos quase que exclusivamente de fontes da mídia (THOMPSON, 2002). No Brasil, a votação do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff no Congresso Nacional foi televisionada de forma extraordinária pelos principais veículos de imprensa do país, assim como a prisão do ex-presidente Lula.

A associação da corrupção ao escândalo e à mídia parece, nos dias de hoje, inevitável. Os escândalos mais importantes e com maiores consequências estiveram ligados a acusações de corrupção e estamparam capas de jornais, densas coberturas televisivas e manchetes de grandes reportagens. A articulação pública a partir da denúncia divulgada pela mídia é a condição final para transformar a corrupção em um escândalo político midiático. A denúncia precisa, portanto, provocar uma resposta, condenação articulada ou reprovação social (THOMPSON, 2002).

Ao cobrir escândalos de corrupção, a mídia aplica enquadramentos que apresentam a pauta como algo que desafia as normas existentes e requer soluções. Entman (2012) indica quatro dimensões enquadradas pela mídia durante a cobertura de escândalos de corrupção: 1) definição do problema, quando o ato corrupto é definido como um problema que impede o correto funcionamento do governo ou sociedade; a 2) análise das causas, atribuindo responsabilidade a um determinado indivíduo ou instituição; 3) julgamento moral, ou seja, a condenação moral e pública da corrupção; e a 4) aplicação de uma solução que envolve uma sanção social ao problema.

Embora jornalistas e organizações da mídia tenham desempenhado papel importante em chamar a atenção para atividades corruptas da classe política, eles também têm responsabilidade pelos excessos cometidos. Na afeição pela publicação do furo jornalístico, se muniram de vazamentos sumários ou de informações que não tinham ligações evidentes com problemas de legítimo interesse público, deslocando-se dos fatos investigados (THOMPSON, 2002; ZAMORA; MARÍN ALBALEDEJO, 2010). Nesses casos, ao cobrir escândalos de corrupção, a mídia pode apresentar atos corruptos de forma dramatizada, com uma narração de contornos dramáticos e de história, com personagens, discussão, e com um

desenlace que leva a um processo de estigmatização dos envolvidos (ZAMORA; ALBALEDEJO, 2010).

La representación simbólica de la corrupción política a través de los medios de comunicación está determinada por el carácter “dramático” que adopta el escándalo, con un esquema en el que se polarizan las posiciones de los personajes y cobra fuerza, junto a un discurso técnico o jurídico, un discurso moral. De hecho, con la revelación del escándalo político, se inicia un proceso que apunta a provocar una lección moral, castigo social o reacción negativa de la opinión pública (ZAMORA; ALBALEDEJO, 2010, p. 22).

Como espetáculo político, portanto, entende-se a produção e a divulgação de notícias subordinadas a uma lógica dramática. Aruguete (2013) apresenta três principais características da lógica discursiva do espetáculo político: a personalização, a dramatização e a descontextualização/simplificação (p.210).

- a) Personalização: Na busca pela audiência, centra-se a cobertura midiática nos atores e não nas suas ações, em detrimento dos contextos em que se desenrolam. A recorrência de personagens e histórias de vida são mais emocionantes para o olhar público, que reage aos problemas a partir de um julgamento moral.
- b) Dramatização: ênfase no drama e na ação, com inevitável omissão de mudanças políticas, ligações temáticas entre eventos e padrões históricos, levando a uma perda de coerência e continuidade da informação. Notícias dramáticas configuram cenários polarizados, onde é possível diferenciar os “agentes do bem dos do mal”.
- c) Descontextualização ou simplificação: a personalização e a dramatização minam a importância de um contexto social e institucional que lhes dá sentido, isolando atores e suas ações e simplificando os cenários complexos em que estão inseridos.

No Brasil, em muitos casos, houve espetacularização e instrumentalização do combate à corrupção em benefício de determinadas agendas políticas e de interesses privados, comprovando alianças entre a imprensa e outros poderes (ALBUQUERQUE E GAGLIARDI, 2020). Para parte da literatura, a grande mídia

brasileira forneceu uma voz pública para visões esclarecidas de certas elites, privilegiando agendas, dando mais tempo e espaço para reportar corrupção de determinados acusados e confiando em fontes que tinham acesso exclusivo a negociações de delação premiada e investigações que deveriam legalmente permanecer secretas até serem finalizadas (ALBUQUERQUE E GAGLIARDI, 2020; CAMPELLO ET AL, 2020; BULLA; NEWELL, 2020).

Journalists face a dilemma as watchdogs: on the one hand, providing access to private information is a way to ensure that critical components of the investigation reach the public. On the other hand, reporters may have difficulty maintaining adequate critical distance from sources who may themselves be biased. Even setting aside political bias, each source has their own version of the story, and their own motives (BULLA; NEWELL, 2020, p.88).

Para compreender dilemas, conflitos de interesses, e a própria espetacularização da cobertura em torno da Lava Jato, é preciso ressaltar o ineditismo de uma Operação com sua proporção no país. Embora a mídia tenha feito grandes coberturas de escândalos anteriores, como o Mensalão, o volume de dados, o nível de transparência facilitado pelas autoridades encarregadas da investigação, a intensidade e frequência de reportagens nos maiores jornais do país, a escala da Lava Jato e a forma como os procuradores lidaram com a imprensa são incomparáveis (BULLA; NEWELL, 2020; LAGUNES; ODILLA; SVEJNAR, 2021).

Na busca pelo furo e denunciamento, e alimentados pela sede popular envolvida em uma trama dramatizada de cobertura em tom de espetáculo, jornalistas passaram a utilizar informações “vazadas”, isto é, cedidas à imprensa pelo próprio judiciário envolvido nas investigações (BULLA; NEWELL, 2020). Em muitas ocasiões, a equipe da Lava Jato “vazou” informações sigilosas a partir da imprensa como forma de influenciar a opinião pública (ALBUQUERQUE E GAGLIARDI, 2020). Diante de um volume enorme de documentos processuais e de um tempo curto para traduzi-los ou processá-los, a sociedade passou a ter acesso a muitas informações brutas facilitadas pelos responsáveis pela investigação e acessíveis ao público por meio da imprensa, ajudando a gerar e manter a confiança no jornalismo e o apoio popular para o prosseguimento das investigações (BULLA;

NEWELL, 2020; LAGUNES; ODILLA; SVEJNAR, 2021). Esse contexto levou a discussões a respeito do viés da cobertura da Operação, que se refere a uma falha da imprensa em seu papel de *watchdog* (BULLA; NEWELL, 2020), e ao viés político da própria investigação, comprovado posteriormente por mensagens reveladas pelo The Intercept que apontaram para parcialidade por parte da Força-Tarefa e do juiz Moro⁴, e para uma falta de escrutínio da imprensa no início das investigações (BULLA; NEWELL, 2020). Adiante, neste estudo, esta pesquisa apresentará outros detalhes sobre o caso.

⁴ <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>

PARTE II: Abordagem metodológica e discussão dos resultados

A segunda parte desta pesquisa trata-se da empiria que constitui este trabalho: referenciais metodológicos, aplicação, análise e resultados. O desenvolvimento desta grande seção se dá em dois capítulos. Na metodologia, detalhamento e discussão sobre os métodos adotados para a análise qualitativa e interpretativa, abordagem que se abastece de opiniões, crenças, valores, e relações sociais. O capítulo trata da estratégia de pesquisa de estudo de caso, os métodos de entrevistas, análise temática e análise de enquadramento, e detalha temas, elementos e enquadramentos utilizados.

A seção seguinte, estudo de caso da pesquisa, possibilita uma visão holística dos materiais coletados para a identificação das percepções construídas sobre corrupção, Lava Jato e cobertura midiática de escândalos de corrupção. Compõem o capítulo teoria, análise e discussão de resultados. A seguir, a seção metodológica do trabalho.

3. Metodologia

Este trabalho utilizou o estudo de caso como estratégia de pesquisa, que permitiu combinar contextualização teórica acerca da Operação Lava Jato com as metodologias qualitativas de análise temática de entrevistas semiestruturadas e de análise complementar interpretativa de enquadramento de material midiático. Após a conclusão do desenvolvimento do estudo de caso, ocorreu a checagem independente da análise e dos resultados por outras duas pesquisadoras.

Partindo do entendimento de que jornalismo e jornalistas participam ativamente da definição e construção das notícias e, assim, da construção e interpretação da realidade (CAREY, 2022; BLUMLER, GUREVITCH; 1995; TRAQUINA, 2004; AGUIAR, 2007), o método de aplicação de entrevistas semiestruturadas buscou identificar as percepções de jornalistas sobre a corrupção e sobre a Operação Lava Jato; e como avaliam o papel do jornalismo e dos próprios jornalistas na cobertura da pauta da corrupção e da Operação em si. De forma complementar às entrevistas, a pesquisa realizou análise de enquadramento de editoriais de dois veículos jornalísticos a fim de identificar as abordagens dadas à corrupção pelos veículos de imprensa no caso analisado.

Um dos desafios da pesquisa qualitativa e que, portanto, tange este trabalho é a natureza aberta dos dados. Textos como dados geralmente são mais complexos para a identificação de padrões do que números como dados (CASTLEBERRY & NOLEN, 2018). Minayo (2012, p.626) destaca que pesquisas qualitativas trabalham com um tipo de conhecimento que tem como matéria-prima “opiniões, crenças, valores, representações, relações e ações humanas e sociais sob a perspectiva dos atores em intersubjetividade”. Por serem aspectos constitutivos da existência humana, cada um possui seu conjunto de conhecimentos e experiências resultantes de seu modo de pensar, sentir, se comportar e se relacionar.

A execução desse tipo de pesquisa precisa ter como pressuposto os “termos estruturantes da investigação qualitativa”, que norteiam todo o material midiático coletado, e fazem parte das falas e declarações dos entrevistados. Esses termos são

compostos por um conjunto de substantivos cujos sentidos se complementam – experiência, vivência, senso comum e ação – e pelos verbos compreender e interpretar (MINAYO, 2012, p.622 e 623):

- a) **Experiência:** na pesquisa qualitativa, a experiência diz respeito à apreensão de cada pessoa sobre o lugar que ocupa no mundo e sobre as ações que realiza. A experiência alimenta a reflexão e se expressa na linguagem, por meio de interpretações de suas vivências entranhadas na e pela cultura em que se insere.
- b) **Vivência:** resultado da reflexão pessoal sobre as suas experiências. Por isso, é única para cada indivíduo, dependendo de sua personalidade, biografia e participação nos acontecimentos pesquisados, mas tendo como suporte o contexto geral em que ocorreram.
- c) **Senso comum:** base do entendimento humano, trata-se de conhecimentos obtidos pelas experiências e vivências, e se constitui de opiniões, valores, crenças, modos de pensar, sentir, relacionar e agir. O senso comum também está na linguagem, atitudes e condutas, e é expressão das experiências e vivências.
- d) **Ação:** pode ser humana ou social e é definida como o exercício para construir suas vidas e seus artefatos culturais a partir das condições que se encontram na realidade.
- e) **Compreender:** principal verbo da análise qualitativa, se refere à capacidade de se colocar no lugar do outro, levando em conta as singularidades de cada um. Toda compreensão é parcial e inacabada, tanto de quem pesquisa quanto daqueles que são pesquisados.
- f) **Interpretar:** trata-se da apropriação do que se compreende, pois interpretar “é elaborar as possibilidades projetadas pelo que é compreendido”.

Desde as suas fases iniciais, este estudo leva em consideração os desafios que perpassam os métodos aplicados, e entende que apenas uma estratégia de pesquisa de estudo de caso, combinando metodologias qualitativas, poderia dar conta da absorção da riqueza do contexto analisado e do material coletado. A seguir, uma breve discussão sobre os referenciais metodológicos do trabalho.

3.1 Métodos de análise da pesquisa

Estudos de caso (TELLIS, 1997; YIN, 2005; MARINHOS E OSÓRIO, 2010; DUARTE, 2012) proporcionam uma análise de fenômenos sociais complexos a partir de um entendimento aprofundado do objeto da pesquisa. Trata-se de uma estratégia de pesquisa que possibilita a integração de um conjunto de ferramentas para levantamento e análise de informações relacionadas ao caso, usando de múltiplas perspectivas para a construção e compreensão de significados.

Visando à descoberta, o pesquisador trabalha com o pressuposto de que o conhecimento não é algo acabado, mas que está sempre em construção e por isso faz parte de sua função indagar e buscar novas respostas ao longo da investigação. Ao retratar a realidade de forma completa e profunda, o pesquisador destaca a multiplicidade de dimensões presentes em uma determinada situação, enfatizando a sua complexidade natural e revelando as possíveis inter-relações de seus componentes (DUARTE, 2012, p.233).

Ao fim, busca-se encontrar um material holístico desenvolvido a partir de recortes pré-estabelecidos e levando em consideração a subjetividade do pesquisador, mas que dá conta da complexidade do fenômeno por múltiplas perspectivas, fontes e referências.

A aplicação de entrevistas semiestruturadas a jornalistas fez parte da metodologia desta pesquisa. Entrevistas são conversas feitas por iniciativa do entrevistador na busca pelo fornecimento de informações pertinentes a um objeto de pesquisa (MINAYO, 1993). Trata-se de um importante procedimento para a compreensão de fenômenos sociais e da técnica mais utilizada em trabalhos qualitativos empíricos (DELLA PORTA, 2014; MINAYO E COSTA, 2018). Entrevistas são eficazes para prover informações tidas como subjetivas, isto é, que se referem diretamente aos indivíduos em relação à realidade que vivenciam e em relação a si mesmos. As informações concedidas em entrevistas “constituem uma representação da realidade sob a forma de ideias, crenças, opiniões, sentimentos, comportamentos, e ação, ou seja, sobre modos pensar, sentir, agir e projetar o futuro” (MINAYO; COSTA, 2018, p.12).

É esse processo de selecionar detalhes constitutivos da experiência, refletindo sobre eles, dando-lhes ordem e, assim, dando-lhes sentido que torna o ato de contar histórias uma experiência de construção de significado (...) entrevistar, então, é um modo básico de investigação. Recontar narrativas de experiência tem sido a principal forma ao longo da história registrada pela qual os humanos deram sentido à sua experiência (SEIDMAN, 2006, p. 6-9, tradução nossa).

Duarte, (2012, p.65) apresenta um modelo de tipologia de entrevistas para estudos qualitativos e quantitativos, apresentado a seguir.

Tabela 2: Tipologia de entrevistas

Pesquisa	Questões	Entrevista	Modelo	Abordagem	Respostas
Qualitativa	Não-estruturadas	Aberta	Questão central	Em profundidade	Não determinadas
	Semiestruturadas	Semiaberta	Roteiro		
Quantitativa	Estruturadas	Fechada	Questionário	Linear	Previstas

Fonte: DUARTE, 2012, p. 65.

Seguindo o referencial teórico de Duarte (2012), este trabalho realizou, por meio do presente estudo, uma pesquisa qualitativa com aplicação de entrevista semiaberta, questões semiestruturadas, abordagem em profundidade, e seguindo um roteiro de controle que gera respostas indeterminadas. A abordagem em profundidade de entrevistas busca fornecer elementos para a compreensão de uma situação ou estrutura de um problema, explorando um assunto a partir da coleta de percepções e experiências de informantes. Entrevistas semiabertas com questões semiestruturadas partem de um roteiro-base que norteia o interesse da pesquisa. Essa abordagem em profundidade seguindo um roteiro de questões semiestruturadas conjuga a flexibilidade de ter uma questão não estruturada (ou não fechada), mas com questões-guia que controlam os rumos da investigação (DUARTE, 2009). O interesse na aplicação do método está associado à expectativa de que haja maior probabilidade de expressão de opiniões em uma situação de entrevista relativamente aberta do que em uma entrevista ou questionário padronizado (FLICK, 2004).

Nesse sentido, a escolha por essa técnica se deu em função do próprio tema da pesquisa. A literatura é unânime em considerar a corrupção um conceito não consensual, plural, complexo, histórico e multidimensional (HEIDENHEIMER, 1970; ROSE-ACKERMAN & PALIFKA, 2020 [1999]; KARKLINS, 2005; ROTHSTEIN & VARRAICH, 2017; HOLMES, 2015; SHLEIFER & VISHNY, 1993; VAZ, VEASCO, 2017; MAURO, 1995; TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2021; BANCO MUNDIAL, 1997; HELLMAN, JONES, KAUFMANN, 2000; PHILIP, 2014; WALLIS, 2006; ALEMANN, 2004; GÉNAUX, 2004; POZSGAI-ALVAREZ) e as entrevistas semiestruturadas trazem a possibilidade de captar toda a riqueza e complexidade de percepções sobre o tema por parte dos entrevistados (ALVES E SILVA, 1992; DUARTE, 2012; SALGADO; STANYER, 2019; STANYER et al., 2019; SALGADO et al., 2019), partindo de questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses, e buscando a intensidade nas respostas, e não a sua quantificação ou representação estatística (DUARTE, 2012).

Neste trabalho, houve a aplicação de análise temática na transcrição das entrevistas. A análise por temas trata-se de método para identificar, analisar e relatar padrões (temas) em dados, organizando e descrevendo minimamente seu conjunto de dados com riqueza de detalhes (BRAUN & CLARKE, 2006, p.79). Essa técnica é comumente usada em estudos com variedade de questões e tópicos de pesquisa a serem abordados (CASTLEBERRY & NOLEN, 2018). O método fornece uma abordagem flexível, que pode ser adaptável para as necessidades de diferentes estudos, assim como pode ser combinado a outros métodos de análise de dados. Por meio da análise temática, é possível identificar elementos unindo componentes e fragmentos de ideias e experiências, e perceber aspectos ainda inexplorados que podem explicar de maneira mais completa os fenômenos (ARONSON, 1995; POEPSEL, 2021).

Um tema de análise captura algo importante sobre os dados em relação à questão de pesquisa e representa um significado padronizado dentro do conjunto de dados. Os elementos que compõem os temas podem ser identificados de forma indutiva (“de baixo para cima”) ou de forma teórica/dedutiva (“de cima para baixo”). Uma abordagem indutiva significa que estão fortemente ligados aos

próprios dados. Uma análise temática teórica/dedutiva tenderia a ser impulsionada pelo interesse teórico ou analítico do pesquisador na área e, portanto, é mais explicitamente orientada pelo analista. Para esse processo de identificação, portanto, o julgamento do próprio pesquisador se torna necessário (BRAUN & CLARKE, 2006). Esta pesquisa combina as duas formas de identificação dos temas e elementos ao estabelecê-los a partir da análise do material, e por meio de referenciais da literatura de Corrupção, Jornalismo e Operação Lava Jato. Ainda seguindo os argumentos de Braun & Clarke (2006), a análise temática a ser aplicada por esta pesquisa é construtivista, examinando as maneiras pelas quais eventos, realidades, significados, e experiências são resultados de uma variedade de discursos que operam dentro da sociedade.

O estudo de caso realizado por este trabalho também é composto de uma parte complementar que se debruça em conteúdo midiático, utilizando, para isso, de uma análise de enquadramentos. Quadros têm sido particularmente úteis para entender o papel da mídia na vida política (REESE, 2001). Pelo processo de enquadramento de temas políticos, a mídia, a política e o público dão sentido ao mundo ao seu redor (FIRMINO, 2022) e, dessa forma, exercem um poder ao afetar a nossa compreensão de mundo (REESE, 2001).

A tese principal que conecta as primeiras definições de quadros, que passam por Bartlett (1932), Fillmore (1970) e Goffman (1974) está na crença em uma tendência humana de organizar a informação, e na existência de categorizações ou conjuntos interpretativos para lidar com o mundo. Quanto às diferenças entre as primeiras conceituações, estas estão nas esferas estudadas: na mente pela psicologia, e na mente e ação pela sociologia, por exemplo (MAĆKIEWICZ, 2020). Trazendo o conceito para seu desenvolvimento na Comunicação, a teoria do enquadramento situa-se em um contexto mais amplo do construtivismo social e comunicativo. Pelo modelo construtivista, o significado é uma construção resultante da interpretação da mensagem por um destinatário, enquanto o sentido que o destinatário construiu é resultado da interação entre os estímulos da mensagem recebida e seu conhecimento comunitário e individual. Ao longo do desenvolvimento teórico e prático do método, se passou a enfatizar, dentro desse

cenário, o processo de enquadramento em si, que ocorre em etapas: escolha dos quadros, interpretação e resultados (MAĆKIEWICZ, 2020).

Quadros, portanto, são princípios organizadores socialmente compartilhados e persistentes ao longo do tempo, que funcionam simbolicamente para estruturar o mundo social (REESE, 2001, p.5). Enquadrar, segundo uma das mais famosas definições, trata-se de “selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los mais relevantes em um texto comunicativo, a fim de promover uma definição de problema particular, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para a questão descrita” (ENTMAN, 1993, p. 52). Nesse processo, há um exercício de poder, porque acaba por afetar a nossa compreensão de mundo (REESE, 2001). Os quadros podem se localizar e, dessa forma, ser estudados a partir de quatro esferas diferentes do processo comunicativo. Localiza-se no comunicador quando este se refere a quadros ligados a crenças e valores pessoais; no receptor, ao interpretar a mensagem por meio de seus padrões cognitivos; na mensagem, pelos recursos textuais que podem se amparar em um quadro; e na cultura, onde há um conjunto de quadros utilizados no discurso (ENTMAN, 1993, p.52-53). Isso significa, portanto, que os quadros podem ser definidos e estudados em relação a essas quatro esferas e, mesmo que um estudioso se concentre em uma delas, as demais também devem ser incluídas na pesquisa (MAĆKIEWICZ, 2020).

Em relação ao enquadramento jornalístico, há uma necessidade por parte da imprensa de tomar decisões sobre a seleção de itens, alocação de espaço, tempo, recursos, prioridades de pauta e visibilidade. Esse processo de *gatekeeping* ocorre em dois momentos: 1) o de seleção de itens, como questões e *frames* usados; e 2) o de destaque dos itens, ou seja, a quantidade de espaço ou tempo alocado nas notícias (LEE, 2012). O enquadramento noticioso constrói significados particulares por esses padrões de ênfase, interpretação e exclusão adotados. Os quadros dizem respeito, portanto, a como as interpretações dos fatos são organizadas pela mídia (LEAL, 2007). Em estudos de enquadramento no campo de Mídia e Política é possível perceber como veículos jornalísticos, ao enquadrar os escândalos de corrupção política, tendem a dar mais atenção a certos aspectos do que a outros,

“recriando” significados socialmente compartilhados e dando determinado foco ao que os eventos escandalosos representam (ZAMORA; ALBALEDEJO, 2010).

A seguir, a pesquisa apresenta as considerações e o detalhamento de temas e enquadramentos utilizados para a análise das entrevistas e para a análise complementar de material midiático.

3.2 Considerações sobre as entrevistas

Para colocar em prática o método de aplicação de entrevistas semiestruturadas, foi preciso ater-se aos pressupostos teóricos que sustentam o trabalho, sem deixar de associá-los à realidade e especificidade pesquisada. Como fim último, a entrevista semiestruturada deve levar a uma verbalização que expresse o modo de pensar ou de agir dos entrevistados face aos temas focalizados, investigando crenças, valores, razões e motivos que acompanham os fatos e comportamentos (ALVES E SILVA, 1992). Nesse sentido, essa abordagem metodológica lida com discursos que traduzem percepções sobre o tema abordado, que passam por suas interpretações e processos de produção de sentidos. Cada entrevistado traz consigo uma bagagem histórica na qual sua trajetória de vida, origem e inserção social desempenham um papel específico. Busca-se, portanto, padrões de comportamento, e não generalizações.

O processo metodológico adotado foi semelhante ao desenvolvido anteriormente em Ituassu e colegas (2023). Todas as entrevistas foram realizadas pessoalmente ou por videoconferência. Como trata-se de uma técnica de entrevista semiestruturada, houve a produção de um roteiro prévio de questões. Inspiradas em Salgado e Stanyer (2019), as questões que serviram de guia para a elaboração do roteiro das entrevistas foram:

- a) Como define a corrupção e qual a importância do tema?
- b) Na sua percepção, quais são as razões que fazem a pauta da corrupção ser abordada pela mídia?
- c) Como você avalia a Operação Lava Jato?
- d) De que forma você avalia o papel dos veículos de imprensa e dos jornalistas na cobertura da Operação Lava Jato?
- e) Na sua percepção, qual deveria ser o papel do jornalismo e dos jornalistas

em coberturas de corrupção política?

Em relação à escolha dos entrevistados, a pesquisa partiu de três pressupostos. O primeiro trata-se do hibridismo midiático defendido por Chadwick (2013), que entende que “novas” e “velhas” mídias são tipos de mídia que trabalham juntos, em um mesmo sistema. Tendo isso em mente, esta pesquisa adotou a mesma visão na seleção dos entrevistados, ou seja, atores que se encontram em diferentes veículos, empresas e plataformas. O segundo pressuposto utilizado está nas premissas de Blumer (1969), que nos direciona à escolha de jornalistas que tenham atuação dentro do escopo da editoria de política, campo focal da análise. O terceiro pressuposto se relaciona com o segundo: a seleção, prioritariamente, de respondentes que tenham atuado no desenrolar do evento analisado, isto é, na cobertura da Operação Lava Jato.

Assim como em Ituassu e colegas (2023), o método “bola de neve” foi utilizado para compor a amostra. Como afirmam Wright e Stein (2005, p. 495-500), a amostragem “bola de neve” é um método referencial que parte de contatos iniciais, a quem são pedidos novos contatos e, por conseguinte, são solicitados novos contatos e assim por diante. Como sugerem os autores, esse tipo de amostragem se torna adequada quando não se deseja uma amostra conveniente ou probabilística. Trata-se de um método bastante eficiente, de fato, quando os participantes não desejam ter suas identidades reveladas, e quando pesquisadores querem “adentrar” em uma comunidade específica (WRIGHT; STEIN, 2005), ambos os contextos deste estudo. A busca por novos entrevistados foi interrompida quando se atingiu um ponto de saturação. Há saturação ao se constatar que elementos novos para subsidiar a análise almejada não são mais depreendidos, isto é, “quando a interação entre campo de pesquisa e o investigador não mais fornece elementos para balizar ou aprofundar a teorização” (FONTANELLA ET AL., 2011). Além disso, seguindo o método “bola de neve” de indicação de nomes para a análise pelos próprios entrevistados, a busca foi interrompida quando estes passaram a indicar os mesmos jornalistas que já faziam parte da amostra. Mesmo com a aplicação do método, a pesquisa teve dificuldade na composição da amostra, enfrentando resistência à participação por parte dos jornalistas, especialmente em relação às mulheres. Houve hegemonia masculina nas entrevistas, apesar de este

estudo ter entrado em contato e feito o convite a um número similar de homens e mulheres. A partir das gravações em áudio das entrevistas, houve a transcrição de todo o material e sobre o qual ocorreu a análise temática.

3.2.1 Classificação Temática das Entrevistas

A escolha dos temas e elementos que compuseram a análise se deu pela literatura relacionada ao objeto da pesquisa e ao se debruçar sobre o material das entrevistas. Ao consultar a literatura, o pesquisador obtém informações que lhe permitem fazer inferências a partir da entrevista, enquanto que pelas transcrições, podem ser elencados “padrões de experiência” entre os entrevistados. Esses padrões podem aparecer em citações diretas ou em declarações que parafraseiam ideias comuns (ARONSON, 1995).

Dessa forma, seguindo os referenciais metodológicos utilizados por Ituassu e colegas (2023), a aplicação da metodologia foi dividida em duas etapas. Na primeira, foram feitas as entrevistas semiestruturadas com jornalistas. Na segunda parte, foi levada à frente a análise temática das transcrições das entrevistas. Entre a primeira e a segunda etapa, houve a elaboração do livro de códigos com temas, elementos e definições. Temas ligam o método aos grandes guarda-chuvas teóricos desta pesquisa: Corrupção, Jornalismo e Operação Lava Jato. Elementos constituem os temas e trazem consigo experiências, práticas, ideias ou fragmentos e devem capturar algo de importante sobre as questões da pesquisa (BRAUN; CLARKE, 2006; NOWELL et al., 2017). Os elementos desta análise foram desenvolvidos tendo como referenciais teóricos a literatura dos três grandes temas adotados.

Com as transcrições e livro de códigos em mãos, houve a codificação do material com base no livro de códigos, extraíndo os fragmentos temáticos do texto e designando-lhes um tema e um elemento. Para isso, esta pesquisa utilizou o software de análise qualitativa NVivo®. O software permite que o pesquisador reúna, de forma segura, os materiais de pesquisa em um único lugar, e possibilita a realização rápida de relações entre os dados, auxiliando na reflexão e análise do estudo (MOZZATO, GRZYBOVSKI E TEIXEIRA, 2016, p.582).

Após a análise temática, o livro de códigos foi revisto a fim de selecionar

apenas aqueles que tivessem maior relevância no que diz respeito a contribuições desta pesquisa, chegando a um total de vinte e dois elementos: quatro do tema Corrupção; seis do tema Lava Jato; e doze do tema Jornalismo. Temas, elementos, definições e exemplos são detalhados a seguir.

Tabela 3: Livro de códigos da análise temática - Tema Corrupção

Elemento	Definição
Relevância	Corrupção é central, grave, importante, onipresente, sempre em alta. Há corrupção no mundo todo. A definição de corrupção é muito ampla, muito mais coisa é corrupção; a corrupção é central, assim como outros temas são, ela não é o único problema.
Corrupção e Política	Corrupção como fenômeno político; corrupção na política; uso político da pauta da corrupção; corrupção como instrumento de luta política, disputa de poder; combate à corrupção é estratégia eleitoral, arma política.
Corrupção e Cultura	Corrupção está na origem da sociedade brasileira, é assunto brasileiro, está intrínseca ao nosso social, é escancarada no Brasil. Corrupção é ligada à cultura patrimonialista brasileira.
Transparência e controle	É preciso ter mais transparência; a transparência ajuda no combate à corrupção; é preciso aumentar a fiscalização e os mecanismos de controle; sistemas de vigilância precisam ser mais eficientes.

Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

O tema da Corrupção tratou das percepções ligadas à pauta da corrupção de forma mais ampla, e englobou os elementos Relevância; Corrupção e Política; Corrupção e Cultura; e Transparência e Controle. A escolha dos elementos se deu pela análise do material das entrevistas e pela literatura sobre o termo, que entende

a corrupção como um conceito histórico e multidimensional (HEIDENHEIMER, 1970; ROSE-ACKERMAN E PALIFKA, 2020 [1999]; KARKLINS, 2005; ROTHSTEIN E VARRAICH, 2017; HOLMES, 2015; SHLEIFER E VISHNY, 1993; VAZ E VELASCO, 2017; MAURO, 1995; TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2021; BANCO MUNDIAL, 1997; HELLMAN, JONES, KAUFMANN, 2000; PHILIP, 2014; WALLIS, 2006; ALEMANN, 2004; GÉNAUX, 2004; FILGUEIRAS, 2008; POZSGAI-ALVAREZ, 2022), e que possui raízes culturais, políticas, éticas e sociais.

O elemento Relevância abordou essa unanimidade da literatura a respeito importância do conceito. Em relação ao contexto brasileiro, a corrupção é tida como um problema central (BAPTISTA; SOUZA TELLES, 2018). O elemento, portanto, possui percepções ligadas à centralidade e importância de forma mais ampla, e associadas a uma visão problematizada do termo, entendendo sua complexidade junto a outras questões igualmente centrais na sociedade.

Eu acho que corrupção é um tema fundamental, mas eu acho que antes de tudo, é preciso a gente ter uma compreensão melhor sobre o que a gente considera corrupção. Eu acho que muito mais coisa é corrupção.

Os elementos Corrupção e Política e Corrupção e Cultura associam o conceito a duas esferas que fazem parte da construção do que se determina como corrupção. A corrupção política se revela na manipulação fraudulenta de políticas públicas, e em abuso da posição para ganho de poder, *status* e dinheiro. A corrupção na política está na sanção de condutas que possuem o objetivo de gerar ganhos individuais ou para um grupo, acima do interesse comum; e na violação dos princípios democráticos e afetam a sociedade (PESTRANA VALLS, 2019). As percepções sobre esse elemento também trataram do uso político da pauta como ferramenta para ganho de poder. No que se refere à Corrupção e Cultura, na construção cultural latino-americana, a corrupção é pressuposta em todos os estamentos institucionais (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 278). As percepções em torno do elemento discutiram as raízes culturais da corrupção.

Então você vê, às vezes, políticos comprovadamente corruptos, usando o discurso de corrupção, de combate à corrupção, porque virou uma arma, uma estratégia muitas vezes eleitoral falar da corrupção.

O que nos diferencia é que no Brasil, a corrupção tem uma cultura patrimonialista, o que é tratado por Sérgio Buarque, Raymundo Faoro. É uma tradição profundamente patrimonialista.

O elemento Transparência e Controle possui centralidade no que diz respeito a práticas de enfrentamento à corrupção. Índices, métricas e indicadores (HEYWOOD, 2014) foram criados em escala mundial no sentido de avaliar a transparência, prestação de contas e os mecanismos de controle da corrupção em diversos países. Quanto mais transparência e instrumentos de controle de ações corruptas, menos oportunidades de corrupção seriam possíveis em um espectro político e social. O elemento, portanto, esteve ligado a percepções sobre a necessidade de mais transparência e de mais formas de controle de práticas corruptas.

Eu sou otimista com a implementação de instrumentos de transparência. Eu acho que é o melhor caminho que se pode tomar.

A seguir, a tabela com os elementos e definições dentro do tema da Lava Jato, que tratou das percepções ligadas aos diferentes aspectos que envolvem a Operação.

Tabela 4: Livro de códigos da análise temática - Tema Lava Jato

Elemento	Definição
Importância	Lava Jato começou como uma boa operação; foi um marco em termos de investigação; descortinou a corrupção; nunca havia acontecido uma operação assim, foi inédita; gente poderosa foi

	<p>presa pela primeira vez, foi didática, há um mérito da Operação em seu início, foi corajosa, identificou um problema real, não foi uma farsa completa, as pessoas demonizaram a operação como um todo.</p>
Desvio de rota	<p>Operação se perdeu, passou a ter interesse e viés político, a ser partidarista, a fazer perseguição, saiu do escopo, teve objetivo político de derrubar o governo, passou a querer limpar a política.</p> <p>Lava Jato como um retrocesso pelo que se tornou; sentimento de decepção com os procuradores, eles assumiram um viés autoritário, não podiam ser questionados.</p>
Polêmicas jurídicas	<p>Decisões contraditórias do Supremo Tribunal Federal, do Ministério Público e da Polícia Federal.</p> <p>Violação de garantias constitucionais, não seguiu o devido processo legal, usou mecanismos e prisões ilegais, entendimentos duvidosos da lei, acusações sem provas, problemas éticos, procedimentos ao arrepio da lei e não ortodoxos, divulgação ilegal de provas, absurdos jurídicos.</p> <p>Desrespeito ao princípio de territorialidade: Operação foi investigada em Curitiba mesmo com acusados sendo de outras localidades.</p>
Delação Premiada	<p>Delações foram centrais. Ferramenta inédita de investigação, trouxe benefícios.</p> <p>Lava Jato condicionou delações, incentivava que investigados falassem, delatores inventavam o que falar, delações irresponsáveis, sem provas.</p>
Heroicização da Força-Tarefa	<p>Procuradores passaram a ser heróis, ganhavam prêmios; Moro como campeão moral, bajulação aos</p>

	integrantes da Operação, juiz herói.
Consequências da Operação	Lava Jato gerou prejuízos políticos, econômicos e jurídicos: polarização, discurso extremista, crise econômica, atraso e retrocessos na legislação.

Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

O tema da Operação englobou os elementos Importância; Desvio de rota; Polêmicas jurídicas; Delação premiada; Heroicização da força-tarefa; e Consequências. No que diz respeito ao elemento da Importância, a Lava Jato é considerada o maior escândalo de corrupção já ocorrido no Brasil (BAPTISTA; SOUZA TELLES, 2018) e na América Latina (LAGUNES, SVEJNAR, 2020), deixando um marco na história recente do Brasil (TALENTO, MEGALE, 2022; LAGUNES, ODILLA, SVEJNAR, 2021).

Na história da corrupção no Brasil, se tem um marco temporal muito forte chamado Operação Lava Jato.

Era a maior história de corrupção no Brasil e no mundo naquele período, em termos de escala, em termos de importância dos personagens envolvidos.

Desvio de rota abordou a percepção de que a Operação adquiriu contornos políticos a partir de determinado período (AVRITZER, 2018), o que a fez sofrer um revés considerável, com críticas por sua condução e decisões tomadas (VIANA; RAMOS, 2021). O elemento esteve ligado, portanto, a percepções sobre o interesse partidário da força-tarefa e seu viés político, assim como à decepção de jornalistas com procuradores e envolvidos na Operação.

Só que em determinado momento, a atuação de determinados atores acabou se tornando muito política, midiática e pareceu haver uma certa instrumentalização para a punição de determinados personagens, desvirtuando um pouco o resultado de uma investigação que tinha começado mais embasada.

No que diz respeito a Polêmicas jurídicas, o elemento abordou decisões em termos legais tomadas durante as investigações pelo Supremo Tribunal Federal, Ministério Público e Polícia Federal que se mostraram controversas por parte da sociedade. O levantamento do sigilo da conversa entre o então ex-presidente Lula e a presidente Dilma Rousseff em 16 de março de 2016 marca o início do que Fontanha e Lima (2018, p.52) chamaram de “limite nebuloso” entre a atuação da Operação e os interesses políticos envolvidos. Ao longo da investigação, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal “entraram em rota de desacordo quanto à definição de interpretações da constituição, o que acarretou em inegável impacto no combate à corrupção” (VIANA; RAMOS, 2021).

Você pode não gostar deles, mas isso que foi feito ali é uma barbaridade, um juiz de primeira instância divulgou uma conversa da Presidente da República com o ex-presidente da República. E o Supremo vai lá e cancela a nomeação do cara na Casa Civil.

O elemento Delação Premiada tratou deste marco legal apropriado do Direito contratual norte-americano e que passou a ser utilizado, de forma constante, a partir da Lava Jato (AVRITZER, 2018). As percepções ressaltaram a centralidade do instrumento para a construção do que foi a Operação, assim como a sua aplicação duvidosa em alguns casos.

Aí você pega os delatores, os caras começaram, na prática, a ser torturados, alguns tinham alguma coisa para falar, outros não tinham o que falar e inventavam um pouco, o negócio foi perdendo completamente a noção.

Por fim, os elementos Heroicização da Lava Jato e Consequências da Operação. A Heroicização abordou a importância dada ao ex-juiz Sergio Moro e procuradores, que ganharam *status* de herói, o que era reforçado pela imprensa e organizações da sociedade civil (LAGUNES; ODILLA; SVEJNAR, 2021). Moro recebeu o prêmio “Faz Diferença”, do jornal O Globo, foi eleito a Pessoa do Ano

pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, e chegou a ser escolhido como uma das 50 personalidades mais – positivamente – importantes da última década pelo *Financial Times*. No que se refere ao elemento Consequências, este envolveu percepções associadas a um legado negativo deixado pela Operação nos âmbitos político, econômico e jurídico.

Os Procuradores e o Moro, são tratados como heróis, tudo o que eles dizem recebem um ‘sim senhor’ e tudo o que dizem contra é lançado uma maldição. Se você fizesse críticas ao Moro ou a Lava Jato, você era corrupto, era esquerdista, era petista, era atrasado.

Acho que a Lava Jato fomentou de uma maneira tóxica, quase criminosa, essa polarização que a gente vive até hoje.

O país mergulhou numa crise econômica, muita gente perdeu o emprego, muitas empresas quebraram, e numa crise política, os partidos perderam credibilidade e abriram espaço para os lobos solitários que estão aí nas redes sociais, muitos sem qualquer propósito a não ser fazer lacração na internet para atacar um grupo social.

A seguir, o tema Jornalismo, que tratou da cobertura da pauta da corrupção e da Lava Jato, assim como do papel do jornalismo e dos jornalistas frente a esses escândalos de grande proporção.

Tabela 5: Livro de códigos da análise temática - Tema Jornalismo

Elemento	Definição
Senso crítico e responsabilidade	Jornalismo precisa ser responsável: ser mais sóbrio, ter senso crítico, ser criterioso, independente. Jornalista precisa pensar antes de denunciar, deve analisar a relevância do fato antes de publicar, ter critério de noticiabilidade. Dar o mesmo peso a todos

	os lados da notícia, calibrar a cobertura, modular o espaço e o tempo dado à notícia.
Papel de <i>watchdog</i>	Papel de fiscalização, de denúncia, de investigação. Papel de questionar, ir atrás das denúncias, revelar desvios, fraudes, esquemas, monitorar os serviços públicos.
Interesses Editoriais	Os veículos refletem os interesses dos grupos aos quais estão vinculados, dos seus donos. Critérios do que é notícia definidos pelos donos de cada veículo. Na Lava Jato, veículos defendiam seus próprios interesses. Havia orientações de cima, a direção dava o tom. Donos dos veículos queriam tirar o governo vigente.
Interesses Comerciais	Mídia como um negócio, empresas de mídia privadas buscam o lucro. Corrupção é um assunto que vende, gera clique, dá audiência, tem apelo e comoção popular, impacta.
Crise do jornalismo	Não mais se paga para consumir notícia; redações estão enxutas, jornalistas muito jovens e com pouca experiência; é preciso ter bagagem para cobrir corrupção; é preciso tempo e investimento para cobrir corrupção.
Cumplicidade na Lava Jato	Imprensa foi cúmplice, “comprou” a versão dos procuradores e do Ministério Público, embarcou na narrativa. Cobertura enviesada, não havia espaço para a defesa, não havia filtro do que era publicado. Imprensa abraçou um viés sem pensar nas consequências, chancelava a Operação, partidária, fez propaganda da Lava Jato.
Instrumentalização pela Lava Jato	Imprensa foi usada, se deixou instrumentalizar, foi manipulada pela Força-Tarefa e Ministério Público, que seguiam uma estratégia para pautar a mídia.
Avalanche Informacional na Lava Jato	Grande fluxo de informações, enxurrada de documentos disponíveis. Quantidade de informações disponíveis impedia filtro,

	<p>reflexão e análise aprofundada pelos jornalistas.</p> <p>Fator e-Proc: sistema de consulta processual aumentava o fluxo informacional e foi fundamental para a imprensa. Havia transparência e agilidade na divulgação de um alto número de relatórios, documentos e informações.</p>
Competição e pressa pela notícia na Lava Jato	<p>Busca pelo furo de reportagem, pressa pela notícia, corrida contra o tempo e contra a concorrência, pressão nas redações, sede por informação exclusiva. Competição e pressa atrapalhavam a qualidade da informação.</p> <p>Chegada do jornalismo digital: portais de notícias e redes sociais aceleraram a competição.</p>
Relação entre jornalista e fonte na Lava Jato	<p>Linha tênue, algumas vezes ultrapassou-se essa linha. Equilíbrio difícil. As fontes têm seus próprios interesses e passam seus recortes. Há um jogo de interesses entre jornalistas e fontes.</p> <p>Relação da imprensa com o Ministério Público extrapolou. Imprensa recebeu vazamentos.</p>
Relativização das críticas à atuação na Lava Jato	<p>A forma com que a cobertura foi feita é compreensível pelas circunstâncias; foi um período difícil e angustiante. Quando está acontecendo, na hora do entusiasmo, não dá para pensar, o ímpeto é de publicar.</p>
Vaza Jato	<p>Importância da Vaza Jato; revelou quem estava envolvido em relações obscuras, ajudou na mudança de rumo da cobertura.</p>

Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

O tema do Jornalismo, ligado a percepções sobre a atuação da imprensa em coberturas de escândalos de corrupção e na Lava Jato, englobou os elementos: Senso crítico e responsabilidade; Papel de *watchdog*; Interesses Editoriais; Interesses Comerciais; Crise do jornalismo; Cumplicidade na Lava Jato; Instrumentalização pela Lava Jato; Avalanche Informacional na Lava Jato;

Competição e pressa pela notícia na Lava Jato; Relação entre jornalista e fonte na Lava Jato; Relativização das críticas à atuação na Lava Jato; e Vaza Jato.

Em um ecossistema midiático dominado por empresas privadas, o espaço destinado a cada pauta é definido pelos donos dos veículos de notícias, que dão o tom do debate na mídia em torno do assunto. O elemento Interesses Editoriais englobou os interesses dos veículos em coberturas de corrupção e durante a cobertura da Lava Jato: critérios e definições adotadas.

E as direções dos jornais, porque não cabe ao repórter, ele não tem autonomia para decidir o quanto ele vai entrar numa cobertura dessa, ou se vai boicotar. Mas os jornais sabiam, ninguém é ingênuo, eles sabiam o que estava acontecendo. Naquele momento eu acho que eles viam o que estava acontecendo

Jornalismo é também um negócio, e por isso, muitas vezes, está associado a práticas em que o principal intuito é vender e prender a audiência recorrendo, inclusive, a práticas sensacionalistas (TRAQUINA, 2004). O elemento Interesses Comerciais tratou da busca por clique, comoção popular, impacto e resultados econômicos em coberturas de corrupção e na Lava Jato.

Hoje, há o clique da audiência, então você publica qualquer coisa porque aquilo você sabe que vai dar clique.

Denunciar também é interessante para os veículos, porque vende, dá audiência.

No que diz respeito à crise do jornalismo, percepções ligadas a um entendimento de escassez de recursos e investimento nas redações, levando à demissão de profissionais experientes e contratação de novos jornalistas a fim de conter gastos. Houve um destaque à importância de jornalistas “com bagagem” para grandes coberturas como as de escândalos de corrupção.

As redações ficaram com gente com pouca experiência, porque elas custam mais barato, poucas cabeças brancas, não que eu ache que só pessoas com cabeça branca têm capacidade de fazer alguma coisa, mas esse mix é muito importante, porque para cobrir corrupção você precisa ter lastro, você precisa ter história na sua cabeça. Você precisa juntar coisas do passado com o presente.

Desde a primeira leitura do material das entrevistas, dois elementos ficaram significativamente visíveis no que diz respeito ao papel do jornalismo durante a Operação Lava Jato: a cumplicidade jornalística e a instrumentalização do jornalismo pela força-tarefa. O primeiro diz respeito a um possível viés político no trabalho jornalístico, o que também é tratado pela literatura (LAGUNES; ODILLA; SVEJNAR, 2021); a imprensa teria sido cúmplice, “comprando” a versão de instituições como Ministério Público e Polícia Federal. No segundo, as instituições teriam usado e manipulado jornalistas e veículos por estratégia, a fim de dar ampla divulgação à Operação e conquistar o apoio popular.

Então os jornais fizeram um papelão na cobertura da Lava Jato, criaram um discurso único muito a favor da Lava Jato e fechou os olhos para todas as contradições, todos os erros do Moro.

A imprensa se deixou ser usada e instrumentalizada no início da operação, em parte por ingenuidade, em parte por deslumbramento, em parte por achar conveniente, porque também era crítica aos personagens que estavam sendo alvos.

Houve uma novidade na cultura brasileira em termos de transparência a partir da Lava Jato: o acesso à informação sobre os casos judiciais foi fomentado pelo avanço tecnológico e pela proatividade dos procuradores em divulgar documentos relativos à Operação. Para isso, a justiça federal de Curitiba utilizava um sistema conhecido como E-PROC, que tornava público rapidamente e constantemente centenas de documentos poucas horas depois de elaborados – algo inédito em investigação de grandes proporções no Brasil –, e organizava coletivas

de imprensa para explicar as investigações e as denúncias (LAGUNES; ODILLA; SVEJNAR, 2021). O elemento Avalanche Informacional na Lava Jato tratou de percepções associadas a esse cenário.

Todos os dias, a maior parte das informações era pública. Eles publicavam no sistema E-PROC. Então todos os dias, toda essa massa de gente, umas cem pessoas, pelo menos muito qualificadas, todos os dias essas pessoas produziam alguma coisa que entrava nos autos. Cinquenta, sessenta que eu tinha que acompanhar todos os dias e era um desespero, porque eu não conseguia entrar em todos aqueles autos todos os dias.

O trabalho jornalístico é condicionado pelo fator tempo (TRAQUINA, 2004), e esse cenário de avalanche informacional durante a Lava Jato reforçou um ambiente hipercompetitivo que já existia na imprensa brasileira (LAGUNES; ODILLA; SVEJNAR, 2021). O elemento Competição e pressão pela notícia tratou de percepções sobre esse ambiente competitivo e apressado que se acentuou pela forte presença de veículos digitais.

Criou uma grande competição de quem vai dar o furo primeiro, porque esses setores da mídia estavam nessa competição, estavam nessa concorrência, e as instituições que estavam repassando esse material tinham muita consciência disso.

A relação entre jornalista e fonte na Lava Jato tratou de declarações em que jornalistas comentam a dificuldade dessa relação durante a cobertura, que se tornava um jogo de interesses e de equilíbrio, mas que, por muitas vezes, extrapolou limites. O elemento também envolveu vazamentos de informação a jornalistas.

Houve vazamento? Lógico. Se você grampear os telefones dos repórteres de todas as redações do Brasil, não sobra um, porque você vai chegar para um político e dizer: 'Fulano de tal, o senhor que é um corrupto contumaz, poderia conversar com a gente?' Primeiro, a gente tem que ser cordato, respeitoso. Não é assim.

Quando a gente trata bem o político, a fonte, isso é muitas vezes usado contra o repórter, porque está buscando a notícia.

Apesar dos problemas que envolveram a cobertura da Lava Jato, não haveria como ser diferente. O elemento Relativização mostrou esse reconhecimento por parte dos jornalistas, que entendem as dificuldades e o desafio que enfrentaram no período.

Acho que a cobertura foi didática, porque ela apareceu naquele primeiro momento uma grande coisa, e como jornalista, você teria que começar a duvidar, alguma coisa está errada, esquisita. Mas é muito difícil fazer uma coisa diferente, né? Porque os padrões e os repórteres estavam agradados. É uma sensação que você tem a luz verde de 'vai, continua, vai fazendo que é isso aí'.

O elemento Vaza Jato tratou das menções às mensagens divulgadas pelo portal The Intercept, que apontaram para parcialidade da força-tarefa, do então juiz Sergio Moro, e do procurador da República Deltan Dallagnol na condução da Operação, e denunciaram uma falta de escrutínio da imprensa no início das investigações (BULLA; NEWELL, 2020). Moro e Dallagnol, por cerca de seis anos discutiram detalhes e desdobramentos da investigação e quais as estratégias seriam utilizadas para envolver a mídia no processo (LAGUNES; ODILLA; SVEJNAR, 2021).

A Vaza Jato foi ótima, foi maravilhoso, porque finalmente deu pra você saber quem era quem, quem era amiguinho do poder e quem não era.

Diante de coberturas de grandes escândalos de corrupção, jornalismo e jornalistas precisam ser críticos e responsáveis, e assumir o papel de fiscalizadores e denunciadores das irregularidades. Os elementos Senso Crítico e Responsabilidade e Papel de *Watchdog* trataram dessas percepções.

O jornalista deve buscar relatar a informação com honestidade, equilíbrio e

cautela (TRAQUINA, 2004). Senso crítico e Responsabilidade abordou certa missão do jornalismo em coberturas de corrupção, que precisaria ter, acima de tudo, capacidade de refletir e analisar as informações, responsabilidade ao publicá-las, e dar o mesmo espaço a todos os lados da notícia.

Ela tem que ser responsável, né?! É o tipo de cobertura que você precisa ter força, você não pode ter dúvida, você só pode publicar uma coisa quando você não tem dúvida, porque se você erra numa coisa, você desmonta, você bota em dúvida todo o resto que está por baixo.

Reserva-se ao jornalismo não apenas o papel de informar os cidadãos, mas também a responsabilidade de exercerem a função de vigilância do bom funcionamento de governos (TRAQUINA, 2004). O Papel de *watchdog* tratou de uma prática jornalística investigativa, vigilante e denunciante das irregularidades políticas. O jornalismo com função *watchdog* é decisivo na luta contra a corrupção e na exposição de irregularidades (BERGONZI, 2008).

A imprensa tem o papel de revelar desvios, irregularidades, de fiscalização de recursos públicos e fiscalização de autoridades públicas, que muitas vezes ocupa o papel dessas outras instituições, que funcionam de forma muito incerta, a depender das circunstâncias políticas, a depender de determinadas condições de trabalho. Então, eu acho que em determinados momentos acaba sendo mais o papel da imprensa fazer a fiscalização e cobertura dos casos de corrupção.

Outros elementos foram inicialmente selecionados pela pesquisa, como Corrupção e Economia, Comparação entre casos e coberturas de corrupção e desgaste da pauta na imprensa. No entanto, este estudo optou por trabalhá-los separadamente em futuros trabalhos. A seguir, as considerações e os enquadramentos utilizados para a análise de conteúdo midiático publicado sobre e durante a Lava Jato.

3.3 Considerações sobre o material midiático

De forma complementar às entrevistas, esta pesquisa realizou uma análise interpretativa de material midiático por meio de enquadramentos. A escolha dos veículos se deu a partir do *Reuters Media Report* de 2020, lançado em 2021, que apresenta as mídias mais consumidas em diversos países, entre eles o Brasil. Foram selecionados dois dos veículos que se encontram entre os de maior consumo semanal no país: Folha de S. Paulo e Estadão. A escolha também se deu pela disponibilidade do material para consulta e *download*.

Entre as 79 fases da Lava Jato⁵, esta pesquisa escolheu como recorte de análise três períodos da Operação, localizados no momento inicial, em um período durante as investigações e em uma amostra dos últimos meses de Força-Tarefa. Em relação ao primeiro mês de Operação, foi o momento em que o caso se tornou um escândalo político e midiático e quando ocorreram as primeiras construções narrativas sobre o assunto por parte da mídia. Pesquisas anteriores sugerem que os primeiros dias após a exposição de uma transgressão pela mídia são fundamentais para entender como essa transgressão leva a um escândalo político midiático. É nesse período que surgem os enquadramentos interpretativos que afetam as avaliações do público e ditam a forma como a transgressão será interpretada (ENTMAN, 2012; THOMPSON, 2000; CLEMENTE, GABBIONETA, 2017). Foram analisados, portanto, editoriais da Folha de S. Paulo e Estadão publicados nos 30 dias que sucederam à prisão do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e do doleiro Alberto Youssef – entre 20 de março e 18 de abril de 2014.

O segundo recorte foi de 2016, dois anos após seu início e período em que a Operação “pisou no acelerador”⁶, com 16 fases ao todo. No período de 22 de setembro a 21 de outubro de 2016, ocorreram as fases 34 e 35, que são conhecidas, respectivamente, como Arquivo x e Omertà. Na fase 34, em setembro, o ex-ministro Guido Mantega foi preso e solto no mesmo dia, suspeito de arrecadar propinas para o PT. Na fase 35, também em setembro, o ex-ministro da Fazenda, Antônio Palocci, foi preso temporariamente suspeito de operar propinas da Odebrecht. No mês

⁵ <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/linha-do-tempo>

⁶ <https://veja.abril.com.br/brasil/lava-jato-em-2016-recorde-de-fases-e-peixes-grandes-como-alvo/>

seguinte, em 19 de outubro, o então deputado cassado e ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, foi preso preventivamente por apresentar em liberdade um risco para a ordem pública. No mesmo mês, a 2ª Turma do STF mantinha em tramitação o inquérito contra o então ex-presidente Lula, que investigava crime de organização criminosa.

A terceira amostra foi do início de 2021, quando ocorre a última fase da Operação antes de a Força-Tarefa passar a integrar o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público Federal (MPF), em fevereiro daquele ano. A 79ª fase, deflagrada em 12 de janeiro, teve o cumprimento de mandados de busca e apreensão em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Maranhão a fim de investigar possíveis atos de lavagem de dinheiro relacionados à Transpetro, entre 2005 e 2014. Sendo assim, o último período de coleta foi de 12 de janeiro, com o início da fase final, até 10 de fevereiro, completando 30 dias de amostra.

3.3.1 Enquadramentos do material midiático

Para a aplicação metodológica, trabalhou-se com enquadramentos genéricos e específicos. Os enquadramentos genéricos são aplicáveis a diferentes tópicos, em diferentes recortes temporais e contextos culturais (DE VREESE ET AL., 2001), e por isso possuem notável relevância em um conjunto maior de tópicos de análise (BRÜGGEMANN & D'ANGELO, 2018). Enquadramentos específicos são formas aparentemente únicas de contextualizar determinado objeto analisado, referindo-se a fatos específicos ou aspectos recorrentes de um tema (DE VREESE ET AL., 2001; ZAMORA; ALBALEDEJO, 2010).

Os enquadramentos da pesquisa foram elaborados inspirados no próprio objeto de análise – Operação Lava Jato – e no trabalho de Zamora e Albaledejo (2010) sobre mídia e escândalos políticos de corrupção. Para a identificação, foram levados em conta a presença ou ausência de palavras-chave, imagens estereotipadas, e sentenças que fornecem julgamentos tematicamente reforçados (ENTMAN, 1993, p.52). Cada quadro, detalhado na tabela a seguir, possui,

portanto, uma definição e elementos discursivos que auxiliam a sua identificação. Um editorial pode evocar um ou vários quadros em seu texto.

Tabela 6: Quadros da análise do material midiático

Quadros	Tipo de enquadramento	Definição e elementos discursivos
Moralidade	Genérico	A informação possui cunho de condenação moral. Nesta pesquisa, é identificado pelo uso de palavras-chave, expressões e julgamentos de valor como “inescrupuloso”, “foram à forra”, entre outros correlatos.
Atribuição de responsabilidade	Genérico	Uma instituição ou um indivíduo é responsável por causar o problema. Nesta pesquisa, atribuição e culpabilidade a membros ligados ao PT, aos magistrados e/ou aos demais envolvidos na Operação.
Personificação	Específico	Representação através de personagens específicos. Texto detalhado e focado em um único personagem envolvido na Operação.
Demonstração de Apoio	Específico	Demonstração de apoio e/ou elogio à Lava Jato; defesa e reforço da importância da Operação.
Quantias Envolvidas	Específico	Foco nas quantias desviadas e/ou nas quantias que fizeram parte da transação corrupta.

Fonte: ZAMORA; ALBALEDEJO, 2010; ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Enquadramentos genéricos da pesquisa

O quadro genérico mais comum em análises de corrupção política, por ser intrínseco ao escândalo, é o da “Moralidade”. Nele, destacam-se palavras-chave e expressões que perseguem uma espécie de lição de moral. Há juízos de valor, tom

crítico e generalizações (ZAMORA; ALBALEDEJO, 2010). Nesta pesquisa, algumas das palavras-chave, expressões e julgamentos de valor encontrados foram “escandaloso”, “inescrupuloso”, “podridão”, “obscuro”, “estorrecedor”, “vulgar”, “tóxico”, “conspurcado”, “bandidagem”, “bandalheira”, “purgação”, “desmoralização”, “vexatório” “esdrúxula”, “foram à forra”, “superioridade moral”, “bem e mal”, “heróis e vilões”, entre outros correlatos. Um exemplo deste quadro está no trecho abaixo do editorial “Lula quer desmoralizar o Brasil”, publicado pelo Estadão em 20 de outubro de 2016. Foram usadas palavras-chave e expressões como “espetáculo circense”, “Mal” e “missão abjeta”.

Lula da Silva está armando um espetáculo circense para avisar aos desavisados que o ‘Mal’ cooptou a Justiça, que se empenha na missão abjeta de condenar um inocente, o homem ‘mais honesto do Brasil’, punindo-o pelo crime de governar para os pobres.

No enquadramento genérico de “Atribuição de responsabilidade”, coloca-se em um governo, indivíduo ou instituição a responsabilidade sobre uma questão. Ou seja, um ou mais atores são apontados como os responsáveis por provocar ações e seus efeitos. A avaliação dessas ações ou efeitos pode ser positiva, negativa ou neutra, atribuindo culpa, mérito ou apenas causalidade (FIRMINO, 2022). O último editorial sobre a Operação Lava Jato como força-tarefa publicado pela Folha de S. Paulo em 05 de fevereiro de 2021 exemplifica esse quadro.

A extinção da Força-Tarefa encerra um processo prolongado de desgaste, para o qual erros cometidos pelos integrantes da Operação e ações de seus adversários ofereceram contribuições decisivas. Com o tempo, abusos cometidos pelos procuradores tornaram-se evidentes, pondo em xeque seus métodos e minando a credibilidade de suas iniciativas (...) O vazamento de mensagens trocadas pelos procuradores nos bastidores da Operação ofereceu um retrato constrangedor do grupo, alimentando questionamentos à isenção de Moro como juiz e pondo em risco os resultados alcançados pelas investigações.

Enquadramentos específicos da pesquisa

O enquadramento de “personificação” se dá quando um personagem incorpora uma história ou escândalo de corrupção política. Ao chamar a atenção da mídia, o personagem é destacado, também, pelo que acontece em seu âmbito privado. Trata-se, portanto, de um discurso voltado para aspectos ligados ao lado “humano” e “pessoal” dos envolvidos, usando, para isso, de simplificação e dramatização (ZAMORA; ALBALEDEJO, 2010). O editorial “Estranha Impunidade” publicado pelo Estadão em 22 de setembro de 2016 exemplifica o quadro de personificação, tendo como principal personagem o senador Renan Calheiros.

O notório senador Renan Calheiros investe-se de superioridade moral para criticar o ‘exibicionismo’ dos integrantes da Operação Lava Jato. Trata-se da mesma pessoa, que a lassidão dos costumes reconduziu à presidência do Senado Federal, que em 2007 precisou renunciar ao mesmo posto para salvar o mandato de senador e está sendo investigado agora em 12 inquéritos no STF, 9 deles relativos à Lava Jato. ‘Exibicionismo’ é a exposição dessa folha corrida, simultânea à farisaica exibição de virtudes cívicas – tudo com o óbvio objetivo de evitar que se faça justiça.

No enquadramento de “demonstração de apoio”, há endosso à Operação Lava Jato em forma de incentivo, elogio ou reforço da importância. Abaixo, trecho do último editorial sobre a Operação como força-tarefa publicado pelo Estadão em 05 de fevereiro de 2021 intitulado “O fim da Operação Lava Jato”.

Nenhuma análise histórica da Operação Lava Jato será honesta se não reconhecer sua longa folha de serviços prestados à Nação. Se não por quaisquer outras razões, a Lava jato merece ser lembrada por ter resgatado o primado da igualdade de todos perante a lei (...) os brasileiros voltaram a acreditar que ninguém

está fora do alcance da Justiça quando se desvia da lei, nem mesmo políticos influentes.

Por fim, o quadro “quantias envolvidas” trata de relatos das quantias adquiridas e/ou que fazem parte dos esquemas de corrupção em torno da Operação. O exemplo a seguir trata-se do editorial “Os limites de Lula”, publicado em 22 de setembro de 2016 pelo Estadão.

A acusação afirma que Lula recebeu R\$ 3,7 milhões em propina da empreiteira OAS entre 2006 e 2012. Moro considerou haver ‘indícios razoáveis’ de que um triplex no Guarujá foi dado pela OAS a Lula, embora a empresa tenha se mantido como proprietária formal.

O capítulo seguinte desta tese está dividido em quatro grandes seções: a primeira traz um breve ensaio sobre a Lava Jato, com desenvolvimento teórico sobre a Operação, suas fases e contexto midiático; a segunda e terceira seções se debruçam na análise das entrevistas e do material midiático; a quarta e última seção discute os resultados encontrados.

4. Estudo de Caso: contexto, análise e discussão dos resultados

Um estudo de caso (TELLIS, 1997; YIN, 2005; MARINHOS E OSÓRIO, 2010; DUARTE, 2012) proporciona que fenômenos sociais complexos sejam analisados a partir da integração de um conjunto de ferramentas para levantamento e análise de informações relacionadas ao caso. Este trabalho optou por usar o estudo de caso como estratégia de pesquisa por possibilitar a combinação de múltiplas perspectivas, abordagens e recortes de análise para a construção e compreensão de significados (MARINHOS E OSÓRIO, 2010; DUARTE, 2012).

Nesse sentido, este capítulo combina contextualização teórica da Operação Lava Jato; análise temática das entrevistas semiestruturadas de jornalistas que atuaram na cobertura da Operação; e uma análise complementar interpretativa de enquadramento de editoriais publicados por Folha de S. Paulo e Estadão durante os anos de força-tarefa. O primeiro subcapítulo apresenta uma breve contextualização da Lava Jato, suas principais fases e sua relação com a cobertura midiática. A seção 4.2 mostra os primeiros resultados da análise temática das entrevistas semiestruturadas, com detalhamento das percepções encontradas ligadas a cada tema e exemplificação a partir de trechos de declarações dos entrevistados. O subcapítulo seguinte traz a análise complementar deste estudo de caso, apresentando os enquadramentos encontrados em editoriais de Folha de S. Paulo e Estadão em três períodos diferentes da Operação e exemplos da identificação dos quadros nos editoriais. Por fim, a seção 4.4 discute os achados de todo o capítulo, articulando referencial teórico, entrevistas e conteúdo midiático. Após a conclusão do desenvolvimento das seções que compõem o capítulo, houve checagem independente da análise e dos resultados por outras duas pesquisadoras.

4.1 Breve contextualização da Operação Lava Jato

A democracia brasileira e suas instituições sempre enfrentaram objeções de ordem política; estas fazem parte de qualquer democracia e muitas vezes são essenciais para a sua manutenção. As repetidas rupturas no Brasil ao longo de sua

história foram marcadas, entre outros aspectos, “por instrumentos retóricos que se fundamentavam ou pelo risco ‘subversivo’ de determinadas doutrinas político-filosóficas, ou pela necessidade de combate à corrupção” (VIANA; RAMOS; BARBOSA, 2021, p.75). A Operação Lava Jato, que levou à frente o desvelamento da corrupção no Brasil nos últimos anos trata-se de um dos mais importantes exemplos recentes dessas rupturas.

A Lava Jato é considerada o maior escândalo de corrupção já ocorrido no Brasil (BAPTISTA; SOUZA TELLES, 2018) e na América Latina (LAGUNES, SVEJNAR, 2020), deixando um marco na história recente brasileira (TALENTO, MEGALE, 2022; LAGUNES, ODILLA, SVEJNAR, 2021). A investigação revelou uma grande estrutura de corrupção na Petrobras e expôs esquemas de contribuições políticas, doações ilegais, subornos e lavagem de dinheiro em ao menos dez países latino-americanos. Segundo o balanço divulgado pelo Superior Tribunal Federal, durante a Operação, o STF proferiu 221 mandados de busca e apreensão, 12 prisões preventivas e duas temporárias, fez 29 denúncias, 102 acusações e quatro condenações. Já o braço da Operação no Paraná fez 1.450 mandados de busca e apreensão, 132 prisões preventivas, 163 prisões temporárias, 130 denúncias, 533 acusações e 278 condenações. Nos cerca de seis anos de força-tarefa, o STF homologou 120 delações premiadas com multas que somaram R\$ 956 milhões em ressarcimento aos cofres públicos pelos desvios cometidos (STF, 2021).

Ao longo dos anos de força-tarefa, constatou-se que as maiores empresas de construção do continente estavam sistematicamente subornando políticos e funcionários. Entre as principais, as brasileiras Camargo Correa, OAS e Odebrecht. Pelo menos US\$ 788 milhões de dólares foram gastos para práticas ilícitas apenas pela Odebrecht (ROTBERG, 2019), e desde que toda a Operação veio à tona, ramificações do esquema envolvendo a construtora envolveram ao menos outros dez países latino-americanos, como Peru, Equador, Colômbia, México e Brasil (PINOTTI, 2020; EL PAÍS, 2021).

Durante a Lava Jato, centenas de pessoas foram condenadas, levando à prisão uma série de empresários, executivos, doleiros, empreiteiros e líderes políticos, entre eles o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ex-ministros, senadores, deputados, governadores e prefeitos. Ao longo das investigações,

utilizou-se de alguns marcos legais, como da delação premiada, apropriada do direito contratual norte-americano, e de uma reinterpretação do Direito Penal no que diz respeito à prisão preventiva e aos critérios para condenação por corrupção (AVRITZER, 2018; PRADO, MACHADO E BARROS, 2021).

O cenário de importância que envolveu a Lava Jato pode ser analisado por três componentes. Primeiro, o escândalo ligado à Petrobrás, denominado “Petrolão”, com o alto número de envolvidos em atividades ilegais na empresa. Outro componente trata-se da extensão das investigações a grandes construtoras, que viam seus negócios, até ali, crescerem vertiginosamente pela necessidade dos preparativos para dois grandes eventos sediados no Brasil, a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016. O terceiro componente se refere à internacionalização da investigação, já que *holdings* de pagamentos ilegais estavam “escondidas” no exterior (LAGUNES; ODILLA; SVEJNAR, 2021).

Em suas primeiras fases, a Lava Jato foi considerada um grande avanço na investigação e no combate à corrupção por meio da descoberta de corrupção sistêmica na Petrobras, investigação de diversos atores ligados aos atos corruptos e adoção dos procedimentos jurídicos cabíveis. Foi um período, portanto, em que a Operação produziu relevantes resultados, revelando a existência de corrupção dentro da Petrobras e recuperando, de forma inédita, ativos da empresa (AVRITZER, 2018).

A cultura brasileira inexperiente em termos de transparência judicial sofre uma mudança com a Operação. O acesso à informação sobre os casos judiciais foi fomentado pelo avanço tecnológico e pela proatividade dos procuradores e juízes em divulgar uma significativa parte do conteúdo. Para isso, a justiça federal de Curitiba utilizava um sistema de acompanhamento processual eletrônico conhecido como e-Proc, que tornava públicos rapidamente e constantemente centenas de documentos: processos, gravações de audiências, relatórios, pareceres e despachos. Gravações de audiências eram divulgadas poucas horas depois de realizadas, o que foi inédito em qualquer investigação de grandes proporções no Brasil (LAGUNES; ODILLA; SVEJNAR, 2021).

Os primeiros anos de Operação foram de grande avanço para o combate à corrupção no país. No entanto, as fases posteriores adquiriram contornos políticos

por parte da força-tarefa, muitas vezes ancorados por um apoio da mídia (AVRITZER, 2018). A seguir, esta seção discute os aspectos midiáticos que perpassam a Operação.

4.1.1 Mídia e Lava Jato

A relação entre mídia e Lava Jato pode ser considerada de mutualismo, ou seja, de certa associação na qual ambos se beneficiam. No Brasil, nem mesmo no Mensalão, que se caracterizou por expressiva cobertura midiática, houve um escândalo de corrupção com tanto espaço no noticiário político (FERES JÚNIOR, BARBABELA, BACHINI, 2018).

A corrupção é mais facilmente percebida pelos cidadãos quando tratada pelo viés do escândalo midiático (BAPTISTA, SOUZA TELLES, 2021). Essa massiva cobertura pode impactar de forma negativa a opinião pública e a política, pois retroalimenta uma sensação de impunidade que contribui para o baixo apoio político às instituições e ao Estado (VIANA; RAMOS; BARBOSA, 2021). Um escândalo midiático também permite a construção de heroísmos dentro das narrativas que massivamente apresentam. Foi o que aconteceu na Lava Jato pela figura do ex-juiz Sérgio Moro (JÚNIOR, 2020). Ao longo das investigações e pela politização da Operação, Moro começou a ganhar *status* de herói, o que era reforçado pela imprensa e organizações da sociedade civil. Em 2015, recebeu o prêmio “Faz Diferença”, do jornal O Globo, na categoria “Personalidade do Ano”. Três anos depois, foi eleito a Pessoa do Ano pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos. Em 2019, chegou a ser escolhido como uma das 50 personalidades mais – positivamente – importantes da última década pelo *Financial Times*.

A relação de Moro e dos procuradores com a imprensa fazia parte de um movimento estratégico. A rápida divulgação de um grande volume de informações era parte crucial nesse processo. Além da disponibilização do material bruto, os procuradores organizavam coletivas de imprensa para explicar as investigações e as denúncias. Essa divulgação constante de dados resultava em atenção constante, apoio e sede de mais informação por parte do público, enquanto também reforçava um ambiente hipercompetitivo que já existia na imprensa brasileira. Com o domínio da Operação nas manchetes dos principais veículos do país, a imprensa passou a

ser questionada, levando alguns a desconfiarem do viés político no trabalho jornalístico (AVRITZER, 2018; LAGUNES, ODILLA, SVEJNAR, 2021).

Nesse cenário de intensidade e frequência de cobertura da Operação, o público que acompanha possui suas experiências desses acontecimentos afetadas pelos conhecimentos e agendas recebidos (THOMPSON, 2002). A mídia, portanto, ocupava um papel que na construção do entendimento sobre o escândalo no debate público. A seguir, a seção detalha as principais fases da Operação que deram o tom da discussão social, política e midiática em torno do tema.

4.1.2 Principais fases da Operação

Entre as 79 fases da Operação Lava Jato⁷, esta pesquisa destaca, a seguir, aquelas de maior destaque pelas grandes figuras e atores políticos envolvidos e pelo esforço de cobertura midiática mobilizado. A Operação Lava Jato é deflagrada a partir da prisão do doleiro Alberto Youssef, em março de 2014. No dia 1 de abril de 2014, reportagem do jornal Folha de S. Paulo mostrava que o então vice-presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas (PT/PR) havia usado um jatinho emprestado por Youssef para viajar com a família. Dias depois, o deputado pede licenciamento do cargo alegando sofrer um “massacre midiático” (CIOCCARI, 2015).

Também em abril, houve a prisão de Paulo Roberto Costa, ex-diretor de abastecimento da Petrobras. À época, Youssef e Costa assinaram acordos de delação premiada, que lhes permitia alívio nas penas em troca de exposição de detalhes do esquema de corrupção. Tida inicialmente como uma inovação produtiva, o instrumento da delação premiada foi apropriado do direito contratual norte-americano, mas distorcido em sua aplicação na Lava Jato “devido ao papel do juiz nas delações e à ausência do sistema de júri em crimes dessa natureza no Brasil” (AVRITZER, 2018, p.37-53). Durante a operação, prisões preventivas foram realizadas com o objetivo de forçar a delação premiada. Nesse processo, penas por corrupção sistêmica foram reduzidas em quase trinta vezes. As delações premiadas de Youseff e de Costa transformaram-se em um “show midiático, com

⁷ <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/linha-do-tempo>

cobertura massiva da imprensa e envolvimento de personagens importantes da política brasileira” (CIOCCARI, 2015, p.61).

Em novembro de 2014, nova fase da Operação envolve buscas em grandes empreiteiras como Odebrecht, Camargo Corrêa e OAS Construtora, tornando réus trinta e nove pessoas. Em dezembro, a revista *Época/O Globo*⁸ revela que a empreiteira Camargo Corrêa pagou R\$ 886 mil a José Dirceu por prestação de consultoria na integração dos países da América do Sul e análise de aspectos sociológicos e políticos do Brasil.

Em 2015, a Operação ganha forte teor político. No início do ano, Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, enfrenta uma série de acusações que envolveram contas secretas na Suíça e participação no esquema de corrupção da Petrobras. Em fevereiro, o tesoureiro do PT, João Vaccari, foi chamado a depor. Essa fase da operação teve cerca de sessenta e dois mandados de prisão com foco no pagamento de propinas na diretoria de Serviços da Petrobras e na BR Distribuidora. Em agosto, a fase “Pixuleco” – termo utilizado como sinônimo de dinheiro, segundo delação do empreiteiro Ricardo Pessoa – cumpriu oito mandados de prisão preventiva, entre eles o do ex-ministro José Dirceu, investigado por corrupção e lavagem de dinheiro por recebimento de propinas em contratos fraudulentos ligados à Petrobras pela empresa JD Consultoria, pertencente a Dirceu.

Também em 2015, começam as manifestações de rua pedindo o impeachment da então presidente Dilma Rousseff. Todo o processo iniciou a partir de aceitação de denúncia pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, por crime de responsabilidade fiscal. Dilma foi acusada de desrespeito à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa, além de envolvimento em atos de corrupção na Petrobras no âmbito da Operação Lava Jato. Também pela força-tarefa, o levantamento do sigilo de uma conversa entre o então ex-presidente Lula e Dilma em 16 de março de 2016 marca o início de um “limite nebuloso” (FONTAINHA; LIMA, 2018, p.52) entre a atuação da Operação e os interesses políticos envolvidos. O áudio da conversa, que mostra Dilma convocando Lula para assumir um ministério no seu governo, foi divulgado massivamente pela imprensa

⁸<https://oglobo.globo.com/politica/documentos-revelam-que-camargo-correa-pagou-886-mil-empresa-de-jose-dirceu-14773835>

junto com a justificativa do então juiz Sergio Moro de que o povo brasileiro precisava saber o que os políticos “fazem nas sombras”. A justificativa causa estranhamento por não ter fundamentos jurídicos, e sim se referir a um ideal de autoridade moral do juiz de decidir, de forma arbitrária, o que vale ser de conhecimento comum e o que não vale. O levantamento do sigilo agravou a crise e tensão no governo federal e fortaleceu o movimento pelo impeachment (FONTAINHA; LIMA, 2018).

Em maio de 2016, depois de tramitar na Câmara e no Senado, Dilma foi afastada da presidência até que o processo fosse concluído, e seu vice, Michel Temer, assumiu interinamente a presidência. Em agosto de 2016, Dilma perdeu o cargo definitivamente, colocando fim a mais de dez anos de Partido dos Trabalhadores na presidência do Brasil. Fontainha e Lima (2018) argumentam que, desde o escândalo político do Mensalão, o combate à corrupção no Brasil se tornou “uma bandeira em torno da qual se juntam interesses de forças judiciárias, políticas e midiáticas e serviu de mote para o enfraquecimento da coalização que mantinha o PT no poder” (FONTAINHA; LIMA, 2018, p.47).

Em novembro de 2016, um capítulo importante da Operação se inicia, levando à prisão preventiva o ex-governador Sérgio Cabral por crimes de pertencimento à organização criminosa, corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro, que deram prejuízo estimado em mais de R\$220 milhões aos cofres públicos.

Em 2017, as dez fases tiveram como objetivo combater a atuação de operadores financeiros que facilitavam a movimentação de recursos indevidos, e esquemas de repasses ilegais de empreiteiras. Além disso, buscavam investigar recursos pagos a executivos da Petrobras em contas secretas mantidas no exterior e ramificações internacionais dos casos de corrupção. Em julho daquele ano, o ex-presidente da Petrobras Aldemir Bendine foi preso por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

A prisão do então ex-presidente Lula, em abril de 2018, tornou ainda mais confusa a relação entre mídia, política e poder judiciário. A literatura sobre a cobertura jornalística dada a Lula durante a Lava Jato mostra que a imprensa, de forma geral, coloca em xeque, por diversas vezes, sua inocência nos casos de

corrupção. Dessa forma, a presunção de inocência teria sido afetada (MILLA, 2020). Em 16 de novembro de 2018, Sergio Moro pede exoneração do cargo de juiz depois de 22 anos de magistratura para aceitar o convite de Jair Bolsonaro para chefiar o Ministério da Justiça e Segurança Pública a partir do ano seguinte. Com a decisão, Moro emprestava “sua popularidade e credibilidade ao primeiro escalão do governo federal” (TALENTO; MEGALE, 2022, p.10).

Em junho de 2019, o viés político da investigação fica mais claro a partir das revelações que ficaram conhecidas como Vaza Jato: mensagens divulgadas pelo portal The Intercept⁹ apontaram para parcialidade da força-tarefa, do então juiz Sergio Moro, e do procurador da República Deltan Dallagnol na condução da Operação, e denunciaram uma falta de escrutínio da imprensa no início das investigações (BULLA; NEWELL, 2020). O material também mostrava a troca de mensagens entre membros da força-tarefa do Ministério Público Federal em Curitiba, e contatos informais entre esses agentes e delegados da Polícia Federal, ministros do Supremo Tribunal Federal e jornalistas (DE LIMA ET AL, 2022).

Moro e Dallagnol, por cerca de seis anos, discutiram detalhes e desdobramentos da investigação e quais as estratégias seriam utilizadas para envolver a mídia no processo. Também nas mensagens, Moro chega a classificar os atos da defesa de Lula com o termo “showzinho”. O uso da expressão por parte de um juiz é “inegavelmente problemático” (LAGUNES; ODILLA; SVEJNAR, 2021, p. 479).

A Vaza Jato levou a reações de diversos setores. Acadêmicos, advogados, ex-ministros da Justiça e juízes de outros países assinaram carta aberta apontando parcialidade de Moro na condução do processo de Lula, e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) chegou a pedir a sua renúncia do então cargo de ministro da Justiça (LAGUNES; ODILLA; SVEJNAR, 2021). Mesmo assim, Moro e sua equipe seguiam convictos de que não erraram na condução da Operação. No fim de 2019, Lula foi solto após 580 dias do decreto de prisão.

As fases da Operação em 2020 investigaram novos integrantes de uma organização criminosa criada com o intuito de lesar a Petrobras; fraudes em

⁹ <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>

licitações e pagamento de propina envolvendo executivos da Transpetro; suposto pagamento de vantagens indevidas a funcionários da Petrobras; e supostas práticas criminosas cometidas na Diretoria de Abastecimento da Petrobras.

Em 2021, os procuradores da força-tarefa no Paraná passaram a integrar o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público Federal. A seguir, esta seção detalha a incorporação da Operação e os desdobramentos posteriores.

4.1.3 O fim da Lava Jato

Depois de cerca de seis anos de Operação, procuradores das forças-tarefas da Lava Jato já estudavam maneiras de fazer uma transição de um modelo que, quando criado pelo então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, era de caráter temporário e precário. Renovada a cada ano, se tornou uma instituição irretocável, mas que precisava, há tempos, de uma estrutura permanente. Formato usado por Ministérios Públicos estaduais, os Gaecos, Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, foram instituídos também no Ministério Público Federal. Gaecos são unidades de elite, com estruturas equipadas, promotores e procuradores de dedicação exclusiva e equipamentos especiais para averiguação de quebras de sigilo e suspeitas de lavagem de dinheiro (TALENTO; MEGALE, 2022).

O contexto em que ocorre a integração da Lava Jato ao Gaeco do MPF é marcado por dois fatores: o “considerável revés sofrido pela Operação em razão das críticas em sua condução” (VIANA; RAMOS, 2021, p.87-88); e pelas condutas do então presidente Jair Bolsonaro, que levaram a um enfraquecimento da força-tarefa por meio do aparelhamento da Procuradoria-Geral da República, órgão máximo do Ministério Público Federal. Esse aparelhamento foi especialmente notado no que diz respeito à postura do então procurador-geral, Augusto Aras. Desde o pedido de demissão de Moro do cargo de ministro, “Aras se sentiu à vontade para abertamente declarar guerra à Lava Jato” (TALENTO; MEGALE, 2022, p.268).

Em 3 de fevereiro de 2021, o Ministério Público Federal do Paraná anuncia oficialmente a incorporação, com quatro procuradores da Lava Jato passando a fazer parte do Gaeco, dez a menos do que contavam no auge da Operação, o que

demonstrava o arrefecimento natural da investigação (TALENTO; MEGALE, 2022). Na mesma época, as forças-tarefas de São Paulo e Rio de Janeiro também de desfizeram.

Ainda em 2021, a segunda turma do STF concedeu *habeas corpus* para reconhecer a suspeição do ex-juiz Sérgio Moro pela condução da ação penal que culminou na condenação de Lula por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Além disso, a maioria do colegiado determinou a anulação de todas as decisões que o então juiz proferiu sobre o caso por entender que houve parcialidade na condução do processo, que envolveu espetacularização na condução coercitiva do réu sem intimação pessoal prévia, interceptação telefônica imediata e divulgação de material à imprensa. Somou-se as mensagens publicadas pela Vaza Jato. Ao longo da investigação e por envolver suspeitos detentores de foro privilegiado, Congresso Nacional e STF “entraram em rota de desacordo quanto à definição de interpretações da constituição, o que acarretou em inegável impacto no combate à corrupção” (VIANA; RAMOS, 2021, p.87-88).

A Operação deixa um legado?

A relevância da discussão acerca dos possíveis legados gerados pela Operação se dá, especialmente, por toda a controvérsia que cercou a força-tarefa desde que veio a público. Em entrevista concedida ao portal Valor Econômico¹⁰, em 2020, a cientista política e referência mundial em estudos de corrupção, Susan Rose-Ackerman, alegou risco de grande retrocesso no Brasil uma vez que o país não aproveitou o impulso dado pela Operação Lava Jato para fazer profundas reformas no sistema eleitoral e na administração pública.

É um problema quando tudo que se faz é derrubar as coisas. Quando nos concentramos demais no trabalho dos procuradores, sem pensar o suficiente no que fazer em seguida, como resolver as pontas soltas que ficaram. Dizer que é preciso conviver com os problemas, que o país é assim, não é alternativa. Foram escândalos enormes, não era a corrupção cotidiana das pessoas que precisam pagar propina para conseguir um horário no médico. O episódio da Lava Jato reforça a necessidade de abraçar o projeto de reformar os sistemas político e jurídico, para além da parte de aplicar a lei e punir culpados (Susan Rose-Ackerman para Valor Econômico, 2020).

¹⁰<https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2020/10/16/brasil-pode-ter-retrocesso-por-nao-aproveitar-lava-jato-diz-especialista-em-corrupcao.ghtml>

4.2 Análise das entrevistas

A seguir, a pesquisa apresenta os primeiros resultados da análise das entrevistas semiestruturadas, que objetivou identificar as percepções de jornalistas sobre a corrupção e sobre a Operação Lava Jato, e como avaliam o papel da imprensa na cobertura da pauta e da Operação.

As entrevistas foram realizadas com 20 jornalistas, resultando em mais de 12 horas de material e em uma média de 36 minutos por entrevista. Todos os entrevistados possuem atuação na editoria de política e tiveram contato e/ou atuação na cobertura da Lava Jato. A média de experiência profissional dos entrevistados é de 20 anos. No entanto, também participaram, em menor número na amostra, repórteres com cerca de dez anos de profissão e que, dessa forma, tiveram a Operação Lava Jato como o primeiro grande marco de suas carreiras.

Os jornalistas da análise englobam repórteres, editores e chefes de redação. Entre eles, há nomes vencedores dos prêmios Esso, Vladimir Herzog e Petrobras, e autores de livros sobre a Lava Jato e sobre os principais personagens envolvidos nas investigações. Os entrevistados atuam ou já atuaram nos seguintes veículos de imprensa: Estadão, Folha de S. Paulo, O Globo, TV Globo e GloboNews, Correio Braziliense, Zero Hora, Revista Piauí, Revista Época, Revista Isto é, Revista Veja, Valor Econômico, UOL, Congresso em Foco, Poder360, IG, The Intercept, Brasil 247, Agência Pública, Crusoé, Jovem Pan e O Antagonista.

A pesquisa teve dificuldade na composição da amostra, enfrentando resistência à participação por parte dos jornalistas, especialmente em relação às mulheres. Houve hegemonia masculina nas entrevistas, com uma participação feminina de somente 10%. Neste ponto, a pesquisa ressalta que entrou em contato e fez o convite a um número similar de homens e mulheres.

Para trabalhar com o material coletado, a pesquisa realizou análise temática, comumente usada em estudos com variedade de questões e tópicos de pesquisa a serem tratados, já que fornece uma abordagem flexível e que pode ser adaptável a outros métodos de análise de dados (CASTLEBERRY & NOLEN, 2018). A escolha dos temas e elementos foi feita a partir da literatura relacionada ao objeto de análise e ao se debruçar sobre o material das entrevistas. Seguindo os referenciais metodológicos de Ituassu e colegas (2023), a aplicação da metodologia foi dividida

em duas etapas. Na primeira, foram feitas as entrevistas semiestruturadas com jornalistas. Na segunda parte, foi levada à frente a análise temática das transcrições. Entre a primeira e a segunda etapas, foi desenvolvido um livro de códigos com temas, elementos e definições. Foram, ao todo, vinte e dois elementos de análise: quatro do tema Corrupção; seis do tema Lava Jato; e doze do tema Jornalismo. A seguir, os resultados encontrados em cada tema.

4.2.1 Tema Corrupção

O tema Corrupção tratou de percepções ligadas à pauta de forma mais ampla e em relação ao próprio entendimento sobre o conceito. O elemento mais abordado pelos entrevistados nesse tema foi o de **Corrupção e Política**, citado por 65% dos jornalistas. A literatura de corrupção e política é amplamente desenvolvida (HEIDENHEIMER, 1970; HEYWOOD, 1997; DELLA PORTA E VANNUCCI, 1999; AMUNDSEN, 2006; PHILIP, 2014; CALDERÓN E CASTELLS, 2021) e a associação entre os conceitos se dá nas relações indevidas entre políticos e a coisa pública. Trata-se do abuso do poder político para extração e enriquecimento privado; e do uso de meios politicamente corruptos para manter o domínio do poder (AMUNDSEN, 2006). As principais percepções ligadas ao elemento por parte dos entrevistados entendem a corrupção sob a ótica da corrupção na política, isto é, fazendo parte das dinâmicas constitutivas da política brasileira; e sob a ótica do uso político da pauta.

No que diz respeito à corrupção na política, a corrupção em contextos políticos tem sua construção baseada em significados ligados à moralidade e um de seus focos conceituais nas dinâmicas que envolvem os cargos públicos e políticos. A corrupção política se encontra em cargos públicos ao se mostrar em desvios de normas e no uso indevido da autoridade política para ganho pessoal ou benefício pessoal impróprio (HEIDENHEIMER, 1970). Nos trechos a seguir, as percepções dos jornalistas se concentram neste mesmo eixo conceitual.

O mundo da política tem a sua própria ética, onde cabe a corrupção, onde infelizmente o gestor também se sente meio proprietário da coisa pública.

O Congresso se corrompe através de troca de favores, de emendas, de nomeações, de dar cargo.

E falando especificamente da minha área de atuação na política, isso permeia muito as relações. Desde o grande esquema de Petrobrás, do clube das empreiteiras e etc, até as indicações políticas para cargos específicos nos Estados.

Uma das formas da corrupção política é o processo de uso do cargo e do dinheiro público para preservação, expansão e fortalecimento de poder (AMUNDSEN, 2006). Nas percepções abaixo, no entanto, há uma ampliação desse entendimento, abrangendo não apenas o uso político de recursos, posição política ou influência, mas o uso político da própria pauta da corrupção. Esse entendimento é expressado pelos entrevistados por meio de uma percepção de manipulação da pauta da corrupção pela política; e compreendendo a corrupção como um instrumento de disputa pelo poder.

Corrupção ou denúncias de corrupção são importantes para a disputa política. E elas são usadas, instrumentalizadas pelos próprios políticos, pelos partidos políticos, como uma arma de disputa.

Então você vê, às vezes, políticos comprovadamente corruptos, usando o discurso de corrupção, de combate à corrupção, porque virou uma arma, uma estratégia muitas vezes eleitoral falar da corrupção.

Ainda no elemento Corrupção e Política, há uma percepção a respeito da ideia de que a corrupção deveria ser uma bandeira consensual na política, independentemente de ideologias partidárias, o que não ocorre no Brasil.

Pessoalmente, eu fico muito frustrado quando vejo um político fazer do combate à corrupção plataforma política. Eu acho isso atraso de vida, porque isso devia ser uma coisa consensual de direita e

esquerda no Brasil.

O elemento **Relevância** também foi significativamente utilizado pelos jornalistas entrevistados. Há certa unanimidade na literatura em relação à importância histórica da corrupção. Pensadores clássicos, filósofos, cientistas políticos, economistas, agentes de Estado, e organizações internacionais e não governamentais se preocupam em analisar, classificar e medir a corrupção e suas consequências. Trata-se de um conceito que contempla diversas interpretações, possui bases econômicas, culturais, políticas e sociais, se contextualiza e se torna um problema a partir das especificidades de cada país (WALLIS, 2006; ROTHSTEIN E VARRAICH, 2017; ROSE-ACKERMAN E PALIFKA, 2020 [1999]). As percepções de jornalistas sobre o elemento abordam a centralidade da corrupção; sua importância mundialmente; o entendimento de que a corrupção não é o único assunto relevante na sociedade; e a complexidade para defini-la. No que diz respeito à centralidade, percepções ligadas à recorrência da corrupção, assim como a sua onipresença.

A pauta da corrupção é presente, seja pela afirmação, seja pela negação. Então ela vira onipresente.

A pauta sobre corrupção é extremamente relevante, porque os escândalos de corrupção se sucedem ano após ano, governo após governo, esquerda, direita, centro, e escândalo no Executivo, no Legislativo, no Judiciário, em todas as instâncias. Isso tem sido a tônica.

Há a percepção de que a pauta possui importância mundialmente, se alastrando pelos diversos países e de necessária discussão global.

É uma pauta que sempre está vigente, está sempre em alta em qualquer lugar do mundo, sempre tem algo relacionado à corrupção, por menor que seja.

No entanto, há, também, uma relativização em relação à importância unificada dada à pauta, entendendo que outros assuntos são igualmente relevantes para a sociedade.

Porque tem corrupção, mas também tem um monte de outros problemas.

Eu acho esse assunto ter sido tratado de maneira tão intensa, eu acho que talvez tenha provocado essa percepção em muita gente de que esse é o grande problema do país e que precisamos tratar só disso, enquanto na minha visão esse é um problema, esse não é o único problema que tem que ser levado em conta.

No que diz respeito à complexidade, o entendimento da dificuldade de definição para a corrupção, o que também é levantado pela literatura. Os trechos ligados a essa questão problematizam o que se considera por corrupção.

Eu acho que corrupção é um tema fundamental, mas eu acho que antes de tudo, é preciso a gente ter uma compreensão melhor sobre o que a gente considera corrupção. Eu acho que muito mais coisa é corrupção, a própria origem da palavra corromper a gente corrompe uma série de coisas.

Eu acho que é uma pauta extremamente importante quando você fala assim em termos de combate à corrupção, como um debate extremamente importante, embora eu acho que a gente ainda tem alguns problemas conceituais claros.

O elemento **Corrupção e Cultura** abordou o entendimento da corrupção ligado a aspectos culturais brasileiros. Na construção cultural latino-americana, ela é pressuposta em todos os estamentos institucionais (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 278). Uma das percepções ligadas ao elemento tratou da corrupção como parte das raízes históricas da sociedade brasileira, como um assunto apropriado pelos brasileiros a partir da trajetória de formação nacional.

A pauta da corrupção é intrínseca ao nosso social. É um assunto brasileiro. É bunda, sexo, droga, igreja e corrupção, esse é o nosso pacote. Essa é a configuração da sociedade.

Para mim, a corrupção está entranhada nos costumes da sociedade brasileira e vem da formação. Está na origem da sociedade brasileira. Os portugueses que vieram para cá não vieram construir um país, vieram fazer rapinagem e voltar o mais rápido possível para Portugal e gozar a doce vida na Europa.

Outra percepção associada ao elemento diz respeito ao patrimonialismo. Raimundo Faoro (2001) entende que uma sociedade é patrimonial quando esta reproduz casos em que desejos individuais são sobrepostos aos interesses da coletividade. As principais características do patrimonialismo encontram-se no poder expressado na vontade do dominador sobre os dominados, e na falta de uma diferenciação entre as esferas pública e privada (DE LOURDES SPERANDIO-SANTOS, 2021).

Acho que a corrupção, principalmente a corrupção ligada ao patrimonialismo e essa questão de dominação do Estado por certas elites desde da época do Brasil colônia, acaba realmente atrapalhando o desenvolvimento social e econômico do país.

Eu acho que a corrupção tem que ser pauta por causa do nosso atraso político. Revelam como se dão as relações no Brasil, que são essas relações de clientelismo, de patrimonialismo que tão presentes na vida brasileira historicamente.

Políticas de combate à corrupção passam por governos mais abertos, responsivos, transparentes, e por formas de controle. **Transparência e controle**, portanto, são conceitos dependentes no que diz respeito ao combate das ações corruptas na coisa pública. Jornalistas abordaram a importância desses mecanismos.

A corrupção é um fenômeno tão complexo que o mais eficiente é você prevenir, é você criar mecanismos de prevenção que o principal deles é transparência, não tenho a menor dúvida sobre isso. Acesso total, eu sou bem radical nisso. Eu acho que a publicidade e a transparência são os melhores antídotos contra a corrupção.

Talvez nós tenhamos mais transparência nos últimos tempos, mas ainda falhamos nos instrumentos de controle. Os controles não conseguem dar uma percepção de houve redução da corrupção.

4.2.2 Tema Operação Lava Jato

O tema da Lava Jato envolveu percepções ligadas aos diferentes aspectos da Operação. Entre todos os elementos analisados nos três temas desta pesquisa, **Importância da Operação e Desvio de Rota** foram os que obtiveram o maior número de ocorrências. Há uma tensão, na literatura e nas percepções dos entrevistados, entre significados da Lava Jato como uma operação importante e bem-sucedida e, ao mesmo tempo, parcial (DE LIMA ET AL, 2022).

Em relação ao Desvio de Rota, 85% dos jornalistas usaram do elemento em suas entrevistas. O elemento abordou a percepção de que a Operação adquiriu contornos políticos a partir de determinado período (AVRITZER, 2018), desviando-se de seu curso inicial. A partir das entrevistas, as principais percepções que envolveram o elemento se referem ao viés político e partidarização da Operação; e tratam da atuação problemática dos integrantes da força-tarefa, em especial do então juiz Sergio Moro e dos procuradores. Em relação ao viés político, o entendimento de que houve foco partidário, com investigações voltadas ao PT e ao então ex-presidente Lula. Essa conduta partidária teria ocasionado os contornos controversos da Operação.

A Lava Jato de Curitiba, que é a vertente principal, deixou de lado a ideia do combate à corrupção e passou a combater um determinado partido político.

Então ficou claro que era o que agora está na moda chamar de lawfare. Era uma perseguição jurídica. E aí, ao longo do tempo, foi ficando ainda mais claro que havia uma perseguição jurídica contra um certo setor da política brasileira, que era o PT, que é a esquerda.

Dentro da ótica do viés político-partidário, houve percepções sobre uma tentativa da força-tarefa de mudar o sistema e “limpar a política”, o que não seria o papel a ser desempenhado pela Polícia Federal.

Se perdeu completamente quando achou que haveria atalhos para você alcançar os políticos e puni-los. A hora que ela passa a ter uma agenda política, ela joga no lixo toda a investigação inicial que me parecia interessante. A Lava Jato se perde no momento em que ela se encanta com seu poder e passa a ter a ambição de falar ‘vamos limpar a política’.

De fato, ficaram imbuídos de mudar todo o sistema político. Isso não é função de procurador ou de juiz.

Em relação à atuação dos integrantes, as exposições dos entrevistados trataram da perda de controle sobre a investigação a partir da notoriedade obtida pela força-tarefa; e da nomeação de Sergio Moro como ministro da Justiça do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o que teria reafirmado o desvio de rota da Operação.

Eu acho que a partir de um certo momento, a notoriedade que o Moro ganhou, que o Deltan ganhou, que outros procuradores ganharam, eu acho que isso tornou aquela equipe um pouco, entre aspas, sem controle. Eles estavam muito donos da situação e aí

até essa parte um pouco mais técnica que eu acho que foi um grande mérito numa fase inicial, acho que se perdeu um pouco.

Quando o Moro aceita ser ministro do Bolsonaro, acho que ali a ficha caiu. Já era pra ter caído bem antes, mas ali não tinha mais justificativa, teria que ser um cinismo muito grande pra continuar tentando justificar os erros da Lava Jato, tentando blindar a Lava Jato de críticas quando o juiz que tirou o principal concorrente da eleição, que era o Lula, apoia um candidato e depois vira ministro da Justiça desse candidato.

Apesar das percepções acerca do desvio de rota da força-tarefa, houve um reconhecimento por parte dos entrevistados da importância da Operação, que teria se constituído como um marco pelo seu ineditismo e tamanho alcançados. A Lava Jato foi considerada um grande avanço na investigação e no combate à corrupção por meio da descoberta de corrupção sistêmica na Petrobras, investigação de diversos atores ligados aos atos corruptos e adoção dos procedimentos jurídicos cabíveis (AVRITZER, 2018). O elemento **Importância** envolveu percepções ligadas ao ineditismo de punição aos considerados poderosos na sociedade; à real existência de corrupção comprovada pelas investigações; e à importância da Operação.

A percepção preponderante envolvida ao elemento trata-se do ineditismo trazido pela Lava Jato na punição àqueles considerados poderosos na sociedade, isto é, a grandes empresários, empreiteiros e políticos importantes. Esse ineditismo ressaltaria, de forma positiva, essa relevância da Operação.

Pela primeira vez, pelo menos nos pós-redemocratização, grandes empresários foram colocados na prisão e também políticos relativamente importantes. Realmente isso significou uma mudança muito grande de paradigma, porque até então, geralmente as investigações caíam ainda na fase mais inicial.

Você tocou na corrupção das empresas privadas (...) eles pegaram a corrupção de grandes empreiteiras que eram até então

intocáveis, como Andrade Gutierrez, Mendes Júnior, Odebrecht, e por ali eles pegaram de fato a corrupção do sistema político todo. Então, era de fato um negócio sem precedentes. Levaram o presidente de uma das maiores empreiteiras para a cadeia.

Foi uma coisa inédita no Brasil, a gente não estava acostumado a ver grandes empresários e membros da elite e da política chegarem tão longe numa investigação e começarem a ser realmente presos.

Destaque, também, ao tamanho da Operação, maior do que os atores que a envolveram; e ao marco histórico que se tornou entre investigações de grandes escândalos de corrupção.

Na história da corrupção no Brasil, se tem um marco temporal muito forte chamado Operação Lava Jato.

Vamos colocar como o maior escândalo de corrupção do país.

A Lava Jato foi muito maior do que Lula.

Na visão dos entrevistados, o entendimento de que houve, comprovadamente, graves episódios de corrupção apesar de tentativas de descredibilizar a investigação como um todo.

A Lava Jato não foi uma farsa completa. De fato, boa parte dos que foram pegos e presos confessaram crimes e crimes que se comprovaram. O dinheiro de fato existia e boa parte dele foi devolvido. Então a Lava Jato tinha fundamentos concretos e reais de corrupção.

Sem entrar no mérito de certo e errado, do fez ou não fez, algo aconteceu, algo houve. Você pode discutir no ambiente jurídico

os excessos, as manipulações, as influências, as conivências, mas algo houve.

A Lava Jato trouxe significativas mudanças jurisprudenciais. Como estratégia para combater a corrupção, STF e instâncias anteriores adotaram novas interpretações de dispositivos constitucionais e legais que podem ser entendidas como positivas, “já que afastam interpretações estritas do direito penal, algo que era considerado um dos principais obstáculos à punição da corrupção no Brasil” (PRADO, MACHADO E BARROS, 2021, p.17). No entanto, as decisões judiciais tomadas durante a Operação levantaram preocupações referentes ao devido processo legal. O elemento **Polêmicas Jurídicas** tratou de exposições por parte dos entrevistados em relação a essas decisões. As percepções por parte dos jornalistas abordaram as decisões contraditórias; a violação de garantias constitucionais e do devido processo legal; o desrespeito ao princípio de territorialidade; e polêmicas em torno das prisões decretadas.

Em relação às decisões contraditórias, estas trataram, principalmente, das que dizem respeito ao então ex-presidente Lula, como as acusações em torno do triplex – Lula teria recebido propina por meio de compra e reforma de um apartamento triplex no Guarujá, litoral de São Paulo – e a divulgação de conversa telefônica entre ele e a então presidente Dilma Rousseff.

Sobre o triplex, o Deltan vinculou oito contratos da OAS com o esquema da Lava Jato, com a Petrobras e o Lula, para dizer que o Lula era o mandante operador. O Deltan criou uma narrativa que não era verdade. Aquilo foi dado para o Lula em troca da corrupção na Petrobras? Não se provou.

Você pode não gostar, mas isso que foi feito ali é uma barbaridade, um juiz de primeira instância divulgou uma conversa da Presidente da República com o ex-presidente da República. E o Supremo vai lá e cancela a nomeação do cara na Casa Civil.

As exposições a respeito de violações constitucionais trataram de procedimentos da força-tarefa que, de forma geral, teriam sido ilegalmente utilizados.

É evidente, para mim, que alguns expedientes foram usados que não eram ortodoxos e nem heterodoxos do ponto de vista judicial. Hoje ficou claro que eram contra algumas garantias constitucionais. Atropelaram ritos.

Estava violando diversas garantias constitucionais, direito de defesa, usando de meios ilegais para pressionar, para fazer delatores envolverem certas pessoas nas delações, usando mecanismos ilegais.

O princípio da territorialidade foi significativamente mencionado pelos jornalistas entrevistados. No contexto da Lava Jato, refere-se à área de jurisdição determinada para ação da força-tarefa. As percepções foram a respeito da concentração das investigações em Curitiba.

Você tem um negócio no direito brasileiro que é uma premissa básica que chama territorialidade. Então, se você está sendo investigado por um crime que você cometeu em São Paulo, não pode ser o Ministério Público do Rio de Janeiro a investigar, porque a base dos fatos é São Paulo. Então é sempre assim. Isso é muito simples.

Por que a Lava Jato de Curitiba ia ter a jurisdição de investigar uma empresa cuja sede é no Rio de Janeiro, e os outros órgãos da Justiça e do Ministério Público que fossem investigar os ilícitos de competência federal em São Paulo, Minas Gerais, etc teriam que fazer seguindo o critério da territorialidade?

Em relação às prisões, a força-tarefa decretava duas prisões provisórias: preventivas e temporárias. Por meio dessas medidas, a Lava Jato levava à prisão

peessoas poderosas, desafiando o senso comum de que ricos e privilegiados nunca seriam presos no Brasil. Os tipos de crimes que motivaram o uso das prisões cautelares também se mostraram uma novidade da Operação. No entanto, as determinações de prisão tenderam a ser mais longas do que o costume brasileiro (PRADO, MACHADO E BARROS, 2021). Essas questões foram expressadas pelos entrevistados.

Acho que o abuso mais importante foi da maneira que as prisões da Lava Jato foram justificadas. E elas se estenderam por muito mais tempo do que o necessário. Na Lava Jato, algumas prisões duraram muitos meses, sem que houvesse muita substância nas justificativas dessas prisões. Houve ampla concordância do Poder Judiciário em várias instâncias para que essas pessoas fossem mantidas presas.

Os caras começam a ficar presos temporariamente achando que iam ficar três dias e depois que iam ficar cinco, depois um mês. Então teve uma mudança também de paradigma na maneira do Judiciário se comportar, porque você não deixava as pessoas presas preventivamente aquele tempo todo, não tinha casos assim na elite, né? Pobre vai preso não precisa nem perguntar o que fez. Prender empreiteiro, essas prisões cautelares com prazo indefinido.

Outra novidade jurídica abordada foi a delação premiada. Tida inicialmente como uma inovação, o instrumento foi apropriado do direito contratual norte-americano, mas distorcido em sua aplicação na Lava Jato “devido ao papel do juiz nas delações e à ausência do sistema de júri em crimes dessa natureza no Brasil” (AVRITZER, 2018, p.37-53). Durante a operação, prisões preventivas foram realizadas com o objetivo de forçar delações (CIOCCARI, 2015). O elemento **Delação Premiada** mostrou, portanto, menções a essas contradições em relação ao uso do instrumento pelos procuradores. Houve, por parte dos entrevistados, o reconhecimento da importância da ferramenta e de sua centralidade para as investigações da Operação.

A Operação trouxe uma ferramenta de investigação inédita e até então não utilizada e agora demonizada: a delação premiada. Ela tem amparo legal. Se ela for feita dentro dos parâmetros que a lei determina, ela é hoje um instrumento fundamental. Milhões de reais foram devolvidos aos cofres públicos em acordo de delação, bens foram recuperados. Então quer prova mais cabal? Agora estão tentando anular as delações. É um contra fluxo.

As delações naquela época não eram só palavra do cara. O cara falava e entregava material. Você tinha muitos elementos de prova, muitos deles entregues espontaneamente por pessoas e outros obtidos pela operação. Até ali era um marco. A gente que trabalhava com isso falava que era gigantesco, tinha muito elemento de prova.

No entanto, houve, também, percepções sobre a manipulação de delações, tendo sido forçadas, em alguns casos, pelos procuradores.

Aí você pega os delatores, os caras começaram, na prática, a ser torturados, alguns tinham alguma coisa para falar, outros não tinham o que falar e inventavam um pouco, o negócio foi perdendo completamente a noção. O Delcídio (do Amaral, ex-senador) fez uma delação premiada irresponsável e que ele não provava nada, falando um monte de coisa e aquilo virou prova.

Se você enxerga ali que a pessoa quer ouvir alguma coisa, você pode usar isso. Teve um determinado momento que qualquer delação passava. A delação do Palocci (Antônio, ex-ministro da Casa Civil) até hoje continua no ar. As provas eram tipo a agenda com o banqueiro no escritório.

No que diz respeito ao elemento **Heroicização da Lava Jato**, exposições sobre a importância dada aos procuradores durante a Operação. Estórias sobre heróis deslocam esses personagens para fora de seu mundo cotidiano em direção a

um mundo novo e especial contexto. O então juiz Sergio Moro e procuradores da força-tarefa se deslocaram do mundo da justiça para o da política e da mídia (VOGLER, 2006; JÚNIOR, 2020). As percepções ligadas ao elemento, portanto, trouxeram críticas a esse *status* adquirido pelos integrantes da Lava Jato.

Quando ele divulgou o áudio da conversa da Dilma com o Lula, eu me lembro de um colega falando assim: 'pô, esse cara acabou de botar fogo na toga dele'. E estava lá o Super Moro, capa de revista. Amigos meus chegaram a acreditar que o cara era faixa preta de karatê, era treinado para atirar até embaixo d'água. Um herói. Meu Deus do céu! Olha o que estava passando na cabeça do cidadão médio.

Por fim, as percepções acerca das **consequências** geradas pela Lava Jato. As menções associadas ao elemento abordaram um legado negativo da Operação nos âmbitos político, econômico e jurídico. No âmbito político, percepções sobre o fomento do extremismo, polarização e radicalização. No que diz respeito ao aspecto econômico, crises econômica e das empresas envolvidas nas investigações da força-tarefa, prejudicando o capital brasileiro. O âmbito jurídico tratou de retrocessos dos mecanismos jurídicos e legais.

O discurso purista da Lava Jato deu curso aos movimentos extremistas.

A Lava Jato gerou prejuízos. Hoje, muitas empresas estrangeiras estão sendo contratadas para fazer obras no Brasil. Naturalmente que os recursos não ficam aqui, vão para fora. O capital brasileiro foi desnacionalizado claramente como consequência da Lava Jato.

Todos aqueles instrumentos de combate à corrupção, as regras sobre delação, o papel do Coaf, o papel da receita, das corregedorias, do SGU... todos esses papéis foram revisados e essas instituições perderam poder. O próprio Ministério Público

também perdeu poder com isso. Com os abusos e erros da Lava Jato, tudo teve que ser revisado. É um retrocesso em relação ao que vinha acontecendo antes, que era um endurecimento do aparelho do Estado para combater a corrupção. Então, todos esses mecanismos foram enfraquecidos.

4.2.3 Tema Jornalismo

O tema Jornalismo tratou da cobertura da pauta da corrupção e da Operação Lava Jato, assim como do papel do jornalismo e de jornalistas no que se refere a esses grandes escândalos. O elemento **Cumplicidade na Lava Jato** foi o mais recorrente do tema entre os entrevistados e entende que a mídia foi cúmplice da força-tarefa, “comprando” a versão de instituições como Ministério Público e Polícia Federal. As principais percepções ligadas ao elemento abordaram essa aliança entre mídia e Lava Jato; entenderam a mídia como plataforma de reprodução das informações da força-tarefa; e apontaram para uma falta de reflexão sobre o valor notícia e os pesos e contrapesos necessários para tratar das investigações. As exposições a respeito de mídia e Lava Jato como aliados trataram de uma visão de que veículos de notícias sabiam que estavam firmando essa aliança e que aceitavam estar nessa posição.

Eu acho que foi uma aliança. Não existiria a Lava Jato se não fosse a aliança com a mídia. Não acredito que a imprensa não sabia o que estava fazendo.

Acho que a mídia meio que se arvorou como esse porta voz de um novo Brasil. A Lava Jato executava e a mídia trazia as notícias de como nosso país está mudando.

Os jornais elegeram a Lava Jato como uma trincheira privilegiada. Se você olhar, os jornais cedem espaço nobre para a cobertura da Lava Jato da noite para o dia.

Nesse contexto, a mídia teria assumido a posição de plataforma de apenas reprodução das informações reportadas pela força-tarefa, sem questionar ou problematizar as informações recebidas.

A imprensa deixou de cobrir a Lava Jato para dar cobertura à Lava Jato. (...) Ela deixou de cobrir, investigar, problematizar e entender o que estava sendo violado ali, os objetivos políticos daquela operação. (...) Ela começou a ser uma cobertura completamente enviesada, quase que uma assessoria de imprensa da Lava Jato, sem nenhum contraponto.

Os integrantes da Lava Jato queriam propaganda. E muito da mídia se dispôs a fazer essa propaganda. A gente chamava o que eles faziam de cobertura cut and paste. Corta e cola.

Em vez de eles investigarem e descobrirem as coisas por conta própria, eles passaram a se tornar com mais frequência, uma espécie de correio de transmissão e divulgação do trabalho dos investigadores. Em vez de jornalismo investigativo, é um jornalismo sobre as investigações.

Ao ser replicadora do conteúdo divulgado pelas instituições envolvidas na Operação, a cobertura da imprensa teria deixado de refletir sobre os princípios do trabalho jornalístico, como o valor-notícia, que está no conjunto de regras anônimas e históricas que constroem o discurso jornalístico e ajudam a definir o exercício de sua função enunciativa. Os valores-notícia estão vinculados aos critérios de noticiabilidade, isto é, aos critérios que controlam a quantidade e a qualidade dos acontecimentos para a seleção da informação jornalística (AGUIAR, 2007).

Teve uma contaminação do entusiasmo. Você tinha fatos muito vultuosos, fatos muito relevantes que por si só estampariam as capas dos jornais, abririam os telejornais, renderiam repercussões, e você tinha fatos muito menores que num ambiente

mais frio, num olhar mais distanciado, você poderia ter reduzido aquilo a uma nota.

A gente comprou a versão do Ministério Público e da Polícia Federal como se fosse a verdade dos fatos. A gente ia pedir o outro lado quase como uma mera formalidade, sabe? Porque era como se nós já estivéssemos convencidos.

Também houve, por parte dos entrevistados, a percepção de que veículos de mídia e jornalistas foram usados e manipulados pela força-tarefa e pelo Ministério Público, que utilizavam de estratégias para conseguirem essa manipulação. O elemento **Instrumentalização pela Lava Jato** abordou essas percepções.

Havia claramente, pelo lado da Lava Jato na minha avaliação, porque eu vivi isso, um modo de instrumentalizar a imprensa. Eu acho que isso nem é segredo. Os próprios falam disso, usavam isso como estratégia.

O Ministério Público, que não é bobo nem nada, instrumentaliza a imprensa. Usa a imprensa, inclusive às vezes como balão de ensaio. Nossa, é chocante. Essa falta de independência cria monstros. Acho que o que aconteceu com a Lava Jato foi muito alimentado por isso.

Ao refletirem sobre o papel que deve ser desempenhado pelo jornalismo e jornalistas em coberturas de grandes escândalos de corrupção, dois elementos se mostraram evidentes nas percepções dos entrevistados: Senso Crítico e Responsabilidade, e Papel de *Watchdog*.

Senso crítico e Responsabilidade tratou de percepções ligadas ao entendimento de que, em coberturas de corrupção, o jornalismo precisa ter, acima de tudo, capacidade de questionar e analisar as informações, e responsabilidade ao publicá-las. Duas das percepções que envolvem o elemento abordam a importância de um esforço para não cometer erros na cobertura, e para se ouvir as diversas versões e vozes sobre a mesma pauta.

O denunciismo fácil e vazio é ruim para a própria imprensa, na medida em que você mina a credibilidade dela. Ainda mais hoje que a imprensa está muito mais enfraquecida. A imprensa perdeu poder. Para preservar a influência ou poder, ela tem que ser mais criteriosa, tem que ser mais responsável, mais rigorosa.

Os jornais devem ser implacáveis na cobertura da corrupção. Mas devem ser implacáveis com tudo e com todos. Não podem usar dois pesos e duas medidas. Bater muito duro num grupo e fechar os olhos para outros grupos.

No que diz respeito à Responsabilidade, o entendimento de que o jornalismo possui uma grande responsabilidade perante a sociedade. Neste ponto, as percepções se alinham à premissa utilizada por esta pesquisa, de que jornalismo e jornalistas participam ativamente da definição e construção das notícias (TRAQUINA, 2004), e, dessa forma, da construção da realidade (BLUMLER, GUREVITCH; 1995; AGUIAR, 2007). Nas exposições, os entrevistados argumentaram que jornalistas precisam lembrar que possuem essa responsabilidade.

Os jornais e jornalistas têm responsabilidade, não é brincadeira. Eles mexem com a cabeça das pessoas, mexem com o coração das pessoas. Para mim, o jornal revolucionário é o jornal que tenta levar informação clara, pura, cristalina para o leitor e deixar que o leitor, a partir dessa informação, forme as próprias convicções. Que te coloca de frente para o fato. Você olha para o fato e você tira suas conclusões.

A imprensa pode não erguer uma pessoa, mas ela derruba, ela desgraça. Tem que ter uma noção muito grande do tamanho da responsabilidade da imprensa, porque não é pequena.

Há, também, o entendimento de que a cobertura da Lava Jato deixou como legado e lição a importância da responsabilidade por parte da imprensa e dos jornalistas.

Talvez os jornais teriam salvado a Lava Jato se tivessem apontado os erros, os excessos, o partidarismo, e as possíveis consequências.

Todos esses erros que a gente cometeu na Lava Jato foram fruto de não ter feito uma cobertura sóbria, com dúvidas, com isonomia, pegar os dois lados ali.

Papel de *watchdog* abordou percepções que associam o papel jornalístico em coberturas de corrupção a uma função de vigilância, fiscalização e denúncia das irregularidades políticas. Jornalistas com função *watchdog* buscam extrair informações sobre abusos de poder para a composição das reportagens, o que torna a pauta da corrupção um dos seus principais objetos de denúncia e investigação (BLUMLER, GUREVITCH; 1995). As percepções associadas ao conceito trataram da importância e centralidade desse papel do jornalismo no que se refere à pauta da corrupção, denunciando e revelando fraudes e desvios, e fazendo constante fiscalização de governos e governantes. Houve a percepção de que essa prática se faz ainda mais necessária diante de uma nova avaliação acerca das instituições públicas, antes sequer questionadas pela cobertura jornalística. Estas também devem ser fiscalizadas.

A gente está ali no pé do político pra cobrar o uso correto dos recursos públicos e mostrar os desvios, os ralos, as fraudes, os esquemas de corrupção que infelizmente se proliferam no país e a gente vê que nem a Lava Jato, com todas as prisões, com toda a revelação dos esquemas foi suficiente para debelar.

Em um momento em que a gente vê muitos órgãos de investigação de controle instrumentalizados e sem funcionar direito, como Ministério Público e Polícia Federal, a imprensa tem o papel de

revelar desvios, irregularidades, de fiscalização de recursos públicos e fiscalização de autoridades públicas, e muitas vezes ocupa o papel dessas outras instituições, que funcionam de forma muito incerta, a depender das circunstâncias políticas. Então, eu acho que em determinados momentos acaba sendo mais o papel da imprensa fazer a fiscalização e cobertura dos casos de corrupção.

Durante as entrevistas, a relação entre imprensa e órgãos de fiscalização foi abordada de forma significativa. Há um questionamento a respeito da necessidade de fiscalização sobre esses órgãos e para além deles, tornando-os objeto de vigilância e auxiliando em seu funcionamento.

O Ministério Público e o Poder Judiciário precisam ser fiscalizados pelo jornalismo como qualquer outro órgão público. Não faz sentido tratar esses órgãos fiscalizadores como órgãos que prescindem de fiscalização do jornalismo.

A **Relação entre jornalista e fonte** tratou dessa complexa interação e também abarcou a relação dos jornalistas com os órgãos públicos, que, dentro do tema, se colocam como as chamadas fontes institucionais. Jornalistas interagem com diversas fontes de informação e podem utilizá-las mais pelo que são do que pelo que sabem. Quanto mais prestígio tiver o título ou a posição da fonte, maior a confiança das pessoas em sua autoridade. Outro critério de escolha de fontes por parte dos jornalistas é a produtividade, e diz respeito às razões pelas quais fontes institucionais prevalecem. Estas, que englobam Ministério Público e Polícia Federal, por exemplo, fornecem materiais suficientes e relativamente prontos para se fazer notícia. Com isso, jornalistas não precisam buscar outras fontes para ter mais dados ou elementos (TRAQUINA, 2004). Esses aspectos foram tratados pelos entrevistados, que focaram nos limites dessa relação e na necessidade de se ter mais questionamento sobre a confiança depositada em fontes institucionais.

É claro que toda fonte tem um interesse na história. Você não vai buscar uma história cabeluda ouvindo a Madre Tereza de Calcutá. Ela não vai te contar. Teve gente que estabeleceu uma relação profunda a ponto de virar amigo. E teve gente que tratou de uma maneira muito raivosa. Eu fico ali no meio do caminho.

A imprensa precisa ser crítica em relação ao Ministério Público. Essa parceria se estabeleceu em vários momentos entre imprensa e Ministério Público, porque tinha um jogo de interesses ali. É um equilíbrio que não é fácil. Como é que você estabelece uma relação com a fonte que te coloca em condições de obter informação, de dar notícias relevantes sem ao mesmo tempo criar uma relação que você é instrumentalizado por ela? Esse é um desafio constante.

Outra percepção dos entrevistados associada a esse elemento tratou dos vazamentos durante a cobertura da Operação. Houve um reconhecimento de que existiram vazamentos e a imprensa fazia uso deles.

Os jornais, especialmente durante as negociações da delação da Odebrecht, que duraram quase um ano inteiro, os jornais foram publicando aquilo, gota a gota, as coisas que estavam sendo ditas pelos advogados dos delatores durante as negociações, porque os delatores propriamente só foram ouvidos no fim do ano. Mas ao longo dos meses, as negociações, as histórias foram pingando nos jornais.

Também durante a Operação, jornalistas lidavam com a complexa relação entre as mais diversas fontes de informação, e com uma novidade por parte da publicização de dados de investigação no Brasil: a justiça federal de Curitiba dava acesso a centenas de documentos, relatórios e inquéritos praticamente diários e poucas horas depois de elaborados por meio de um sistema conhecido com e-Proc. O elemento **Avalanche Informacional** abordou as exposições acerca desse contexto. O volume inédito de informação disponível foi um dos pontos tratados

pelos entrevistados, que destacaram a falta de tempo para maturação e reflexão sobre os materiais que tinham acesso.

Os jornalistas tiveram acesso a uma quantidade de informações que em nenhum dos outros escândalos os jornais brasileiros tiveram acesso a tanta informação e tão rapidamente. Por um lado, a transparência, publicidade dos processos foi útil para a cobertura, porque a gente tinha muita informação. Por outro lado, a gente não estava preparado para lidar com esse material. Não tinha tempo para refletir nem pensar sobre essas coisas.

Houve o reconhecimento de pioneirismo sobre o uso da ferramenta de acompanhamento processual eletrônico, o e-Proc, que mudou a rotina das redações e acelerou a cobertura e o acesso às informações.

A Lava Jato foi sob certo aspecto pioneira nisso também, porque estava tudo lá no e-Proc. Semanalmente, a assessoria de imprensa da Justiça Federal mandava uma planilha com todos os números de processo, todas as senhas de acesso, quem eram os réus, as datas de audiência. A gente conseguia acompanhar as audiências pelo laptop, por videoconferência. Então era um acesso à informação muito forte que dependia até menos da coisa clássica da investigação de você ter uma fonte, ter alguém que te passa uma coisa. Estava tudo ali, entendeu?

Nessa época, apareceu uma figura nas redações que nunca teve, que é o jornalista especializado em e-Proc. Tem cara que subiu na empresa assim, por ler muito bem documentos e conseguir extrair dali as histórias que a Lava Jato contava por meio da sua documentação.

A dinâmica de trabalho dentro desse fluxo intenso de documentação também foi abordada pelos jornalistas, que destacaram a rotina atrelada à comunicação que mantinham com a justiça federal de Curitiba via grupo na

ferramenta WhatsApp. Era por lá que recebiam os alertas a respeito de novas fases e da disponibilidade de novos documentos sobre a Operação.

Toda vez que deflagrava uma fase de operação, tocava no grupo do celular no WhatsApp. A gente tinha um grupo de jornalistas que cobriam a operação, do qual participavam também assessores da Polícia Federal e uma assessora da Justiça Federal, assessora do então juiz Moro. Então tocava isso eu já sabia que eu ia ter que levantar cedo, porque às dez horas ia ter uma entrevista coletiva na Superintendência Regional da PF em Curitiba, isso era sagrado. Eu fazia notas curtas sobre o que estava sendo tornado público tanto pela PF quanto pelo MP naquele dia e depois consolidava isso num texto maior, mas meramente com o que tinha sido trazido a público pela PF, pelo MP, porque era muita coisa.

Tinha uma espécie de divulgação, um grupo de WhatsApp em que era atualizado constantemente e cada fase era um processo autônomo e em cada um desses processos entrava muito documento. Os jornais faziam um revezamento para monitorar todos aqueles processos ou os principais processos, porque a cada momento poderia surgir alguma coisa importante. E isso era abastecido diariamente e todos os dias rendia notícias.

Além de lidar com uma avalanche de documentos diários, jornalistas ainda sofriam a pressão da concorrência e disputa pelo furo de reportagem. Era preciso analisar aquele volume de informação lidando com a pressa para ser o primeiro veículo a publicar. **Competição e pressa pela notícia** abordou as percepções associadas a esse contexto. Todas elas, de forma geral, enfatizaram a falta de tempo para reflexão do que seria publicado. A pressa e a competição pelo furo faziam parte da rotina dos jornalistas durante a Operação Lava Jato, que eram valorizados ao conseguir informações inéditas e ao publicar rapidamente a notícia.

Houve um movimento muito grande de furos. Essa sede por informação e exclusividade foram essenciais na época da Lava Jato. As instituições queriam emplacar algum conteúdo e na pressa do jornalismo, você vai e emplaca. Eles repassam, você vai e emplaca. Criou uma grande competição de quem vai dar o furo primeiro, porque esses setores da mídia estavam nessa competição, estavam nessa concorrência, e as instituições que estavam repassando esse material tinham muita consciência disso.

Criou-se essa cultura de valorizar os jornalistas que traziam furos. Você está na disputa do furo, porque o jornalista sempre quer estar na frente do concorrente, sair na frente do outro veículo, você estar na frente na cobertura.

Outro ponto tratado foi a relevância dos veículos digitais, que durante a Lava Jato cresceram e se consolidaram a partir de um cenário de hibridez midiática (CHADWICK, 2013), com concorrência e disputa de informação entre “novas” e “velhas” mídias.

Esse debate passa muito pelo digital, o real time. A concorrência deixou há muito tempo de ser veículos tradicionais. Tem uma série de portais com muita gente boa e que estão no pau publicando muita coisa.

O tempo e a competição entre os veículos, isso cada vez mais frenético, porque tudo online e em tempo real era praticamente impossível você fazer a cobertura em poucas horas daquilo tudo. (...) Hoje, a competição é no site, é no tempo real. É questão de minutos.

Em um ecossistema midiático dominado por empresas privadas, as chefias dos veículos de notícia têm o poder de decidir quais os acontecimentos serão contemplados pelas coberturas, e nem todos eles são encarados da mesma forma

(BREED, 1993). **Interesses Editoriais** tratou das percepções dos entrevistados a respeito do posicionamento dos veículos de mídia no Brasil. Houve um entendimento de que estes buscam defender seus próprios interesses, “dando o tom” das notícias e pautas abordadas.

Os jornais refletem os interesses dos grupos aos quais estão vinculados. Então o jornal acaba fazendo um recorte político, partidário, ideológico, mas mesmo assim, mesmo fazendo esse recorte que também não tem problema porque não dá pra ser diferente, não dá pra ser neutro, os jornais também farão isso com os interesses das pessoas que controlam esses jornais.

Os jornais têm seus editoriais, tem seus editorialistas, e tem seus articulistas de opinião. Evidentemente, eles puxam para um lado, para o outro, a direção dos jornais resolve dar mais ênfase, mais importância às histórias.

Houve, também, a percepção de que os interesses dos donos de empresas de mídia jornalísticas no Brasil são contrários a governos e figuras políticas do campo da Esquerda.

A gente sabe que os veículos têm seus donos e os donos têm suas preferências. E ninguém morre de amores pelo Lula, e o PT sempre teve uma relação conturbada com a imprensa. Talvez se essa fúria toda se voltasse contra outra personalidade política, talvez das próprias empresas viesse um aviso para as redações olharem de outra forma toda essa história.

Também em razão do domínio de veículos de imprensa privados, a discussão sobre o trabalho jornalístico do ponto de vista do negócio e da busca pelo lucro faz parte do contexto midiático brasileiro. O polo econômico do campo jornalístico associa o jornalismo à venda, sendo um produto que busca conquistar a audiência e muitas vezes afastado de seus valores ligados à ideologia profissional (TRAQUINA, 2004). O elemento **Interesses Comerciais** foi tratado de forma

expressiva pelos entrevistados, sendo citado por 70% dos jornalistas. Uma das percepções centrais abordou a performance e repercussão geradas ao veículo pela pauta de corrupção. Esta desperta interesse popular e traz audiência, cliques e engajamento.

Para mim é algo que gera muito clique. Eu não estou falando que eu faço isso, mas eu estou falando que é algo que na visão social, gera muito clique. A pauta de corrupção gera muito clique e isso também é um estímulo para que o jornalismo também busque isso. Acho que tem a ver com a audiência.

Sempre tem muita repercussão na sociedade, né? Desde o taxista até um empresário, todo mundo vai comentar aquilo, é uma coisa que as pessoas gostam de apontar o dedo 'olha lá, o político corrupto ou o empresário corrupto'.

Essa performance resulta, ao fim, em retornos econômicos para as empresas jornalísticas, que buscam, nessa lógica, o lucro e a atração de investimento para os veículos.

Qual é a diretriz da imprensa para ela ser movida? Interesse público, não é? Mas a imprensa são empresas privadas. O que busca uma empresa privada? Lucro. Então você tem interesse público legítimo e o lucro que, do ponto de vista mercadológico e comercial, é legítimo também, mas que às vezes essas duas coisas podem ser água e óleo, não dá muita liga.

Entretanto, na percepção dos entrevistados, o cenário das empresas e redações jornalísticas é de escassez de recursos. **Crise do Jornalismo** trabalhou com as abordagens relacionadas a esse contexto. Aguçada pela internet e novas formas de produção e consumo de informação, a percepção dos jornalistas foi de que as redações se tornaram mais enxutas e com profissionais menos experientes.

Já faz muitos anos que a indústria do jornalismo já não vinha bem das pernas. E essa crise se agudizou tremendamente com a internet. Daí diminuíram as tiragens, os anunciantes foram embora... O que você faz numa situação dessas? Demite. Demite quem? Quem ganha mais. Então, os veículos foram se 'juniorizando'. Os repórteres mais experientes foram sendo demitidos, porque custava muito caro. Com o salário de um grande repórter com 20, 30 anos de carreira, você contrata cinco iniciantes. E foi nessa toada que a banda tocou e toca até hoje.

A Lava Jato ocorreu numa época em que os jornais já estavam mergulhados na crise que a gente está até hoje por causa da internet, das redes sociais, do encolhimento das redações.

Em um cenário que envolve crise do jornalismo, competição pela informação, avalanche informacional e interesses editoriais e comerciais em jogo, houve o reconhecimento de que o papel desempenhado na cobertura da Lava Jato foi o único que era possível naquele contexto. **Relativização** tratou dessa reflexão por parte dos entrevistados, que entendem os problemas e desafios que envolvem esse tipo de escândalo midiático, o que torna difícil uma avaliação crítica enquanto a cobertura está em construção.

Naquele momento, nas condições que tinham e dada a importância dos personagens que estavam envolvidos, era muito difícil ser diferente daquilo. Eu estava lá, eu vivi isso. É muito difícil você lidar e é muito difícil ter uma alternativa simplista: 'poderia fazer assim'. Poderia fazer como? A única coisa que eu podia fazer no dia era abrir mão de noticiar, entendeu? É isso.

Na hora da cobertura, na hora do entusiasmo, quando a sua adrenalina está a mil, quando um repórter chega e fala 'eu consegui a delação do fulano!' e o seu sangue está correndo nas veias, o ímpeto do jornalista é publicar.

Por fim, durante as exposições sobre a cobertura da Lava Jato, houve menções à **Vaza Jato**, nome dado às publicações feitas pelo portal The Intercept sobre as relações que ocorriam nos bastidores da força-tarefa. Apesar de certa estratégia envolvendo o uso e divulgação das mensagens, estas fizeram parte da conjuntura de desgaste da Operação e de seus integrantes. Mesmo assim, a Vaza Jato não levou a um debate aprofundado sobre as relações que eram mantidas entre os operadores da justiça (DE LIMA ET AL, 2022), o que também se constatou pela análise das entrevistas: o elemento Vaza Jato *per se* foi pouco tratado pelos jornalistas entrevistados. As exposições sobre o assunto se deram no sentido de reconhecimento de sua relevância para se descobrir as reais intenções dos envolvidos na Operação.

E aí, quando as mensagens foram acessadas (Vaza Jato), começou a haver um novo consenso na sociedade, percebendo que essa operação não era aquilo que falavam. Isso eram pessoas que estavam querendo se promover politicamente, criar um núcleo de poder e atendendo a interesses que ainda não estão claros. E querendo derrubar o governo.

Além disso, houve uma percepção de que, a partir das revelações trazidas pela Vaza Jato, veículos passaram a mudar seus posicionamentos de forma mais explícita em relação à Operação, dando extensa cobertura às mensagens publicadas e redirecionando a ótica sobre o assunto.

Quando veio a Vaza Jato, os jornais também não economizaram em cobertura. É uma subjetividade, mas eu acho que se a força-tarefa do Ministério Público, da Lava Jato e o juiz da Vara, se eles não tivessem instrumentalizado e usado a imprensa daquela forma que criava até um constrangimento para a imprensa, talvez a cobertura da Vaza Jato depois não fosse tão extensa. Então foi assim: 'Olha, a gente sabe o que vocês fizeram com a gente, então agora vocês estão do outro lado, então a gente vai tratar no mesmo tom, com o vetor invertido'. Grosso modo, opinião minha, eu acho que funcionou dessa forma.

A seguir, este estudo apresenta uma análise complementar: um olhar sobre editoriais publicados no período pela ótica dos enquadramentos utilizados para abordar a Operação Lava Jato.

4.3 Análise complementar de material midiático

Esta pesquisa realizou, de forma complementar às entrevistas, uma análise qualitativa interpretativa de editoriais publicados durante a Operação Lava Jato por Folha de S. Paulo e Estadão. Buscou-se identificar, a partir dos enquadramentos, as abordagens utilizadas pelos dois veículos na construção das percepções sobre a Operação em seus espaços de posicionamento. A identificação de enquadramentos de um escândalo de corrupção política é de grande utilidade, verificando os quadros adotados pela mídia em um contexto histórico, social e cultural específicos (ZAMORA; ALBALEDEJO, 2010).

Entre as 79 fases da Operação Lava Jato¹¹, o trabalho escolheu três recortes temporais para análise. Em relação ao primeiro mês de Operação, momento em que o caso se tornou um escândalo político e midiático e quando ocorreram as primeiras construções narrativas sobre o tema por parte da mídia. Foram analisados editoriais da Folha de São Paulo e Estadão publicados nos 30 dias que sucederam à prisão do ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, e do doleiro Alberto Youssef – entre 20 de março e 18 de abril de 2014.

O segundo recorte se deu em 2016, dois anos após o início da força-tarefa. No período de 22 de setembro a 21 de outubro de 2016, ocorreram as fases 34 e 35 da Operação, que são conhecidas, respectivamente, como Arquivo x e Omertà, envolvendo, entre outros personagens, o ex-ministro da Fazenda, Guido Mantega, preso e solto no mesmo dia suspeito de arrecadar propinas para o PT; o ex-ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, preso temporariamente suspeito de operar propinas da Odebrecht; e o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, preso preventivamente por apresentar em liberdade um risco para a ordem pública.

¹¹ <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/linha-do-tempo>

A terceira amostra tratou-se do início de 2021, quando ocorreu a última fase da Operação antes de a força-tarefa passar a integrar o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público Federal (MPF), em fevereiro daquele ano. Sendo assim, o último período de coleta foi de 12 de janeiro, com o início da fase final, até 10 de fevereiro, completando 30 dias de amostra. A seguir, a pesquisa detalha os principais resultados encontrados.

4.3.1 Detalhamento por período de análise

A partir da amostra coletada dentro dos recortes temporais estabelecidos, foram analisados, ao todo, 36 editoriais que tratavam, direta ou indiretamente, das investigações que envolviam a Operação Lava Jato: 12 da Folha de S. Paulo e 24 do Estadão. Por esse quantitativo geral de editoriais, é possível constatar que, dentro dos períodos escolhidos pela pesquisa, houve significativa superioridade de abordagem do assunto pelo Estadão, que publicou o dobro de editoriais sobre o tema comparado à Folha de S. Paulo. A seguir, os resultados da ocorrência dos enquadramentos nos editoriais nos três períodos da amostra. Um mesmo editorial pode evocar um ou vários quadros em seu texto.

2014: construindo as primeiras percepções

O primeiro período da amostra tratou-se dos 30 dias que sucederam à prisão do ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, e do doleiro Alberto Youssef – entre 20 de março e 18 de abril de 2014 – dando início à repercussão midiática acerca da Operação. Ao todo, foram 18 editoriais publicados pelos veículos no período que se relacionavam com a pauta de corrupção política: 28% da Folha de S. Paulo, e 72% do Estadão.

Dentro desse total, editoriais que trataram direta ou indiretamente da Operação para que fosse possível, a este trabalho, entender de que forma ocorreu a construção das percepções iniciais sobre o assunto em relação ao contexto em que começou a ser abordado. O contexto foi marcado, especialmente, pela investigação de suposta corrupção na compra da refinaria de Pasadena pela Petrobrás, em 2006. Dessa forma, a construção das primeiras percepções sobre a corrupção ligadas à

Lava Jato por esses veículos se deu a partir dos desdobramentos das investigações a respeito da compra da refinaria. Mesmo sem citar a Lava Jato, tratavam da prisão de Paulo Roberto Costa sob a ótica da investigação de seu envolvimento no caso de Pasadena. Houve, portanto, uma ligação entre as narrativas tendo Paulo Roberto Costa como ator em comum dos dois escândalos – a aquisição da refinaria, e as acusações e prisão por lavagem de dinheiro pela Operação Lava Jato. Ao todo, Folha de S. Paulo e Estadão trataram da refinaria em 16 dos 18 editoriais publicados neste primeiro recorte.

No período, Estadão não abordou a Operação Lava Jato como assunto central como o fez a Folha de S. Paulo em “Suja a Jato”, de 04 de abril de 2014. O editorial retratava a descoberta pela investigação sobre o uso de um jatinho do doleiro Alberto Youssef pelo então vice-presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas (PT-PR). Em seus editoriais, Estadão mencionou a Lava Jato por meio das prisões de Paulo Roberto Costa e de Alberto Youssef dentro do contexto de investigação da compra da refinaria de Pasadena, grande foco da editoria de opinião do jornal no período. O veículo usou o nome da Operação na seção pela primeira vez em “A CPI não pode esperar”, em 23 de março de 2014, quando defendia a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as denúncias sobre a refinaria e outras transações que envolviam executivos da Petrobrás.

Mas, passados seis anos, Costa [Paulo Roberto, ex-diretor da Estatal] foi incluído na lista de executivos dos quais Graça [Foster, também ex-diretora da Estatal] queria se livrar – e, a partir daí, como consultor e dono da empresa, parece ter mergulhado em águas ainda mais turvas do que aquelas em que teria nadado de braçada na estatal. Acabou enredado em um esquema de branqueamento de valores da ordem de R\$ 10 bilhões, que operava em sete Estados e no Distrito Federal, desmanchado pela Operação Lava Jato, da Polícia Federal, com a prisão de 24 suspeitos” (Editorial “A CPI não pode esperar” publicado pelo Estadão em 23 de março de 2014).

Em relação à análise dos enquadramentos dos editoriais do período, houve expressivo uso do quadro genérico de atribuição de responsabilidade por parte dos dois veículos. As atribuições de responsabilidade se referiam a executivos da Petrobrás e também a denunciados pela Lava Jato, como os ex-diretores Paulo Roberto Costa e Nestor Cerveró, e a então Presidente da República, Dilma Rousseff. Dilma, à época da aquisição da refinaria de Pasadena, presidia o Conselho de Administração da Petrobras, e, portanto, teria participado da negociação. O editorial “Suja a Jato”, no entanto, publicado pela Folha de S. Paulo e que tinha a Operação Lava Jato como um de seus temas centrais, usou da atribuição de responsabilidade em relação ao então vice-presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas (PT-PR), pelo uso de jatinho do doleiro Alberto Youssef.

O texto cujas lacunas foram usadas para preencher a autodefesa da presidente Dilma Rousseff foi preparado por Cerveró [Nestor, ex-diretor internacional da Petrobrás], como lhe competia como responsável pelas atividades da estatal no exterior. Ele teve a ajuda, como se viria a saber, do colega que então dirigia o setor de Refino e Abastecimento da empresa, Paulo Roberto Costa. (...) Costa foi preso pela Polícia Federal sob a acusação de ter ligações com o conhecido operador do mercado clandestino de câmbio Alberto Youssef, chefe de uma extensa rede de lavagem de dinheiro (Editorial “A presidente desmentida” publicado pelo Estadão em 03 de abril de 2014).

Tudo ficaria por isso mesmo não fosse a Polícia Federal, que interceptou a conversa entre o deputado e o dono do avião, que não era ninguém menos do que Alberto Youssef, doleiro investigado por operações de lavagem de dinheiro (Editorial “Suja a Jato”, publicado pela Folha de S. Paulo em 04 de abril de 2014).

Também com significativa ocorrência, o enquadramento de Moralidade traz juízo de valor e tom crítico a respeito dos envolvidos na aquisição da refinaria e, no caso específico do editorial da Folha de S. Paulo sobre a Operação Lava Jato, para

tratar da imagem manchada da Câmara dos Deputados por conta do então deputado André Vargas (PT-PR). Nos exemplos abaixo, houve uso de expressões como “falcatruas e mazelas varridas para debaixo do tapete”, “tóxicas substâncias”, e “estapafúrdia aquisição”.

(...) em relação ao que tira o sono da presidente Dilma Rousseff – as falcatruas e mazelas varridas para debaixo do tapete na megaempresa aprovada pelo Conselho de Administração que ela chefiou quando ministra (...) as tóxicas substâncias que vazam da caixa-preta da Petrobrás praticamente dia sim, o outro também, precisam ser levadas ao microscópio (Editorial “Desespero diante da CPI”, publicado pelo Estadão em 01 de abril de 2014).

Era Dilma Rousseff, na qualidade de ministra-chefe da Casa Civil no governo Lula, quem presidia o Conselho de Administração da Petrobras em 2006, quando se fez a estapafúrdia aquisição da refinaria texana (Editorial “Sombras da Petrobrás”, publicado pela Folha de S. Paulo em 21 de março de 2014).

O quadro Quantias Envolvidas foi utilizado para ressaltar, principalmente, o valor expressivo pago pela Petrobrás para aquisição da refinaria, enquanto os quadros de Personificação e Demonstração de Apoio tiveram presença inexpressiva ou inexistente nesta primeira amostra de editoriais.

Por fim, a análise dos editoriais deste primeiro recorte apontou que, desde o princípio, a construção da narrativa da corrupção política investigada pela Operação Lava Jato esteve associada ao governo vigente e a membros ligados ao Partido dos Trabalhadores, já que teve como principal gancho de desenvolvimento as investigações sobre a compra da refinaria de Pasadena durante o governo Lula. O quadro de atribuição de responsabilidade atrelado ao de Moralidade sobre Dilma Rousseff e executivos da Petrobrás dos governos do PT constituíram a base contextual para a construção das primeiras percepções da Lava Jato. Pela análise dos primeiros editoriais, também é possível constatar que, no período inicial da Operação, a pauta ainda caminhava em direção à centralidade que viria a exercer

no debate público e se ancorava na discussão em torno de outras investigações que envolviam governos petistas.

2016: tom crítico e endosso à Operação

O segundo recorte é de 2016, dois anos após o início da Lava Jato, e no período de 22 de setembro a 21 de outubro de 2016, quando ocorrem as fases Arquivo X e Omertà, que envolveram nomes importantes do cenário político brasileiro, como Guido Mantega, Antônio Palocci e Eduardo Cunha. Ao todo, foram 16 editoriais publicados que se relacionavam com a pauta de corrupção política, sendo 38% da Folha de S. Paulo e 62% do Estadão. No geral, houve tom crítico e acusatório e endosso à operação por parte dos veículos comprovado pelo uso expressivo dos quadros de Moralidade e Demonstração de Apoio.

Os exemplos abaixo retratam a utilização dos dois enquadramentos. No primeiro exemplo, da Folha de S. Paulo, houve demonstração de apoio à condução da denúncia contra o então ex-presidente Lula, e uso do quadro de Moralidade identificado pela expressão “puída fantasia de vítima”. O segundo exemplo, do Estadão, define a Lava Jato como “símbolo do combate à corrupção na gestão pública”, mostrando o reforço dado pelo veículo à importância da Operação e, portanto, usando o quadro de Demonstração de Apoio. O julgamento de valor pelas expressões e palavras-chave “podridão”, “fedor”, “heróis”, “defensores da lei”, “enganado”, “espoliado” e oposição entre “Bem e Mal” apontam para a ocorrência do enquadramento de Moralidade.

Sergio Moro aceita denúncia contra Lula por lavagem de dinheiro e corrupção e acerta ao tentar restringir o debate jurídico aos autos processuais (...) Em uma decisão cuidadosa, dada a dimensão política do acusado, o juiz federal Sergio Moro aceitou a denúncia apresentada na semana passada pelo Ministério Público Federal e transformou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em réu num processo criminal (...) Caso tenha pretensões eleitorais nos próximos anos, o ex-presidente precisa dar à

militância uma bandeira para agitar – mesmo que feita com a puída fantasia de vítima. (...) Se quiser provar sua inocência, portanto, Lula deve fazê-lo nos autos – mas talvez, nessa arena sua defesa já não soe convincente. (Editorial “Lula réu, de novo”, publicado pela Folha de S. Paulo em 22 de setembro de 2016).

Operação Lava jato, símbolo do combate à corrupção na gestão da coisa pública (...) Ocorre que Lula e a tigrada delinquiram em nome de um ‘projeto popular’ apresentado como a quinta-essência da política ‘do Bem’. E quem não se alinhou a essa política passou a ser ‘do Mal’ (...) há uma enorme diferença entre a crítica objetiva e isenta e a deliberada e maliciosa tentativa de induzir as pessoas a acreditar que o erro não é a exceção, mas a regra, e que, portanto, a Operação Lava Jato deve ser proscrita como uma coisa ‘do Mal’ (...) a corrupção deixa um lastro muito evidente de podridão e fedor. Então, [lulopetistas] atacam pelas beiras explorando detalhes para exaltar seus heróis e denegrir os defensores da lei (...) O povo brasileiro está cansado de ser enganado e espoliado por governantes inescrupulosos e aposta firme no saneamento do aparelho estatal, até o ponto em que isso é humanamente possível (Editorial “A Lava Jato fica e a tigrada passa”, publicado pelo Estadão em 24 de setembro de 2016).

Diferentemente da Folha de S.Paulo, que usou o enquadramento de Atribuição de Responsabilidade em apenas um editorial do período, o Estadão fez uso do quadro em todos os editoriais publicados sobre o assunto nesse primeiro recorte. Estadão responsabilizou Lula e o PT por promover a corrupção “à condição de método de ação política”.

Nunca é demais repetir, o PT não inventou a corrupção, mas promoveu-a à condição de método de ação política. A Lava Jato portanto, é um fenômeno da era lulopetista, e surgiu a partir do momento em que, confiantes na impunidade, PT et caterva organizaram quadrilhas para o assalto generalizado aos cofres

públicos (Editorial “A Lava Jato chegando lá”, publicado pelo Estadão em 29 de setembro de 2016).

No que diz respeito ao enquadramento de Personificação, Folha de S. Paulo utilizou dele ao tratar do então ex-presidente Lula, do então ministro da justiça Alexandre de Moraes, e do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Estadão usou o quadro para tratar de Lula, do então senador Renan Calheiros, e de Alexandre de Moraes. Eduardo Cunha foi o personagem principal de editoriais que trataram da sua prisão. O senador Renan Calheiros foi foco de editorial do Estadão por ter criticado o que chamou de “exibicionismo” dos integrantes da Lava Jato. Alexandre de Moraes, então ministro da justiça, esteve nos editoriais por declaração feita à época sobre o andamento das fases da Lava Jato, dando a entender que ele sabia quais viriam a acontecer nas semanas seguintes.

Parlamentar influente como poucos, o ex-deputado vinha negando a possibilidade de negociar um acordo com os investigadores. ‘Só faz delação quem cometeu crime, e eu não cometi’, dizia. Agora que Eduardo Cunha sabe como Sergio Moro enxerga sua situação, talvez ele mude de ideia. Sua delação premiada cairia como uma bomba em Brasília - e não há quem não saiba disso no mundo político (Editorial “O homem-bomba”, publicado pela Folha de S. Paulo em 20 de outubro de 2016).

É seu direito [Lula], obviamente, disputar a opinião pública. Caso tenha pretensões eleitorais nos próximos anos, o ex-presidente precisa dar à militância uma bandeira para agitar – mesmo que feita com a puída fantasia de vítima. (...) Se quiser provar sua inocência, portanto, Lula deve fazê-lo nos autos – mas talvez nessa arena sua defesa já não soe convincente (Editorial “Lula réu, de novo”, publicado pela Folha de S. Paulo em 22 de setembro de 2016).

Os editoriais do período mostraram, portanto, tom crítico e acusatório além de endosso dado à Operação por parte dos porta-vozes de dois dos principais

veículos de mídia do país, o que se comprova pelo uso significativo de quadros de Moralidade e Demonstração de Apoio. Há, também, abordagens relacionadas ao apontamento de culpados, o que se comprova por editoriais personificados e pelo uso, pelo Estadão, do quadro de Atribuição de Responsabilidade.

2021: os últimos editoriais

A terceira amostra foi do início de 2021, quando ocorreu a última fase da Operação antes de a força-tarefa passar a integrar o Gaeco do Ministério Público Federal. O último período de coleta foi de 12 de janeiro, com o início da fase final, até 10 de fevereiro, completando 30 dias de amostra. Nesse período, houve a publicação de apenas um editorial por cada veículo a respeito da Operação. Os materiais trataram do fim da Lava Jato e fizeram um fechamento sobre ela. Em relação à análise de enquadramentos desses editoriais, ambos apresentaram os quadros de Demonstração de Apoio, Moralidade e Atribuição de Responsabilidades. Demonstração de apoio foi utilizado para defender a importância que teve a Operação.

... a força-tarefa da Operação Lava Jato em Curitiba teve enorme impacto na vida do país. Suas investigações atingiram o coração do sistema político brasileiro (Editorial “O fim da Lava Jato”, publicado pela Folha de S. Paulo em 05 de fevereiro de 2021).

Nenhuma análise histórica da Operação Lava jato será honesta se não reconhecer sua longa folha de serviços prestados à Nação. Se não por quaisquer outras razões, a Lava Jato merece ser lembrada por ter resgatado o primado da igualdade de todos perante a lei (...) os brasileiros voltaram a acreditar que ninguém está fora do alcance da Justiça quando se desvia da lei, nem mesmo políticos influentes (Editorial “O fim da Operação Lava Jato” publicado pelo Estadão em 05 de fevereiro de 2021)

Folha de S. Paulo e Estadão usaram o quadro de Atribuição de

Responsabilidades para reconhecer os excessos praticados pela força-tarefa. O editorial da Folha também atribuiu responsabilidade a Augusto Aras, então procurador-geral da república, no processo que levou à conclusão da força-tarefa. As condutas do então presidente Jair Bolsonaro levaram a um enfraquecimento da Lava Jato por meio do aparelhamento da Procuradoria-Geral da República, especialmente notado quando Aras, após o pedido de demissão de Moro do cargo de ministro, declarou guerra abertamente à Lava Jato (TALENTO; MEGALE, 2022).

Com o tempo, abusos cometidos pelos procuradores tornaram-se evidentes, pondo em xeque seus métodos e minando a credibilidade de suas iniciativas. (...) O vazamento de mensagens trocadas pelos procuradores nos bastidores da Operação ofereceu um retrato constrangedor do grupo, alimentando questionamentos à isenção de Moro como juiz e pondo em risco os resultados alcançados pelas investigações. (...) Após rompimento de Moro com o governo, Aras passou a agir como instrumento de Bolsonaro, trabalhando primeiro para reduzir a autonomia do grupo do Paraná e de seus congêneres em outros estados -e por fim para esvaziá-los (Editorial “O fim da Lava Jato”, publicado pela Folha de S. Paulo em 05 de fevereiro de 2021).

Apenas Estadão usou o quadro de Moralidade ao trazer, em tom crítico, um juízo de valor sobre o papel desempenhado pelos magistrados da Operação, com expressões como “purgar o país”, “purgação nacional”, e “mal do Brasil”.

[a Operação] logo degenerou em uma espécie de ‘Tribunal do Santo Ofício’ para purgar o País daquilo que, na visão dos procuradores, seriam os males da atividade política (...) Em nome desse movimento de purgação nacional, tudo passou a valer para combater a corrupção, convertida em grande mal do Brasil, o que é uma falácia (Editorial “O fim da Operação Lava Jato” publicado pelo Estadão em 05 de fevereiro de 2021)

O outro quadro de análise – Quantias Envolvidas – não foi abordado nessa amostra. Na seção a seguir, a pesquisa relaciona os achados das entrevistas à análise complementar do material midiático.

4.4 Discussão dos resultados

Partindo da premissa de que jornalistas participam ativamente da definição e construção das notícias e, assim, da construção e interpretação da realidade (TRAQUINA, 2004; BLUMLER, GUREVITCH; 1995; AGUIAR, 2007), este capítulo de estudo de caso buscou combinar múltiplas abordagens e recortes de análise (MARINHOS E OSÓRIO, 2010; DUARTE, 2012) para a compreensão das percepções construídas sobre corrupção, Operação Lava Jato e cobertura midiática de escândalos de corrupção por parte de jornalistas políticos brasileiros. O método de aplicação de entrevistas semiestruturadas buscou entender as percepções de jornalistas sobre a corrupção e sobre a Operação Lava Jato; e como avaliam o papel do jornalismo na cobertura da pauta e da Operação em si. De forma complementar às entrevistas, a análise de enquadramentos de editoriais de dois veículos jornalísticos pretendeu identificar as abordagens dadas à Lava Jato pelos veículos de imprensa no caso analisado. Nesta seção, a pesquisa associa os resultados tratados ao longo do capítulo.

No que diz respeito à construção de percepções sobre o conceito de corrupção, a análise das entrevistas mostrou que há um reconhecimento, por parte dos jornalistas, da relevância do tema na sociedade, apesar de relativização sobre haver outros assuntos que deveriam ser igualmente centrais. As percepções sobre a corrupção associam, principalmente, a pauta à Política – a corrupção política no uso do cargo e do dinheiro público para preservação, expansão e fortalecimento de poder. A pesquisa, no entanto, constatou que houve uma ampliação desse entendimento clássico que envolve os dois termos. Jornalistas apontaram para uma percepção ligada não apenas ao uso político de recursos, posição política ou influência, mas ao uso político da própria pauta da corrupção, expressado pelos entrevistados pelo entendimento de manipulação do assunto pela política e pelos políticos; e compreendendo a corrupção como um instrumento de disputa de poder.

Na política brasileira da última década, é identificável uma apropriação da pauta da corrupção, especialmente pela extrema-direita, a fim de apresentar soluções à questão que não abrangem a complexidade que pede o assunto, promovendo, em certa medida, posicionamentos extremados e pouco construtivos à esfera pública e ao debate anticorrupção. Essa apropriação cria, portanto, discussões cada vez mais rasas e radicais associadas ao conceito, centrando a pauta em um debate político-ideológico e moral.

A Lava Jato é percebida pelos jornalistas entrevistados como central, um divisor de águas que revelou desvios e esquemas bem documentados e levou à prisão, pela primeira vez, aqueles tidos como poderosos na sociedade – os grandes empresários e políticos importantes – e desafiou o senso comum de que ricos e privilegiados nunca seriam presos no Brasil. Reconhecem e apontam, ao mesmo tempo, para um desvio de rumo nas investigações, que assumiram contornos políticos e partidários, com procuradores se colocando em uma posição de justiceiros morais. A posição de justiceiros teria sido alimentada pela heroicização desses atores por parte da sociedade; jornalistas reconhecem que o *status* concedido aos integrantes da força-tarefa foi danoso à Operação. Comprovou-se, assim, uma dualidade já antes apresentada pela perspectiva da literatura (DE LIMA ET AL, 2022). Jornalistas também significam a Lava Jato como uma Operação importante e bem-sucedida, mas que foi, ao mesmo tempo, enviesada e parcial.

O aspecto jurídico que envolveu a Operação foi tratado pelos entrevistados, que reconheceram que algumas das decisões em termos legais tomadas durante as investigações pelo Supremo Tribunal Federal, Ministério Público e Polícia Federal foram contraditórias, com excessos no que diz respeito a delações premiadas forçadas, à violação de garantias constitucionais e do devido processo legal, e a longas prisões temporárias decretadas. A própria relação da imprensa com esses órgãos públicos se mostrava reconhecidamente problemática. Jornalistas percebem que houve uma espécie de confiança cega em fontes institucionais, sequer questionadas quanto ao que declaravam aos veículos de mídia. O levantamento do sigilo da conversa entre o então ex-presidente Lula e a presidente Dilma Rousseff em 2016 já apontava para o “limite nebuloso” (FONTANHA E LIMA, 2018, p.52) entre a atuação da Operação e os interesses envolvidos. Hoje, entrevistados

entendem que órgãos públicos de fiscalização e controle devem ser igualmente vigiados. Apesar de como se deu a condução das delações por parte da força-tarefa, há o reconhecimento da importância desse instrumento para o avanço de investigações sobre corrupção no Brasil.

No que diz respeito à cobertura da Operação, a análise complementar do material midiático permitiu a este trabalho o entendimento das primeiras abordagens editoriais sobre a força-tarefa por parte de dois dos principais veículos de mídia do país. As semanas que sucedem o início de um escândalo político midiático são cruciais para a formação das percepções que irão afetar as avaliações do público e ditar a forma como o escândalo será interpretado (ENTMAN, 2012; THOMPSON, 2000; CLEMENTE, GABBIONETA, 2017). A construção das primeiras percepções sobre a corrupção ligadas à Lava Jato esteve associada aos desdobramentos das investigações sobre a compra da refinaria de Pasadena pela Petrobras e aos personagens a envolveram, como Alberto Youssef, Nestor Cerveró, Paulo Roberto Costa, e membros do Partido dos Trabalhadores, já que a aquisição ocorreu durante o governo Lula. A ligação entre os dois escândalos se deu por um ator político em comum, Paulo Roberto Costa, que participou da aquisição da refinaria, e foi acusado e preso por lavagem de dinheiro pela Operação Lava Jato. Os quadros de Moralidade e Atribuição de Responsabilidades foram usados significativamente nesses primeiros editoriais, constituindo a base contextual para a construção dessas primeiras percepções sobre a Operação, e mostrando, desde o início, uma postura acusatória por parte da mídia ligada ao juízo de valor e ao apontamento de culpados.

Ainda sobre a cobertura da Lava Jato, jornalistas entrevistados por esta pesquisa reconhecem que houve uma aliança entre mídia e força-tarefa durante a Operação, que se constituiu de cumplicidade com a Lava Jato e/ou de instrumentalização pelos seus integrantes. Exemplos dessa convivência, as votações de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff e da cassação do mandato do então deputado Eduardo Cunha, assim como a prisão de Cunha e do então ex-presidente Lula ocorreram no contexto da Lava Jato e foram amplamente tratados pela mídia, com entradas ao vivo e massiva cobertura, muitas vezes espetacularizada pelo excesso.

Ao ser replicadora do conteúdo divulgado pela Operação, a cobertura midiática muitas vezes deixou de refletir sobre os princípios do trabalho jornalístico, como o valor-notícia vinculado aos critérios de noticiabilidade, que controlam a quantidade e a qualidade dos acontecimentos para a seleção da informação jornalística (AGUIAR, 2007). Algumas das percepções identificadas mostram o reconhecimento de que pautas que foram manchetes, ganharam a primeira página e abriram telejornais poderiam ter sido apenas uma nota sob um olhar mais afastado da influência e aliança com a Operação. Em 2016, quando a Lava Jato já tinha cerca de dois anos, as percepções construídas por Folha de S. Paulo e Estadão sobre o andamento da força-tarefa se constituíam de endosso à Operação e tom crítico aos principais acusados, o que foi comprovado pelo uso significativo de quadros de Moralidade e Demonstração de Apoio. Houve, também, tendência à apontamento de culpados por meio de editoriais personificados e pelo uso, pelo Estadão, de Atribuição de Responsabilidades.

Em coberturas de corrupção como a da Lava Jato, os interesses que envolvem os veículos de mídia ficam ainda mais evidentes e perpassam essa relação de convivência e cumplicidade. Jornalistas percebem que, por se tratarem de empresas privadas, veículos buscam contemplar o ponto de vista de seus donos, que dão “o tom” das notícias e pautas abordadas, além de privilegiarem uma cobertura que traga mais audiência e repercussão, o que se reverte, ao fim, em mais prestígio, investimento e patrocínio. A importância de se analisar, de forma complementar, editoriais publicados durante a Lava Jato foi reafirmada pela ocorrência da temática dos interesses editoriais nas entrevistas. Em editoriais, veículos costumam transferir a fonte de suas próprias demandas para o contexto social, como se o que o editorial apresentasse fosse uma reivindicação de um todo quando, na realidade, trata-se de indignação que pertence ao próprio jornal e a setores específicos (MARQUES ET AL., 2017). Jornalistas entendem que, durante a Lava Jato, os interesses dos donos de empresas de mídia no Brasil eram os mesmos daqueles integrantes da Operação, ambos contrários a figuras políticas do governo vigente. Sendo assim, a aliança e cumplicidade entre mídia e Lava Jato teve, como fator estimulante, o encontro de expectativas, interesses e aspirações de detentores de veículos jornalísticos e de membros da força-tarefa.

Há de se ressaltar, como contribuição deste trabalho, as percepções dos entrevistados acerca do *status quo* que envolveu e envolve a cobertura de escândalos políticos de grande proporção no Brasil, como foi a Lava Jato, na complexidade do cenário midiático contemporâneo. Durante a Operação, havia um fluxo inédito e acentuado de informações, principalmente pela publicização constante das ações tomadas pela Justiça Federal do Paraná, e pela facilitação de acesso a elas pelo e-Proc, amplamente citado pelos entrevistados. O ambiente em redações tradicionais era de crise, operando com menos investimento e mão de obra, redações enxutas e demissões de veteranos dando lugar a uma nova geração percebida como “mais barata, mas sem bagagem”; e era também de pressa e competição com veículos digitais, que tomaram forma e relevância durante a Lava Jato em um cenário de hibridez midiática (CHADWICK, 2013). Veículos tradicionais passaram a conviver com empresas jornalísticas pensadas sob a lógica digital e a lidar com a ampliação de atores/formadores de opinião e de perspectivas no debate público. Tiveram que se adaptar, também, ao imperativo da informação em tempo real pela consolidação dos meios digitais e a necessidade do consumo imediato e sob demanda da informação, que tensiona e complexifica o que se considera como *hard news*. Os entendimentos sobre esse contexto por parte dos jornalistas impossibilitam a esta pesquisa o diagnóstico de uma única origem dos fatos, isto é, de um componente único que acarrete o *modus operandi* “danoso” que levou a um cenário de instrumentalização, cumplicidade, e de pouca atenção à reflexão crítica e aos critérios de noticiabilidade durante a cobertura da Lava Jato. Entretanto, esse ambiente de atuação jornalística descrito pelos entrevistados aponta para um cenário que envolve e perpassa grandes coberturas no Brasil desde então, moldando a prática cotidiana da profissão e que, por isso, deve ser considerado em pesquisas e reflexões sobre como o jornalismo é exercido no contexto brasileiro.

Redações enxutas, falta de tempo, concorrência por veículos digitais e volume informacional nunca antes visto em um escândalo político midiático impediam que jornalistas pudessem realizar uma análise crítica e aprofundada das informações durante o processo de publicação. Eles ainda lidavam com o relacionamento com diferentes fontes, sejam elas informais ou institucionais, e com

vazamentos de informações advindas de advogados de acusados ou que simplesmente “apareciam na redação”. Nesse cenário de relações complexas com fontes oficiais e informais, alto fluxo de informações, pressão, concorrência e competição, jornalistas relativizam suas atuações no sentido de admitirem que o papel desempenhado durante a cobertura foi o que era possível de ser feito naquele contexto.

No que diz respeito às percepções finais construídas sobre a Lava Jato enquanto força-tarefa pelos veículos analisados, apesar de os editoriais mostrarem apoio ao que foi a Operação, estes apontavam culpados pelo seu fim e, no caso do Estadão, faziam juízo de valor sobre os envolvidos. No entanto, desta vez, esses quadros estiveram ligados à conduta problemática da força-tarefa, deixando de atribuir responsabilidade àqueles que eram alvos das investigações e passando a responsabilizar a própria Operação pela forma como esta terminou; usou-se, nos últimos editoriais, de julgamento moral sobre os integrantes da Lava Jato, que criaram “uma espécie de ‘Tribunal do Santo Ofício’ para purgar o País daquilo que, na visão dos procuradores, seriam os males da atividade política” (Estadão, 05 de fevereiro de 2021). Entrevistados pela pesquisa entendem que a Vaza Jato, ao mostrar alianças duvidosas e de certa forma constranger a imprensa, influenciou nessa mudança de comportamento dos veículos na reta final da Operação. A mudança na postura e estratégia editorial no fim da Operação foi o mais perto que grandes veículos chegaram de reconhecer a adoção de um posicionamento equivocado ao longo dos anos de cobertura.

Mesmo em meio a um cenário desafiador e que acena para coberturas futuras ainda mais complexas, jornalistas enxergam que seus papéis e o do próprio jornalismo devem ter como prioridade a busca pelo senso crítico e a responsabilidade sobre a informação publicada. Precisam ter, acima de tudo, capacidade de questionar e analisar as informações e responsabilidade ao publicá-las, fugindo de um “denuncismo fácil e vazio”; e precisam assumir, cada vez mais, o papel de fiscalizadores e denunciadores das irregularidades na política, governos, órgãos públicos e sociedade.

Considerações finais

Assim como a própria pauta da Corrupção (HEIDENHEIMER, 1970; ROSE-ACKERMAN E PALIFKA, 2020 [1999]; ROTHSTEIN E VARRAICH, 2017; HOLMES, 2015; PHILIP, 2014; WALLIS, 2006; ALEMANN, 2004; FILGUEIRAS, 2008; POZSGAI-ALVAREZ, 2022), a Operação Lava Jato gerou e gera discussão por parte da Academia (FERES JÚNIOR, BARBABELA, BACHINI, 2018; AVRITZER, 2018; PINOTTI, 2020; PRADO, MACHADO E BARROS, 2021; LAGUNES, ODILLA, SVEJNAR, 2021; TALENTO, MEGALE, 2022), que reconhece a sua importância e discute seus excessos. Nesse sentido, para além da visão acadêmica, mas partindo de revisão de literatura acerca de corrupção, jornalismo e Lava Jato, esta pesquisa buscou identificar percepções construídas sobre esses temas por jornalistas da área, e sobre como eles percebem o papel que desempenham em grandes coberturas político-midiáticas como a da Operação.

De forma a iniciar a familiarização com os grandes temas que envolvem a pesquisa, a parte I deste trabalho apresentou os fundamentos teóricos norteadores do estudo ligados ao material teórico da relação entre corrupção, jornalismo e América Latina. A corrupção foi tratada de forma a contemplar seus múltiplos aspectos e abordagens: definições, classificações, causas, consequências, métricas, mensuração, práticas de enfrentamento, e sua relação com a política e sistemas de governo. Em seguida, foi a vez de se debruçar, brevemente, sobre o jornalismo latino-americano, especialmente no que diz respeito ao trabalho em coberturas da corrupção política e à função de denunciamento e vigilância. Este trabalho analisou percepções construídas do ponto de vista do posicionamento dos veículos de mídia e dos próprios jornalistas que os compõem. A seção II da tese se dedicou a apresentar e discutir a empiria proposta, assim como os resultados encontrados. Como estratégia de pesquisa, fez-se um estudo de caso, combinando diferentes referenciais metodológicos a fim de construir um amplo panorama sobre os objetos tratados. Ao final do estudo de caso, houve a discussão dos principais achados, conduzindo a pesquisa até essa seção de encerramento.

Percorrendo esse caminho, esta pesquisa de doutorado buscou trazer algumas contribuições para a construção de conhecimento no Campo. Do ponto de vista metodológico, esperou-se contribuir a partir do uso de uma abordagem qualitativa interpretativa, combinando múltiplos métodos de análise à uma contextualização teórica do objeto tratado. Ao utilizar análise temática, a pesquisa propôs códigos que permitem o entendimento de fenômenos ligados ao jornalismo, corrupção e a coberturas de escândalos midiáticos, além de observar a Operação Lava Jato sob a ótica de elementos relacionados ao contexto midiático que a envolveu. A ocorrência de elementos como cumplicidade e instrumentalização da mídia pela Lava Jato, assim como avalanche informacional, pressa e concorrência, interesses editoriais e comerciais, e crise nas redações nos apresentam diagnósticos sobre como se deu a relação dos jornalistas com a força-tarefa e o ambiente complexo no qual se encontravam. A pauta da corrupção, multidisciplinar e plural, como também mostrado pela discussão teórica desta tese, foi interpretada pela ótica de fenômenos que a moldam e que com ela interagem no contexto brasileiro: sua associação à Política, à Cultura, e a ações de Transparência.

Pela análise complementar de enquadramentos, além do uso de quadros genéricos e específicos já consolidados em trabalhos da área, a pesquisa sugeriu que materiais midiáticos atrelados a grandes coberturas possam ser analisados, também, a partir do quadro de Demonstração de Apoio, que auxilia na identificação do posicionamento do veículo e em possível relação de convivência com o fenômeno relatado. Durante toda a empiria, houve um esforço em associar os achados empíricos aos referenciais teóricos que já foram desenvolvidos no Campo sobre os fenômenos abordados, a fim de resultar, como contribuição desta tese, em uma compreensão ampla e holística dos objetos tratados.

Do ponto de vista teórico, as discussões apresentadas partiram da premissa de abraçar o contexto cultural, político e econômico onde este trabalho se insere, respeitando e dando destaque à inserção brasileira como parte da América Latina. Desde a definição epistemológica do trabalho, esta pesquisa buscou se aproximar dos estudos culturais e teoria latino-americana da comunicação, reverenciando as especificidades locais que fazem parte da construção e interpretação dos fenômenos

tratados. Sendo assim, especialmente ao abordar o jornalismo e sua relação com a pauta da corrupção, este estudo se empenhou em trazer referenciais teóricos que pudessem apresentar o contexto regional de atuação jornalística.

Por fim, de forma pragmática, o trabalho buscou fornecer pistas sobre as definições de corrupção, Lava Jato e jornalismo político que perpassam as arenas de discussão pública no Brasil. Sobre a corrupção, a pesquisa mostrou que as percepções do tema estão ligadas à Política – a corrupção no dia a dia das relações políticas e no uso político da pauta como estratégia de disputa de narrativas e de poder – e à Cultura – a corrupção como questão enraizada na cultura brasileira, em sua história, e em sua herança patrimonialista; e que há um reconhecimento da importância de mecanismos de transparência e de controle para um efetivo combate a práticas corruptas. Há um entendimento de centralidade da Lava Jato, percebida como um divisor de águas que levou poderosos à prisão, mas que perdeu o rumo e assumiu contornos políticos. Jornalistas também reconhecem que houve uma aliança entre mídia – veículos, jornalistas e jornalismo – e força-tarefa durante a Operação, que se constituiu de cumplicidade e instrumentalização; o entendimento sobre essa aliança foi reforçado por esta pesquisa pela análise complementar dos editoriais da época.

George Orwell dizia que “jornalismo é publicar aquilo que alguém não quer que se publique: o resto é publicidade”; na mesma linha, Millôr Fernandes destacava a necessidade da imprensa como oposição, fugindo de se tornar “armazém de secos e molhados”. O que esta pesquisa mostrou é como esse papel denunciante – aqui tratado como *watchdog* – pode ser falho e complexo na medida em que outros aspectos entram em jogo: grande fluxo informacional, o tempo, a pressa, interesses comerciais e editoriais, as novas formas de concorrência, a competição, a crise nas redações, o relacionamento com as fontes de informação. A fiscalização, nesse contexto, pode acabar por ganhar contornos de cumplicidade. Mesmo assim, a busca por um fazer jornalístico responsável, crítico, e investigativo ainda se mostra como norteadora desses profissionais.

As dificuldades de interpretação fazem parte da objetivação da realidade e da própria objetivação do pesquisador (MINAYO, 2012), o que foi vivenciado no desenvolvimento desta pesquisa. A construção social da realidade não se encontra

apenas o âmbito da produção jornalística, o que torna o caminho qualitativo interpretativo percorrido por este estudo, seus objetivos e objetos, apenas uma parte dos esforços para se analisar definições, percepções e entendimentos que perpassam arenas de discussão pública no Brasil.

Entre os esforços para a composição desta tese, um primeiro obstáculo se deu na própria definição dos rumos do trabalho. No início deste doutorado, o objetivo deste estudo estava centrado em uma análise comparada entre Brasil e México, dois países latino-americanos com histórias recentes atreladas a escândalos de corrupção. Parte desta pesquisa seria construída *in loco*, por meio de um intercâmbio ao país, que por razões burocráticas não pôde ocorrer. Dessa forma, houve a definição de focar no contexto brasileiro nesse primeiro momento, desenvolvendo um referencial metodológico aplicável a futuros estudos, inclusive comparados. A pesquisa também teve dificuldade na composição da amostra de entrevistas, enfrentando resistência à participação por parte dos jornalistas. Alguns profissionais que tiveram envolvidos em furos de reportagem e em importantes momentos da cobertura da Lava Jato se recusaram a falar, apesar do termo de confidencialidade firmado junto ao Código de Ética da PUC-Rio. Outro desafio diz respeito à participação de mulheres. Houve hegemonia masculina entre os entrevistados, apesar de este estudo ter entrado em contato e feito o convite a um número similar de homens e mulheres. A resistência feminina se dava logo na primeira interação. Muitos dos nomes contatados sequer respondiam ao convite. Mesmo assim, este trabalho conseguiu entrevistas de profissionais de uma ampla gama de veículos de mídia e com relevância no cenário de jornalismo político brasileiro. Este doutorado também lidou com o período da pandemia de Covid-19, que tornou ainda mais desafiador o desenvolvimento desta tese.

Mesmo assim, entende-se que a pesquisa sugere uma variedade de caminhos futuros de pesquisa. Ao trabalhar com uma série de elementos, fenômenos e métodos, houve uma ampliação das possibilidades de próximos estudos. Nesse sentido, pretende-se fazer a aplicação dessa metodologia desenvolvida, assim como suas temáticas e enquadramentos, em outros temas relacionados à cobertura jornalística. Outra possibilidade é focar em alguns dos elementos trabalhados e desenvolver, de forma mais aprofundada, as discussões sobre seus achados. Como

a pesquisa tomou a decisão de abranger um significativo número de elementos, pode-se fazer, futuramente, um aprofundamento das discussões sobre cada um deles. Também pretende-se desenvolver uma análise comparativa interpretativa inserida no contexto latino-americano.

Por meio desta pesquisa, esta tese buscou mostrar e reverenciar a fundamental importância do jornalista como ator político ativamente participante da construção, tradução e interpretação das pautas, notícias e da própria realidade. Tratou-se de uma busca por coloca-lo no centro do debate e da reflexão, sobretudo quando envolvido por coberturas extraordinárias que acentuam a relevância de sua participação na esfera pública. Dar vez e voz a esses atores fez parte do posicionamento deste trabalho, identificando e reconhecendo que estão sujeitos a conflitos que moldam a prática cotidiana de sua atuação profissional. Este trabalho espera, por fim, ter contribuído para a construção de conhecimento que perpassa as discussões de jornalismo, corrupção, e escândalos político midiáticos no contexto brasileiro.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Leonel Azevedo. **Os valores-notícia como efeitos de verdade na ordem do discurso jornalístico**. Intercom: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2007.

ALATAS, S. H. **The Sociology of Corruption: The Nature, Function, Causes and Prevention of Corruption**. Singapore: D. Moore Press, 1968.

ALATAS, S. H. **Intellectuals in Developing Societies**. London: Cass. 1977.

ALATAS, S. H. **Corruption and the Destiny of Asia**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice- Hall. 1999.

ALBUQUERQUE, A; GAGLIARDI, J. **Democracy as Corruption: The News Media and the Debunking of Democracy in Brazil**. In ORCHARD, X; SANTAMARIA, S; BRAMBILA, J; LUGO-OCANDO, J. Media and Governance in Latin America Toward a Plurality of Voices (pp. 77-97). New York, Peter Lang, 2020.

ALBUQUERQUE, A; Holzbach, AD. **Comunicação e Cidadania Metamorfoses do contrato representativo: jornalismo, democracia e os manuais da redação da Folha de S.Paulo**, Comunicação e Cidadania, v. 5 n. 14. 2008.

ALBUQUERQUE, A; PINTO, P. **O inferno são os outros: mídia, clientelismo e corrupção**. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, v. 21, n. 2, pp. 541-562, 2014.

ALVES, Z; SILVA, M. **Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta**. Ribeirão Preto: Paidéia, n.2, pp.61-69, 1992.

ALVES, Zélia Mana Mendes Biasoli and SILVA, Maria Helena G. F. Dias da. **Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta**. Paidéia (Ribeirão Preto) [online]. 1992, n.2, pp.61-69. ISSN 0103-863X. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X1992000200007>.

AMUNDSEN, Inge. **Political corruption**. U4 Issue, 2006.

ARCINIEGA MARTÍNEZ, Noé. **Reducción del índice de desperdicio en la producción de las ediciones del diario milenio impresas en la planta de la zona centro del país**. 2014.

ARELLANO-GAULT, D 2019, **Corruption in Latin America**, Routledge, New York.

ARISTOTLE. **The politics and the constitution of Athens**. Ed. Stephen Everson. New York: Cambridge University Press, 1996.

ARONSON, J. (1992). **The interface of family therapy and a juvenile arbitration and mediation program**. Unpublished doctoral dissertation, Nova Southeastern University, Fort Lauderdale, FL.

ARONSON, Jodi. **A pragmatic view of thematic analysis**. The qualitative report, v. 2, n. 1, p. 1-3, 1995.

ARUGUETE, Natalia. **La narración del espectáculo político: pensar la relación entre sistema de medios y poder político**. Austral Comunicación, Volumen 2 número 2 (diciembre de 2013) ISSN 2313-9129. 2013.

ATHANÁSIO, Ester. **A corrupção na opinião do jornal: o discurso dos editoriais da Folha de S. Paulo e da Gazeta do Povo sobre a Lava Jato**. Temática, ano XIII, n. 8, p. 126-145, 2017.

AVRITZER, L. **Operação Lava Jato, Judiciário e Degradação Institucional**. In KERCHE, F. FERES JUNIOR, J. Operação Lava Jato e a Democracia Brasileira (pp. 69–100). São Paulo: Contracorrente, 2018.

AVRITZER, Leonardo. **Operação Lava Jato, judiciário e degradação institucional**. Operação Lava Jato e a democracia brasileira. São Paulo: Contracorrente, p. 37-52, 2018.

AZEVEDO, F. **Mídia e democracia no Brasil:** relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, 12(1), pp 88–113, 2006.

BANDEIRA, Olívia; MENDES, Gyssele; PASTI, André. **Quem controla a mídia na América Latina?** Dos velhos oligopólios aos monopólios digitais. Editora veneta, ISBN: 978-85-9571-132-7. 2023.

BAPTISTA, Érica Anita; TELLES, Helcimara de Souza. **Lava Jato:** escândalo político e opinião pública. Operação Lava Jato e a democracia brasileira. São Paulo: Editora Contracorrente, p. 229-255, 2018.

BARBERO, J.M. **Dos meios às mediações.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

BARBOSA, Livia. **O jeitinho brasileiro:** a arte de ser mais igual que os outros. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

BARNHURST, K.G. The New "Media Affect" and the Crisis of Representation for Political Communication. *International Journal of Press/Politics*, 16(4), pp. 573-593, 2011.

BAROZET, Emmanuelle. **El valor histórico del pituto:** clase media, integración y diferenciación social en Chile. *Revista de Sociología*, n. 20, p.69-96. 2017.

BENNETT, W.L.; PFETSCH, B. **Rethinking Political Communication in a Time of Disrupted Public Spheres.** *Journal of Communication*. 68(2), pp. 243-253, 2018.

BERGONZI, Mg Juan Carlos. **Investigar la mala administración y la corrupción burocrática es inherente al periodismo.** *Revista de la Facultad*, v. 14, p. 53-64, 2008.

BLUMER, Herbert. **Symbolic Interactionism.** New Jersey: Ed. Prentice-Hall, 1969.

BLUMLER, J et al. **Comparatively Speaking:** Communication and Culture Across Space and Time. *Sage Annual Reviews of Communication Research*, v.19, 1992.

BLUMLER, J; GUREVITCH, M. **The Crisis of Public Communication**. Abington, Routledge, 1995.

BLUMLER, J.G.; COLEMAN, S. **Democracy and the media – Revisited**. *Javnost, The Public*, 22(2), pp.111–128, 2015.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; CONTRERA, Flávio; CASSOTA, P. L. **Impacto da Lava Jato na atividade do Congresso Nacional**. Kerche, F. e Feres Júnior, J.(coords.). *Operação Lava Jato e a democracia brasileira*. Editora Contracorrente, p. 137-198, 2018.

BRANTS, K; VOLTMER, K. **Political Communication in Postmodern Democracy Challenging the Primacy of Politics**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

BRAUN, V., & CLARKE, V. (2006). **Using thematic analysis in psychology**. *Qualitative Research in Psychology*, 3, 77–101. doi:10.1191/1478088706qp063oa

BRÜGGEMANN, Michael; D'ANGELO, Paul. **Defragmenting news framing research: Reconciling generic and issue-specific frames**. In: *Doing news framing analysis II*. Routledge, 2018. p. 90-111.

BULLA, Beatriz.; NEWELL, Cortney. **Sunlight is the best disinfectant: Investigative journalism in the age of Lava Jato**. In: LAGUNES, Paul F.; SVEJNAR, Jan (Ed.). *Corruption and the Lava Jato Scandal in Latin America*. Routledge, 2020.

CALDERÓN, F. CASTELLS, M. **A nova América Latina**. Ed Zahar, 2021. Edição do Kindle.

CALIFANO, Bernadette. **Los medios de comunicación, las noticias y su influencia sobre el sistema político**. *Revista mexicana de opinión pública*, n. 19, p. 61-78, 2015.

CAMAJ, L. **The media's role in fighting corruption:** Media effects on governmental accountability. *The International Journal of Press/Politics*, 18(1), pp. 21–42, 2013.

CAMMACK, P. **The mother of all governments: The World Bank's matrix for global governance.** In WILKINSON, R. HUGHES, S (Eds.), *Global governance: Critical perspectives* (pp. 36–53). London and New York: Routledge, 2002.

CAMPELLO, Daniela et al. **Captured media? Examining Brazilian coverage of Lava Jato.** In: LAGUNES, Paul F.; SVEJNAR, Jan (Ed.). *Corruption and the Lava Jato Scandal in Latin America*. Routledge, 2020.

CAMPELLO, Daniela. SCHIFFRIN, Anya. BELARMINO, Karine. THOMÉ, Débora. **Mídia capturada? Um exame da cobertura brasileira da Lava Jato.** In Paul Lagunes, Fernanda Odilla, Jan Svejnar (Orgs). *Corrupção e o escândalo da Lava Jato na América Latina* (p. 413). Editora FGV. Edição do Kindle. 2021.

CANCLINI, N.G. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade.

CASTLEBERRY, Ashley; NOLEN, Amanda. **Thematic analysis of qualitative research data:** Is it as easy as it sounds?. *Currents in pharmacy teaching and learning*, v. 10, n. 6, p. 807-815, 2018.

CHADWICK, A. **The Hybrid Media System:** Politics and Power. Oxford: Oxford University Press, 2013.

CIOCCARI, Deysi. **Operação Lava Jato:** escândalo, agendamento e enquadramento. *Revista Alterjor*, v. 12, n. 2, p. 58-78, 2015.

CLEMENTE, Marco; GABBIONETA, Claudia. **How does the media frame corporate scandals?** The case of German newspapers and the Volkswagen diesel scandal. *Journal of Management Inquiry*, v. 26, n. 3, p. 287-302, 2017.

CORRUPCIÓN, **DESAPARICIONES Y PROTESTAS:** SUCESOS QUE MARCARON EL SEXENIO DE PEÑA NIETO. Milenio, 2022. Disponível

em: <<https://www.milenio.com/politica/escandalos-en-sexenio-de-pena-nieto-corrupcion-y-protestas>>

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1986.

DE LIMA, Amanda Evelyn Cavalcanti et al. **Os Usos da Vaza Jato: entre enquadramentos e lutas políticas**. Revista de Ciências Sociais: RCS, v. 53, n. 2, p. 153-196, 2022.

DE LOURDES SPERANDIO-SANTOS, Nair. **Corrupção no Brasil: cultura política patrimonialista e aspectos legais**. Editora Dialética, 2021.

DE VREESE, C. H., PETER, J. & SEMETKO, H. A. (2001). **Framing politics at the launch of the euro: A crossnational comparative study of frames in the news**. Political Communication, 18 (2), 107-122.

DELLA PORTA, D., VANNUCCI, A. **Corrupt Exchanges: Actors, Resources, and Mechanisms of Political Corruption** (1st ed.). Routledge, 1999.

DUARTE, J. **Entrevista em Profundidade**. In: DUARTE, J; BARROS, A. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. Atlas, São Paulo, 2012.

DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. **Estudo de caso. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, v. 2, 2005

ENTMAN, R. (1993). **Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm**. *Journal of Communication*, 43 (4), 51-58.

ENTMAN, R. M. 2012. **Scandal and Silence: Media Responses to Presidential Misconduct**. Cambridge: Polity Press.

FACHIN, E. **Relatório de Dados**. Portal STF, Brasília, 05 de fev. de 2021. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/RelatrioLavaJato050221.pdf>>. Acesso em: 24 de out. de 2021.

FERES JÚNIOR, João; BARBABELA, Eduardo; BACHINI, Natasha. **A Lava Jato e a mídia**. Operação Lava Jato e a democracia brasileira, p. 199-228, 2018.

FILGUEIRAS, F. **Corrupção, Democracia e Legitimidade**. UFMG, 1ª ed. 2008.

FILGUEIRAS, Fernando et al. **Corrupção, cultura política e reformas no Brasil**. Revista de Ciências Humanas, n. 2, 2010.

FILGUEIRAS, Fernando. **A tolerância à corrupção no Brasil**: uma antinomia entre normas morais e prática social. Opinião Pública, v. 15, p. 386-421, 2009.

FLICK, Uwe. **Entrevistas semi-estruturadas**. U. Flick Introducción a la investigación cualitativa, p. 89-110, 2004.

FONTAINHA, F.; LIMA, A. **Judiciário e crise política no Brasil hoje**: do Mensalão à Lava Jato. In KERCHE, F. FERES JUNIOR, J (Eds.), Operação Lava Jato e a Democracia Brasileira (pp. 53–68). São Paulo: Contracorrente, 2018.

FONTAINHA, Fernando; LIMA, Amanda Evelyn Cavalcante. **Judiciário e crise política no Brasil hoje**: do Mensalão à Lava Jato. Operação Lava Jato e a democracia brasileira. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos, et al. "**Amostragem em pesquisas qualitativas**: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica." Cadernos de saúde pública 27.2 (2011): 388-394.

GUERRERO, M. **Los medios de comunicación y los límites de la rendición de cuentas em democracias no consolidadas**: El caso de México. In Gestión y Política Pública, 2021, p. 147-177.

GUERRERO, M.A. Márquez-Ramirez, M. 2014. **El modelo “liberal capturado” de sistemas mediáticos, periodismo y comunicación en América Latina**. In Temas de Comunicación. n. 29, pp. 135-170, ISSN: 2443-4302

GUERRERO, Manuel Alejandro; CASTILLO, Andrés. **Los medios de comunicación y los límites de la rendición de cuentas en democracias no**

consolidadas: El caso de México. *Gestión y Política Pública*, v. 30, n. 3, p. 147-177, 2021.

HEIDENHEIMER, A. J. **Political corruption; readings in comparative analysis.** New York, Holt Rinehart and Winston, 1970.

HELLMAN, J. S.; JONES, G; KAUFMANN, D. **Seize the State, Seize the Day:** State Capture, Corruption, and Influence in Transition. Policy Research Working Paper, n. 2444. World Bank, Washington, DC, 2000.

HEYWOOD, P. M.; ROSE, J. **Curbing Corruption or Promoting Integrity?** Probing the Hidden Conceptual Challenge. In HARDI, P.; HEYWOOD, P. M.; TORSELLO, D. *Debates of Corruption and Integrity.* New York: Palgrave Macmillan, 2015.

HUBÉ, N.; MERKOVITY, N.; ÖZERIM, G.; PAPATHANASSOPOULOS, S.;

ITUASSU, Arthur et al. **Mídias Digitais, Eleições e Democracia no Brasil:** Uma Abordagem Qualitativa para o Estudo de Percepções de Profissionais de Campanha. *Dados*, v. 66, 2023.

ITUASSU, Arthur (org). **Cultura e Representação, de Stuart Hall.** 1ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.

ITUASSU, Arthur; ROCHA, Everardo Rocha; SICILIANO, Tatiana (orgs). **Comunicação como cultura: ensaios sobre mídia, tecnologia e sociedade, de James Carey.** 1ed. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2022.

JENSEN, K. B. *News of the World. World cultures look at television news,* **Londres:** Routledge, 1998.

JENSEN, K.B. (Ed.). **A Handbook of Media and Communication Research:** Qualitative and Quantitative Methodologies (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203465103>. 2002.

JÚNIOR, Tarcis Prado. **Moro - O herói construído pela mídia.** BOD GmbH DE, 2020.

KARKLINS, R. **The System Made Me Do It: Corruption in Post-Communist Societies.** Armonk, NY: M.E. Sharpe, 2005.

KERCHE, F; FERES JÚNIOR, J. **Operação Lava Jato e a democracia brasileira** (p. 47). Editora Contracorrente. Edição do Kindle.

KNIGHT, Alan. **Corruption in Twentieth century Mexico.** In: LITTLE, Walter; POSADA-CARBÓ, Eduardo (Eds.). **Political Corruption in Europe and Latin America.** Palgrave Macmillan, London, 1996.

LATIN America media ownership. Disponível em: <https://nacla.org/news/2022/01/14/latin-america-media-ownership>

LAGUNES, Paul F.; SVEJNAR, Jan (Ed.). **Corruption and the Lava Jato Scandal in Latin America.** Routledge, 2020.

LAGUNES, Paul; ODILLA, Fernanda; SVEJNAR, Jan (Orgs). **Corrupção e o escândalo da Lava Jato na América Latina.** Editora FGV. Edição do Kindle. 2021.

LAVA JATO tem sete denúncias em andamento no STF. Portal STF, Brasília, 08 de fev. de 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=460118&ori=1>>. Acesso em: 24 de out. de 2021.

LEAL, Plínio Marcos Volponi. **Jornalismo político brasileiro e a análise do enquadramento noticioso.** Revista Compolítica, Rio de Janeiro, 2007.

LINDSTEDT, C.; NAURIN, D. **Transparency Is Not Enough: Making Transparency Effective in Reducing Corruption** , International Political Science Review , 31 (3), pp. 301-22, 2010.

LITTLE, Walter; POSADA-CARBÓ, Eduardo (Eds.). **Political Corruption in Europe and Latin America.** Palgrave Macmillan, London, 1996.

LITTLE, Walter. **Corruption and Democracy in Latin America.** IDS Bulletin Vol 27 No 2, 1996.

LÓPEZ PONCE, Jannet. **UIF denuncia a Lozoya y Odebrecht por desvío de más de 3 mil mdp de Pemex.** Milenio, Cidade do México, 18 de jul. de 2021. Disponível em: <<https://www.milenio.com/politica/emilio-lozoya-uif-presenta-denuncia-fgr>>. Acesso em: 24 de out. de 2021.

MAĆKIEWICZ, Jolanta. **Interpretative Frame as a Research Tool in Media Studies.** [s.l.], v. 21, n. 3, p. 615–627, 2020.

MANETTO, Francesco. BEAUREGARD, Luis Pablo. **Combate a corrupção da Odebrecht no México se choca contra a sombra da impunidade.** El Pais, Cidade do MÉXICO, 12 de fev. de 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-02-12/combate-a-corrupcao-da-odebrecht-no-mexico-se-choca-contra-a-sombra-da-impunidade.html>>. Acesso em: 24 de out. de 2021.

MARCIAL PEREZ, David. **Ex-diretor da petroleira mexicana Pemex acusa Peña Nieto de destinar propina da Odebrecht a campanha.** El Pais, Cidade do México, 12 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-08-12/ex-diretor-da-petroleira-mexicana-pemex-acusa-pena-nieto-de-destinar-propina-da-odebrecht-a-campanha.html>>. Acesso em: 24 de out. de 2021.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil et al. **O que significa “Opinião Pública”?** Um estudo sobre os diferentes sentidos do termo nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo. Estudos em Comunicação, v. 1, n. 25, 2017.

MATOS, C. **Jornalismo e política democrática no Brasil.** São Paulo: Publifolha, 2008.

MEIRINHOS, Manuel; OSÓRIO, António. **O estudo de caso como estratégia de investigação em educação.** EduSer, v. 2, n. 2, 2010.

MELLADO, C; MOREIRA, S; HERNANDÉZ, M. **Comparing journalism cultures in Latin America: The case of Chile, Brazil and Mexico.** 2012. Sage.

MELLADO, C. MÁRQUEZ-RAMIREZ, M.; MICK, J.; ALONSO, MO.; OLIVERA, D. **Journalistic performance in Latin America: A comparative study of professional roles in news content**, Sage, 2016.

MEYER, E. **Judges and courts destabilizing constitutionalism: The Brazilian judiciary branch's political and authoritarian character**. *German Law Journal*, 19(4), pp. 727–768, 2018.

MILLA, Debora CA da C. **Lula na Lava Jato: Uma narrativa jornalística**. *Parlar*, 2020.

MILLER, Rory. **Foreign capital, the State and political corruption in Latin America between Independence and the Depression**. In: *Political Corruption in Europe and Latin America*. Palgrave Macmillan, London, 1996. p. 65-95.

MILLER, Rory. **Foreign capital, the State and political corruption in Latin America between Independence and the Depression**. In: *Political Corruption in Europe and Latin America*. Palgrave Macmillan, London, 1996. p. 65-95.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, António Pedro. **Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa**. *Revista Lusófona de Educação*, n. 40, p. 11-25, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. *Ciência & saúde coletiva*, v. 17, p. 621-626, 2012.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan; PINTO, Manuel. **O caso Vaza Jato: uma discussão sobre verdade, política, ética e credibilidade**. 2020.

MORRIS, S. D. **Mexico's Historic Opportunity to Fight Corruption: Changes, Challenges, and Opportunities**. In *Rice University's Baker Institute for Public Policy*, 2019.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize; TEIXEIRA, Alex Niche. **Análises qualitativas nos estudos organizacionais: as vantagens no uso do software nvivo®**. *Revista Alcance*, v. 23, n. 4, p. 578-587, 2016.

MUNGIU-PIPPIDI, A. **Corruption: Diagnosis and Treatment.** Journal of Democracy 17(3), pp. 86–99, 2006.

NIELSEN, R.K. **Political Communication Research: New Media, New Challenges, and New Opportunities.** Media Kultur, 56, pp. 5-22, 2014.

PACHECO, Antônio de Pádua. **O Jeitinho Brasileiro E A Corrupção.** Santa Catarina: Clube de Autores, 2021

PARKER et al, 2004. **La Corrupción en América Latina: Estudio Analítico Basado en una Revisión Bibliográfica y Entrevistas.** Norma Parker, Gerardo Berthin, Roberto de Michell, Yemile Mizrahi Casals & Associates, Inc

PASTRANA VALLS, A. P. **Estudio sobre la corrupción en América.** Revista mexicana de opinión pública, nº27, pp. 13-40, 2019.

PFETSCH, B. **The idea of political communication cultures and its empirical correlates.** In PFETSCH, B. (Ed.), Political communication cultures in Europe: Attitudes of political actors and journalists in nine countries. New York: Palgrave Macmillan, pp. 13–30, 2014.

PHILP, M. **The Definition of Political Corruption.** In HEYWOOD, P. M. (Ed.). Routledge Handbook of Political Corruption. Routledge, New York, 2015.

PIMENTA, Raquel de Mattos; GREENE, Catherine. **Comparando as respostas do Peru e do México ao escândalo de corrupção da Lava Jato.** In Paul Lagunes, Fernanda Odilla, Jan Svejnar (Orgs). **Corrupção e o escândalo da Lava Jato na América Latina** (p. 413). Editora FGV. Edição do Kindle. 2021.

PINOTTI, M C. **‘The Case of Lava Jato and Grand Corruption in Latin America’, Technical Report, Italian Institute for International Political Studies,** viewed 23 August 2020.

POEPSEL, Mark. **Thematic analysis of journalism engagement in practice.** In: International Symposium of Online Journalism. 2021. p. 65-87.

POWER, T., TAYLOR, M. **Corruption and democracy in Brazil**. Notre Dame, University of Notre Dame Press, 2011.

POZSGAI-ALVAREZ, J. **The Politics of Anti-Corruption Agencies in Latin America**. Ed. Routledge, Nova Iorque, 2022.

PRADO, Mariana Mota; DE ASSIS MACHADO, Marta R.; DE BARROS, Matheus. **Uso do direito penal para combater a corrupção: potencial, riscos e limitações da Operação Lava Jato**. Revista Direito GV, v. 17, n. 2, 2021.

RAMÍREZ AGUILAR, S.; ORTIZ MONASTERIO, Leonor; ALVARADO ANDALÓN, R. EPN: **La corrupción como sello de gobierno. Un sexenio perdido para México**. Mexicanos contra la corrupción y la impunidad. Recuperado a partir de: <https://contralacorrupcion.mx/epn-la-corrupcion-como-sello-de-gobierno/pdf/lacorrupcion-como-sello-de-gobierno.pdf> , 2019.

RAMÍREZ AGUILAR, S.; ORTIZ MONASTERIO, Leonor; ALVARADO ANDALÓN, R. EPN: **La corrupción como sello de gobierno. Un sexenio perdido para México. Mexicanos contra la corrupción y la impunidad. Recuperado a partir de: <https://contralacorrupcion.mx/epn-la-corrupcion-como-sello-de-gobierno/pdf/lacorrupcion-como-sello-de-gobierno.pdf> , 2019.**

REESE, Stephen D.; GANDY, Jr; GRANT, August E. Prologue—Framing public life: **A bridging model for media research**. In: Framing public life. Routledge, 2001. p. 23-48.

REPORTERS WITHOUT BORDERS. **Anti-Corruption Day** : Journalists on front line of fight against corruption. Disponível em: <https://rsf.org/en/anti-corruption-day-journalists-front-line-fight-against-corruption>

REPORTERS WITHOUT BORDERS. **Latin American media**: under control of families, economic and political elites. Disponível em: <https://rsf.org/en/latin-american-media-under-control-families-economic-and-political-elites>

REUTERS Media Report (2021). Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2021-06/Digital_News_Report_2021_FINAL.pdf

ROSE-ACKERMAN, Susan; PIMENTA, Raquel de Mattos. **A corrupção no Brasil: além do direito penal**. 2020 [1999]).

ROTBURG, R.I. **Corruption in Latin America: How Politicians and Corporations Steal from Citizens**. Springer International Publishing, 2019. <<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&scope=site&db=nlebk&db=nlabk&AN=1917675>>.

ROTHSTEIN, B. **The quality of government: Corruption, social trust, and inequality in comparative perspective**. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2011.

ROTHSTEIN, B.; TEORELL, J. **What Is Quality of Government: A Theory of Impartial Political Institutions**. *Governance: An International Journal of Policy, Administration and Institutions* 21(2), pp.165-90, 2005.

ROTHSTEIN, B.; VARRAICH, A. **Making Sense of Corruption**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

SALGADO, S.; STANYER, J. **Perceptions of Populism and the Media: A Qualitative Comparative Approach to Studying the Views of Journalists and Politicians**. In: REINEMANN, C; STANYER, J; AALBERG, T; ESSER, F; DE VREESE, C. *Communicating Populism: Comparing Actor Perceptions, Media Coverage, and Effects on Citizens in Europe*. New York: Routledge, 2019.

SALGADO, S.; STANYER, J.; HAJZER, G.; HOPMANN, D.N.; KALSNES, B.; LEGNANTE, G.; LIPINSKI, A.; MERKOVITY, N.; PAPATHANASSOPOULOS, S.; SANDERS, K.B. **Politicians' Perceptions of Populism and the Media: A Cross-National Study Based on Semi-Structured Interviews**. In: REINEMANN, C; STANYER, J; AALBERG, T; ESSER, F; DE VREESE, C. *Communicating Populism: Comparing Actor Perceptions, Media Coverage, and Effects on Citizens in Europe*. New York: Routledge, 2019.

SALWEN, Michael B.; GARRISON, Bruce. **Latin American Journalism**. Routledge, 2013.

SEIDMAN, Irving. **Interviewing as qualitative research: A guide for researchers in education and the social sciences**. Teachers college press, 2006.

STANYER, J.; SALGADO, S.; BOBBA, G.; HAJZER, G.; HOPMANN, D.N.; HUBÉ, N.; MERKOVITY, N.; ÖZERIM, G.; PAPATHANASSOPOULOS, S.; SANDERS, K.B.; SPASOJEVIC, D.; VOCHOCOVÁ, L. **Journalists' Perceptions of Populism and the Media: A Cross-National Study Based on Semi-Structured Interviews**. In: REINEMANN, C; STANYER, J; AALBERG, T; ESSER, F; DE VREESE, C. *Communicating Populism: Comparing Actor Perceptions, Media Coverage, and Effects on Citizens in Europe*. New York: Routledge, 2019.

SHLEIFER, A.; VISHNY, R. **Corruption**. *Quarterly Journal of Economics*, v. 108, n. 3, pp. 599- 617.1993.

SOBRE a Transparência Internacional. Transparência Internacional, Brasil. Disponível em <<https://transparenciainternacional.org.br/quem-somos/sobre-at-i/>>. Acesso em: 24 de out. de 2021.

STANYER, J.; SALGADO, S.; BOBBA, G.; HAJZER, G.; HOPMANN, D.N.;

TALENTO, Aguirre; MEGALE, Bela. 2022. **O fim da Lava-Jato**. Como a atuação de Bolsonaro, Lula e Moro enterrou a maior e mais controversa investigação do Brasil. Editora Globo Livros.

TAYLOR, M., BURANELLI, V. **Ending up in pizza: Accountability as a problem of institutional arrangement in Brazil**. *Latin American Politics and Society*, 2007.

TELLIS, W. (1997, July). **Introduction to case study** [68 paragraphs]. *The Qualitative Report* [On-line serial], 3(2). Available: <http://www.nova.edu/ssss/QR/QR3-2/tellis1.html>

THOMPSON, John B.; GUARESCHI, Pedrinho A. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia.** 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo.** Brasil: Insular, 2004.

VAZ, P.; VELASCO, F. **Corrupção: problema e questão.** Revista Compolítica, vol. 7(2), 2017.

VIANA, Pedro Nilson Moreira; RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. **Diálogo institucional no Brasil? A relação entre os poderes da república após a operação lava jato.** Editora CRV, 2021.

VON ALEMANN, U. **The Unknown Depths of Political Theory: The Case for a Multidimensional Concept of Corruption.** Crime, Law and Social Change 42(1): 25-34, 2004.

VOWE, G; HENN, P. **Political Communication in the Online World: Theoretical Approaches and Research Design.** Ed. Routledge, 2016.

WAISBORD, S. **Communication A Post Discipline.** 1.ed. Cambridge, UK: Polity Press, 2019.

WAISBORD, S. **Political Communication in Latin America.** In SEMETKO, H; SCAMMELL, M. The SAGE Handbook of Political Communication. Sage, 2012.

WAISBORD, S. **Watchdog Journalism in South America: news, accountability and democracy.** Columbia University Press, 2000.

WAISBORD, Silvio. **Watchdog journalism in South America: News, accountability, and democracy.** Columbia university press, 2000.

WALLIS, J. J. **The Concept of Systematic Corruption in American History.** In: GOLDIN, E. L. G. & C. Corruption and Reform: Lessons from America's Economic History (p. 23-62). Chicago: University of Chicago Press, 2006.

WARREN, M. E. **The Meaning of Corruption in Democracies**. In HEYWOOD, P. M. (Ed.). *Routledge Handbook of Political Corruption*. Routledge, New York, 2015.

WOOD, Michael Lee et al. **Schemas and frames**. *Sociological Theory*, v. 36, n. 3, p. 244-261, 2018.

WORLD BANK, THE. **Helping countries combat corruption** - The role of the World Bank. Report of Poverty Reduction and Economic Management, 1997.

WORLD BANK, THE. **Helping countries combat corruption**: The role of the World Bank poverty reduction and economic management, 49(1): 59–87, 1997. Disponível em: <http://www1.worldbank.org/publicsector/anticorrupt/corruptn/coridx.htm>.

YIN R. **Qualitative Research from Start to Finish**. New York, NY: The Guilford Press; 2011.

YIN, R. (1993). **Applications of case study research**. Beverly Hills, CA: Sage Publishing.

YIN, R. (2005). Estudo de Caso. **Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman.

ZAMORA, R., AND J. MARÍN ALBALEDEJO. 2010. **“La representación simbólica del escándalo político**. Hacia una tipología de los marcos periodísticos (Frames) utilizados en la narración del escándalo de corrupción política.” *Razón y Palabra* 73.